

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

MEDIADORES TÉCNICOS, TECNOCIÊNCIA NA AGRICULTURA E A
DEFINIÇÃO LEGÍTIMA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO CAMPO
TECNOCIENTÍFICO

Dissertação de Mestrado

Vanessa Pfeifer Coelho

Porto Alegre
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

MEDIADORES TÉCNICOS, TECNOCIÊNCIA NA AGRICULTURA E A
DEFINIÇÃO LEGÍTIMA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO CAMPO
TECNOCIENTÍFICO

Vanessa Pfeifer Coelho

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Porto Alegre
Janeiro de 2002

De repente suas certezas tornam-se incertezas, suas referências escorrem por entre os dedos... A maravilhosa e árdua tarefa do reencontro.

A todos os que me acompanharam em mais esta jornada, resgatando, aqui e ali, a Vanessa que insistia em me abandonar...

AGRADECIMENTOS

A todos os entrevistados, por sua disponibilidade, sem esta não seria possível realizar o presente exercício de pesquisa. Ao professor Jalcione Almeida, por sua orientação. À Eliane, Silvana e Catiane, mais que pelo suporte administrativo, pelo acolhedor bate-papo. Ao PGDR, ao CNPq e a Fapergs, pelo apoio estrutural.

Do convívio propiciado pela opção de pós-graduação, aos amigos: Glaucilene, Solange, Cristiane, Maria, Marco Antônio e Alcides, pelos momentos, acadêmicos ou não, compartilhados.

Mesmo à distância, à Marisa e Geraldo, inesgotáveis fontes de estímulos. Aos próximos e não menos incentivadores Marília e Neroli.

À Marja, Arine, Igor, Artur, Alcenise, Albanise e João, pela constante participação, seja direta ou nos bastidores.

SUMÁRIO

Resumo	VI
Abstract	VII
Apresentação De que mágica cartola nascem os interesses de pesquisa?	VIII
Introdução A bordo da problemática ambiental – um passeio pelo mundo da tecnociência	11
Capítulo 1	
1.1 – Problemática ambiental, um amplo guarda-chuva	14
1.2 – Problemática ambiental, um problema social	16
1.3 – O espaço selecionado, um campo de disputas	18
1.4 – O recurso analítico – construindo o campo específico	22
Capítulo 2	
2.1 – Selecionando agentes e instituições no campo tecnocientífico	26
2.2 – Um panorama inicial decorrente da etapa de campo – estruturando o momento analítico	29
Capítulo 3	
3.1 – Negar a problemática ambiental, quem ousaria?	32
3.2 – Impactos no meio físico – a essência da problemática ambiental ou o trampolim para o modelo de desenvolvimento?	33
3.2.1 – “Impactos no meio físico” – a essência da problemática ambiental	33
3.2.1 – “Impactos no meio físico” - o trampolim para o modelo de desenvolvimento	35
3.3 – As distintas compreensões da interface problemática ambiental/agricultura: a polaridade “mau uso da técnica” x “modelo de agricultura”	38
3.3.1 – Problemática ambiental e agricultura, o “mau uso da técnica”	39
3.3.2 – Problemática ambiental e agricultura, o “modelo de agricultura”	43
3.4 – O primeiro <i>round</i> : “mau uso da técnica” x “modelo de agricultura” – em busca da dinâmica no campo tecnocientífico	46
Capítulo 4	
4.1 – Ciência, legitimidade e perspectivas no campo tecnocientífico	51

4.1.1 – A ciência – reforçando argumentos e buscando delimitar o espaço legítimo no campo de disputas	51
4.1.2 – “Modelo de agricultura” – surge uma variante	56
4.1.2.A – A ciência – em busca de perspectivas	56
4.1.2.B – Uma variante do “modelo de agricultura”	60
4.2 – O intervalo entre um <i>round</i> e outro	62
Capítulo 5	
5.1 – Em cena, a agroecologia – quando a disputa desemboca na proposta agroecológica	64
5.1.1 – Agroecologia – a necessidade de separar o político-ideológico do cientificamente comprovado – o olhar do “mau uso da técnica”	64
5.1.2 – A Agroecologia em busca de legitimidade	70
5.1.3 – Por onde andam os agentes da “variante do modelo de agricultura”?	73
5.2 – Adversários a postos – um segundo <i>round</i>	75
Capítulo 6	
6.1 – A distinção entre pesquisa e extensão no campo de disputa	81
6.1.1 – Pesquisa e extensão – uma distinção hierarquizada	81
6.1.2 – Pesquisa – extensão – o elo com o modelo de modernização da agricultura	86
6.2 – O “político-ideológico” no campo de disputas	90
Capítulo 7	
7.1 – A evolução das definições, argumentos e estratégias – a disputa no campo tecnocientífico	96
7.2 – Consagrando o acesso para o desenvolvimento rural	99
7.2.1 – O desenvolvimento rural em reflexões do “mau uso da técnica”	100
7.2.2 – O desenvolvimento rural sustentável, as reflexões do “modelo de agricultura” e da “variante do modelo de agricultura”	102
7.3 – A distribuição de capital social e as estratégias – uma relação estruturante/estruturada no campo tecnocientífico	105
Buscando uma conclusão	111
Considerações Finais	115
Bibliografia	119
Anexos	124

RESUMO

A dimensão de conflito relacionada à problemática ambiental, enquanto um problema social, é o elemento instigador do exercício de pesquisa proposto. Dotada de uma flexibilidade na formulação e estabelecimento de possíveis contornos e de uma inegável presença e relevância no cenário contemporâneo, a disputa pela definição legítima da problemática ambiental instala-se em distintos campos sociais. No presente exercício de pesquisa, a disputa por uma caracterização legítima da problemática ambiental é utilizada como a “porta-de-entrada”, através da qual objetiva-se uma aproximação com a dinâmica de disputa particular do campo tecnocientífico, vinculado às “ciências rurais” e delimitado pelo recorte estadual do Rio Grande do Sul. Pretende-se distinguir os macro posicionamentos envolvidos em uma disputa e, concomitantemente, resgatar estratégias peculiares a cada um destes, destacando a constante interação existente entre as mesmas. Um momento final é reservado à tentativa de estabelecer o vínculo entre uma disputa pela problemática ambiental no campo tecnocientífico e o confronto entre distintas construções da noção de desenvolvimento rural. Foram entrevistados mediadores técnicos gaúchos vinculados às instituições de pesquisa, ensino e extensão considerados de relevância no cenário. Para a seleção dos agentes entrevistados, bem como para a delimitação das instituições, recorreu-se ao auxílio de informantes qualificados. Estabelecido um panorama inicial este foi, freqüentemente, refinado e consagrado na etapa de campo através da confirmação/complementação proporcionada pelos próprios agentes entrevistados. Utilizou-se um roteiro de entrevistas subdividido em quatro blocos: origem e trajetória social; problemática ambiental e agricultura; ciência e tecnologia e desenvolvimento rural. A polaridade principal estabelece-se entre os agentes, dominantes no campo, simpatizantes do modelo de modernização da agricultura e, no pólo oposto, os dominados, partidários da agroecologia. A problemática ambiental é percebida, do lado dos dominantes, sob o ponto de vista dos impactos no meio físico, estes passíveis de serem contornados através de técnicas de menor impacto ambiental e cientificamente embasadas. Já, por parte dos dominados, ressalta-se o elo entre a problemática ambiental e um modelo de modernização da agricultura, este reconhecido como insustentável. A disputa prossegue em um jogo de estratégias em constante interação, tendo por objetivo circunscrever aos domínios de cada grupo as abordagens particulares da problemática ambiental e, em decorrência, a tentativa de dotá-las de autoridade/legitimidade no campo tecnocientífico. Da seqüência de estratégias utilizadas destaca-se o forte apelo, por parte dos dominantes no campo, à denominada “boa ciência”, sendo esta considerada a instância legítima. No pólo oposto, os dominados esforçam-se por consagrar sua proposição central, a agroecologia. Igualmente, no exercício discursivo em torno do desenvolvimento rural, os agentes resgatam a polaridade “boa ciência” x agroecologia.

ABSTRACT

The conflict dimension related to the environmental issue as a social problem is the instigating element of the present research exercise. Possessing flexibility on the formulation and on the establishment of possible contours allied to an undeniable presence and relevance in the contemporary scenery, the dispute for a legitimate definition of the environmental issue settles down in distinct social fields. In the present research exercise, the dispute for a legitimate characterization of the environmental issue is used as an entrance door towards an approximation to the dynamics of the dispute proper to the techno-scientific field, linked to “rural sciences” and delimited by Rio Grande do Sul state boundaries. The present research exercise intends to distinguish the macro positionings involved on a dispute and, at the same time, to rescue strategies peculiar to each one of them, enhancing the constant interaction existing among them selves. A final moment is reserved to the attempt on establishing a link between the dispute for an environmental issue on techno-scientific field and the contend among distinct constructions of the rural development notion. The interviewed mediators consisted on gauchos technicians from extension, teaching and /or research institutions prominent on the scenery. Qualified informers were requested as helpers to select the agents to be interviewed, as well as to delimitate the institutions. An initial panorama firstly established frequently was refined and consecrated on the field work stage through the confirmation/complementation provided by the interviewed agents .The interviewing plan utilized consisted on four blocks as follows: origin and social trajectory; environmental issue and agriculture; science and technology and rural development. The major polarity is established between the agents, dominants on the fields, partisans of the agriculture modernization model and, on the opposite pole, the dominated, sympathetic to agroecology. On the dominants side, the environmental issue is perceived by the viewpoint of the physical environmental impacts, passible of being contoured through scientifically based less environmental impacting techniques. Otherwise, the dominated viewpoint enhances the connection between the environmental issue and the agriculture modernization model, recognized as unsustainable. The dispute goes on in a game of strategies in constant interaction, aiming to circumscribe the particular approaches of environmental issue to the dominion of each group as an attempt to promote their authority/legitimacy in techno-scientific field. From the sequences of utilized strategies stands out the strong appeal, from the field dominants, to the so-called “good science”, thus being considered the legitimate instance. On the opposite pole, the dominated struggle to consecrate their main proposition: the agroecology. On the discursive exercise about rural development, the agents also rescue the polarity “good science” x agroecology.

UMA RÁPIDA APRESENTAÇÃO

DE QUE MÁGICA CARTOLA NASCEM OS INTERESSES DE PESQUISA?

Findava 1999. Após cinco anos de envolvimento, concluía minha graduação em agronomia. Na bagagem, o usual: horas dedicadas às disciplinas integrantes do curso, algumas experiências como bolsista de iniciação científica e, completando o panorama, quatro distintas etapas de estágios. Sem exata precisão, acredito enraizar nessa breve trajetória muito das pretensões e indagações que “atordoavam” minhas reflexões quando do ingresso no curso de pós-graduação.

No desenrolar de minha formação como engenheira agrônoma, assisti à crescente busca e exaltação da técnica, a moderna técnica de produção agronômica. Quase unanimidade entre os universitários, o agrônomo se resumia a um gerador-detentor, quando em uma perspectiva um pouco mais “audaciosa”, e disseminador de técnicas de produção. As poucas “disciplinas básicas”, cada vez mais enxugadas e despertadoras de um “ódio” coletivo por parte dos estudantes, tornavam-se, à medida que nos aproximávamos do título, um mero acessório para a consagração de procedimentos técnicos. Tal exaltação se fazia e se faz acompanhar da “purificação” da ciência e, portanto, da técnica, entendida como seu produto, garantindo a “neutralidade”¹ das mesmas e seu poder de gerar e reconhecer a “verdade”. O mundo agronômico acredita ser o mundo da tecnociência. Particularidades de tal mundo foram gradualmente permitindo-se desnudar, ainda que sutilmente.

Aos poucos, passei a despertar para a freqüência e flexibilidade com que determinados termos apareciam e eram apropriados. O que me parecia: o incontestável mundo da tecnociência não mais se permitia auto-sustentar. Os reflexos do profundo mergulho dado em um modelo tecnocientífico agronômico dito moderno, delineavam a necessidade de agregar adjetivos aos procedimentos técnicos, garantindo a sua legitimidade. O exemplo a que me reportarei, que talvez por interesses pessoais tenha sido fruto de uma observação mais atenta,

¹ Ciência e técnica desprovidas de qualquer traço político ou ideológico.

refere-se à necessidade de agregar ao mundo tecnocientífico o adjetivo “sustentável”, referindo-se a sustentabilidade ambiental.

De grande valia me foi a oportunidade de circular, ainda que brevemente, pelo “mundo” da consultoria ambiental e, destacadamente (aqui, mais uma vez, ressalto o forte elo com interesses pessoais), por duas unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Da primeira experiência, saí com a percepção de que a “maquiagem ambiental” se tornou um rentável negócio. Preocupações ambientais, e aqui saliento, estritamente pertinentes ao meio físico, tornaram-se um atraente gerador de divisas. A peculiar abordagem imediatista, onde o que importa, em um rápido exemplo, é recuperar a topografia e instalar uma cobertura vegetal, qual seja essa, em áreas mineradas, tornou-se, igualmente, elemento constituinte de percepções pessoais.

Foi, no entanto, na fugaz passagem pelos centros da Embrapa que me senti particularmente instigada. Do histórico curricular vinha, de algum tempo, vislumbrando a necessidade de adjetivar técnicas agronômicas modernas com algo além de produtivas e rentáveis. Nessa perspectiva, assisti à ostentação, exemplificando, da técnica de preparo do solo conhecida como plantio direto, como a “oitava maravilha do mundo”, calcada, em parte, em seu caráter “ambientalmente correto”². Ao circular pelos corredores da Embrapa pude aguçar minhas especulações em torno da necessidade e da maleabilidade da inserção de uma dita preocupação ambiental na tecnociência agronômica. No jogo interno entre pesquisadores, ou grupos destes, dentro de uma mesma unidade ou em uma interação mais ampla com seus pares, ter como aliada uma possível sustentabilidade ambiental parecia configurar um pré-requisito para a consagração, ou mesmo para legitimar o ingresso no mundo da tecnociência, de seus projetos. Restou-me a sensação de estar agregando mais uma variável, agora de destaque e, portanto, dotada de um caráter de necessidade, sem que alterações ou reflexões se fizessem presentes.

Penso assim ter pincelado silhuetas em um pano-de-fundo pelo qual segui trilhando. Do ingresso no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, em uma das primeiras disciplinas, quando instigada a elaborar uma possível problemática de pesquisa, o

interesse em “mapear” a apropriação da variável ambiental no ambiente de pesquisa agrônômica (acreditando que essa apropriação se fizesse acompanhar tanto da possibilidade de dar continuidade ao modelo de modernização da agricultura como de trazer à tona, ou garantir uma maior visibilidade, a propostas diferenciadas) destacou-se. Assim, dei início a uma jornada nem tão agradável, nem tão empolgante como a imaginava; um trajeto até certo ponto árduo no qual e com o qual vou me surpreendendo. Muitas vezes, perdi as rédeas e me permiti galopar livremente por um empírico que não cessa de me pregar peças. Peças essas que me dificultaram seguir um rumo pré-estipulado. Acima de tudo, descobri minha inocência.

² Derivado da peculiar “verdade científica” estabelecida: a redução de perdas de solo.

INTRODUÇÃO

A BORDO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL – UM PASSEIO PELO MUNDO DA TECNOCIÊNCIA

A possibilidade contemporânea de pensar o meio ambiente através de uma “problemática ambiental” inspira a escolha do azimute a ser seguido na arquetada “jornada de pesquisa” empreendida ao longo do desbravar das páginas seqüenciais. Destacadamente, a percepção do meio ambiente como um “problema social”, dotado, portanto, de uma incontestável dimensão de conflito na qual se vislumbra a coexistência de um caráter universal, bem como de contextualizações bastante particularizadas, possibilita referências a uma “problemática ambiental”. Explorar a citada dimensão de conflito permite o vislumbrar da “problemática ambiental” como um adequado “meio de transporte” em uma jornada pelo mundo da tecnociência agrônômica no Rio Grande do Sul.

Embarcar em tal particular “veículo” torna possível deslizar por distintos corpos d’água. Habilita-se, portanto, o navegar por oceanos, rios e igarapés, podendo-se, ao longo de tal deslocamento, contemplar distintos níveis de disputa em torno de uma “problemática ambiental”. Em um extremo, vislumbra-se a luta concorrencial entre uma gama de “assuntos”, no caso específico o meio ambiente, na busca por sua configuração como um “problema social”. Desembocando em tal instância, estabelecendo uma interface de dupla intrusão e, portanto, de interação entre os corpos por ocasião delimitados, adentra-se em um espaço de disputa no qual é possível contemplar um enfrentamento entre variados campos tendo como objetivo garantir, através da afirmação de sua peculiar construção da “problemática ambiental”, sua legitimidade e autoridade. Por fim, momentaneamente, como um recurso analítico, delineia-se a possibilidade de “navegar pelos igarapés”, concentrando-se, dessa forma, na disputa interna, em determinados campos, pela “problemática ambiental”... Como em um sistema hidrográfico, jamais se deve abandonar a perspectiva de constante interação entre os diferentes níveis de análise. A opção por um determinado recorte analítico, não implica, portanto, no negligenciar de tal dinâmica interativa.

Do panorama esboçado, estabelece-se o recorte analítico do presente esforço de pesquisa, um espaço de disputas que passará a receber a denominação de “campo tecnocientífico”. Deve-se, desde já, atrelar a tal denominação dois outros recortes, o espacial, delimitado pelas fronteiras do estado do Rio Grande do Sul, e um segundo vinculado à “tecnociência”, encontrando suas fronteiras na expressão “ciências rurais”. A “problemática ambiental”, com seqüencial destaque para sua interface com a agricultura, torna-se o “veículo” e, portanto, importante eixo analítico na jornada pelo campo tecnocientífico.

Explorar o referido “igarapé” objetiva aproximar-se da dimensão discursiva do conflito em torno da “problemática ambiental” no campo tecnocientífico. Busca-se caracterizar os grandes grupos opositores e suas estratégias. No entanto, não é objetivo esgotar as distintas participações no conflito, centrando-se no intento de mapear os posicionamentos de maior visibilidade e representatividade, exaltando a dinâmica interativa existente entre estes. Assim, pretende-se, através da caracterização dos principais posicionamentos e das suas respectivas estratégias, observar a dinâmica do campo “tecnocientífico”, delimitando o espaço, ações e agentes considerados legítimos na disputa em questão. Por último, intenta-se avaliar a possibilidade de vislumbrar em uma disputa em torno da “problemática ambiental” suas interfaces com distintas proposições de desenvolvimento rural.

Como bagagem inicial, destaca-se uma insistente tentativa de delimitar o confronto a uma dimensão tecnológica por parte dos dominantes no campo. O confronto entre distintas tecnologias tendo, ao fundo, como elemento promotor ou desmerecedor sua “cientificidade”, assume, impulsionado pelo referido grupo, a centralidade em uma “problemática ambiental”. Por sua vez, os dominados no campo conviverão com a necessária tentativa de desmerecimento de tal abordagem, apelando para o exaltar de dimensões distintas, trabalhando *sua* “problemática ambiental” nos limites que impossibilitem um total destroçamento do campo tecnocientífico, o que os invalidaria em uma disputa neste campo. Finalmente, partindo-se de uma disputa em torno da “problemática ambiental” torna-se possível acessar o enfrentamento entre proposições diferenciadas de desenvolvimento rural. Dessa forma, a “problemática ambiental” e o confronto em torno da mesma passam a estar atrelados à busca pela legitimação de proposições sobre desenvolvimento rural.

A jornada proposta se inicia, no capítulo 1, com a pretensão de explorar conceitos/noções, “problema social”, “problemática ambiental”, “campo de disputas”, balizadores tanto da construção do objeto de estudo, quanto da posterior etapa analítica. Ao capítulo 2 reservam-se aspectos metodológicos e um panorama inicial do espaço de disputa. Do capítulo 3 ao capítulo 6, a dinâmica discursiva do conflito em torno da problemática ambiental na agricultura gaúcha é objeto de exploração, sendo este o momento de desvelar estratégias peculiares aos grupos envolvidos no confronto, bem como caracterizá-los. Ao capítulo 7 reserva-se a oportunidade de resgatar argumentos e estratégias passíveis de estabelecer um possível elo entre a problemática ambiental e o desenvolvimento rural. Adicionalmente, são apresentadas algumas reflexões sobre a relação entre a estrutura de distribuição do capital social, as estratégias e as trajetórias profissionais dos agentes envolvidos. O espaço para possíveis conclusões é designado na seqüência. Finalmente, nas Considerações Finais traçam-se algumas recordações da trajetória percorrida.

CAPÍTULO 1

1.1 – PROBLEMÁTICA AMBIENTAL, UM AMPLO GUARDA-CHUVA

A singularidade da dimensão ambiental no mundo contemporâneo torna usuais referências à “problemática ambiental”. Peculiaridades como a pluralidade de abordagens e as inegáveis transformações do meio físico garantem ao meio ambiente visibilidade e legitimidade no cenário atual. O quadro de relevância e incertezas em relação à dimensão ambiental conduz o meio ambiente ao patamar de verdadeira problemática. Impulsionada por suas características, caráter global e inerente flexibilidade na delimitação de seus possíveis contornos, a problemática ambiental passa a integrar o cotidiano de diferentes agentes nas mais diversas instâncias.

A carência ecológica, materializada na capacidade de renovação dos ecossistemas ou do meio ambiente do planeta, está sendo reconhecida como uma crise ambiental global. Leonardi (1998) refere-se às catástrofes ecológicas, à emissão de gás carbono, ao efeito estufa, à desertificação de áreas férteis, ao estoque de reservas não-renováveis de energia e outros, como sendo problemas, desafios, limites comuns a toda humanidade, exigindo uma solução global. Configuram-se problemas reais e concretos com relação à gestão dos recursos e elementos naturais, propelidos pela crescente escassez de recursos básicos (água, ar e solo) e, igualmente, pela existência de uma interdependência total entre os diferentes compartimentos da biosfera (Jollivet, 1994). Altvater (1999) reforça a importância atual do alcance global da destruição ambiental e do caráter sem fronteiras até mesmo das incidências territorialmente localizadas, como a poluição de rios e as chuvas ácidas. A constatação de mudanças no meio ambiente alcança, dessa forma, uma escala global. Depara-se com uma das peculiaridades da chamada problemática ambiental: a “globalização dos fenômenos” (Jollivet, 1994:186).

Muzio alerta para o distanciamento entre a experiência vivida e perspectivas globais:

“A perspectiva global é, portanto, uma criação imaginária, em contraste com a imagem experienciada daquela porção do mundo que a maior parte dos indivíduos humanos ganharia em função de sua presença na terra.” (Muzio, 1999:137)

Convive-se, assim, com o paralelo entre a incontestável interdependência entre os fenômenos ambientais materiais e a impossibilidade em experienciá-los em sua amplitude. Buttel (1996) destaca a ineficiência em se pré-estabelecer uma definição de meio ambiente, ressaltando o fato da crença ambiental estar ancorada em experiências reais. Igualmente, o autor em questão sustenta, em tal constatação, a dificuldade em sensibilizar a opinião pública em relação a problemas ambientais que se estenderão por décadas no futuro, não podendo ser diretamente experimentados. Delineia-se, assim, a flexibilidade na delimitação de possíveis contornos da problemática ambiental.

Segundo Jollivet, o meio ambiente é:

“Um campo que toca profundamente o imaginário, as representações e o sistema de valores sociais, porque nos obriga a pensar as relações entre sociedade, técnica e natureza e, portanto, tudo o que rege essas relações na organização social.” (Jollivet, 1994:196)

O caráter recente, a complexidade e a originalidade da problemática ambiental a tornam de difícil compreensão. Polissêmica, esta noção permite todo o tipo de amálgamas, fato este que subsidia sua riqueza simbólica e seu papel na geração de uma ideologia (Jollivet, 1994).

O caráter de “flexibilidade” e de repercussão global da problemática ambiental, anteriormente abordado, ressalta a necessidade de:

“observá-la como tal e dimensionar a importância das mudanças que ela é capaz de introduzir. Sua aparição recente e suas características próprias tornam a tarefa incômoda.” (Jollivet, 1994:184)

Tarefa essa exacerbadamente “incômoda” quando da inserção de tais incertezas e dúvidas no âmbito da agricultura. Segundo Jollivet (1994:196): “cada uma das agriculturas vai se apropriar do discurso e moldá-lo à sua forma, de acordo com sua lógica técnica, econômica e social.”

A amplitude de possibilidades, fruto da fértil interação agricultura – problemática ambiental, é o elemento inspirador do presente trabalho de pesquisa. Incorporar uma dimensão ambiental, frente à inegável relevância por esta hoje assumida, configura-se em uma necessidade estendida a diferentes agentes nos mais variados espaços sociais. Concomitantemente, a pluralidade de abordagens passíveis de serem abrigadas no “grande guarda-chuva problemática ambiental” torna o cenário diverso e multifacetado.

1.2 – PROBLEMÁTICA AMBIENTAL, UM PROBLEMA SOCIAL

Apresentando como proposta central a utilização da problemática ambiental como um veículo para uma jornada em busca da dinâmica no “campo tecnocientífico”, este exercício de pesquisa estrutura-se a partir de dois elementos fundamentais da mesma: sua inegável relevância contemporânea e sua flexibilidade. Convive-se, assim, com uma necessidade de incorporar a problemática ambiental, concomitante à oportunidade de construir definições distintas da mesma. Estes são elementos que permitem a configuração de uma disputa em torno da definição de uma problemática ambiental, bem como sua utilização como instrumento de interesse e relevância em confrontos outros. Assim, a disputa pela autoridade/legitimidade entre distintas definições de uma problemática ambiental passa a estar integrada a uma disputa no “campo tecnocientífico”, centrada na busca pela autoridade/legitimidade tecnocientífica.

Visando contemplar uma problemática ambiental dotada da habilidade de ressaltar a dimensão de conflito envolvida, busca-se uma aproximação com uma particular abordagem da noção de “problema social”. Hilgartner e Bosk (1988) e Fucks (2000) em referências a um “problema social” destacam a necessidade de extrapolar as delimitações de sua natureza objetiva. Tal abordagem é particularizada pela rejeição da teoria de que os “problemas sociais” configuram condições objetivas e passíveis de identificação e, conseqüentemente, de que

sejam dotados de efeitos prejudiciais. De forma complementar, exaltar os chamados efeitos prejudiciais decorre, em uma abordagem centrada na natureza objetiva, em estabelecer uma relação direta e exclusiva entre estes e a visibilidade e disseminação dos “problemas sociais”. A proposição alternativa, ao explorar as interações entre assuntos em busca de sua configuração como um “problema social”, ou mesmo entre distintas definições de um determinado problema, agrega à natureza objetiva uma significativa parcela de dinâmica social que impulsiona o processo de construção e definição dos “problemas sociais”... Dessa forma, um problema social é o status adquirido por um assunto específico devido à sua disseminação em um espaço social, disseminação esta atrelada à dinâmica social envolvida, e não exclusivamente às suas condições objetivas.

A dimensão de conflito correlacionada a tal perspectiva configura-se, no trabalho de Hilgartner e Bosk (1988), através da competição entre distintos assuntos por sua consagração e manutenção como um problema social. Dessa forma, determinados assuntos tornam-se problemas sociais ao disseminarem-se pelo espaço social impulsionados por uma trama de interações. Por sua vez, Fucks (2000) ao abordar o processo de definição coletiva dos problemas sociais, resalta a dimensão de disputa entre distintas construções dos mesmos. A configuração de tal disputa se reforça através do destaque, dado pelo autor, aos chamados “elementos-chaves”, representados pela caracterização dos temas e públicos relevantes e pela solução proposta para os diferentes problemas sociais (Fucks, 2000:12). Vislumbra-se o locus de interesse na busca pelo viés de conflito atrelado aos problemas sociais: a disputa na qual estão envolvidos assuntos em busca de sua consagração como um problema social e, posteriormente, as distintas definições do último.

O processo de definição coletiva dos problemas sociais associado à abordagem acima apresentada, faz-se acompanhar de uma constante interação entre distintos problemas. Dessa forma, tal interação ganha destaque na referida definição, tornando a própria configuração de um determinado problema social dependente de sua relação com outros problemas sociais. Em um processo competitivo, interações positivas, negativas, ou mesmo nulas podem ser contempladas, tornando-se possível desnudar a dimensão de conflito, ou mesmo cooperação e indiferença entre distintos problemas sociais.

Portanto, enquadrar a problemática ambiental na noção de problema social implica em reconhecer a interação entre esta e outros problemas sociais, bem como considerar o processo de definição da mesma atrelado a uma constante competição em busca da legitimação de uma construção específica. Novamente, para este exercício de pesquisa, deve-se ressaltar a possibilidade de vislumbrar uma dimensão de conflito em tais interações.

Segundo a interessante perspectiva apresentada por Fucks (1998), a dinâmica social da definição do meio ambiente, enquanto problema social, é regida por tensões e articulações entre o caráter universal e a particularidade de construções contextualizadas do mesmo. Dessa forma, a inevitável convivência entre o chamado caráter “universal” e as peculiaridades locais contextualizadas contribuem, igualmente, para a caracterização de uma problemática ambiental¹. No desenrolar deste trabalho, a problemática ambiental passará a ser vislumbrada através da convivência entre seu caráter universal e particular e sua dimensão objetiva e subjetiva, socialmente construída. Tais peculiaridades possibilitam visualizar a problemática ambiental como um elemento em disputa em um espaço social, onde distintos campos de disputas esforçam-se para a promoção legítima, dotada de autoridade, de suas definições específicas. Afunilando-se, esta é uma disputa interiorizada nos distintos campos, refletindo, em suas áreas limítrofes, o conflito mais amplo.

1.3 - O ESPAÇO SELECIONADO, UM CAMPO DE DISPUTAS

Adotando-se a perspectiva de que a problemática ambiental traz atrelada a si, desde sua própria configuração, uma dimensão de conflito em distintos níveis, passa-se a ter como espaço de análise a instância delimitada pela noção de campo.

Por intermédio desta noção abre-se a possibilidade de pensar o mundo social de maneira relacional (Bourdieu, 2000:27). Tal particularidade destaca-se por dar continuidade a uma perspectiva de interação entre assuntos, entre problemas sociais e entre definições destes últimos. Habilita-se, portanto, através da utilização da noção de campo, a uma abordagem que privilegie as relações/interações envolvidas na elaboração de distintas construções de uma

definição da problemática ambiental. Assumindo o campo a configuração de um espaço social de relações objetivas (Bourdieu, 2000:64; Bourdieu 1989:122), ressalta-se o seu caráter dinâmico, na medida em que a estrutura de tal espaço se define a cada momento em função da relação de forças entre os envolvidos. Portanto, campo é um espaço social de relações objetivas entre posições adquiridas anteriormente designativas da “relação de forças”. É um espaço de jogo de uma luta concorrencial.

Envolver-se em tal espaço de disputa pressupõe o acúmulo de um capital² específico. Adjetivado de acordo com o campo em questão, e representando a autoridade no mesmo, é este capital conforme sua distribuição (esta fruto do resultado de lutas anteriores) que comanda as estratégias e ações dos envolvidos na disputa. O próprio reconhecimento de agentes como integrantes de determinado campo é condicionado ao domínio de um *quantum* de capital social³. (Bourdieu, 2000:28-29) Afinal, “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz.” (Bourdieu, 2000:31) E esta “capacidade” de sofrer ou produzir efeitos é dependente da posse de determinado capital social.

Existindo duas situações extremas hipotéticas, uma de total monopólio do capital específico e a segunda relativa a um estado de concorrência perfeita, os envolvidos em uma disputa dispõem, de antemão, de limites para suas estratégias e ações, sendo estes coerentes com o *quantum* de capital do qual desfrutam. Essa estrutura de distribuição do capital situa-se na base das transformações do campo, estabelecendo limites e possibilidades de ação. É, portanto, nas diferentes estratégias, de conservação ou de subversão do campo, o *locus* de objetivação de tais limites e possibilidades, que se pode contemplar tal estrutura. Assim, as

¹ Problemática ambiental, questão ambiental, questão do meio ambiente são expressões que coexistem na literatura. Para a seqüência, optou-se pela utilização da primeira.

² Para Bourdieu (2000:134): “O capital – que pode existir no estado objectivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto de instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos em um jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo).”

estratégias são condicionadas/condicionantes da estrutura do campo. O campo assume, em decorrência, a configuração de um espaço de disputas desigual, onde os distintos agentes em função do seu *quantum* de capital social têm limitadas suas estratégias.

Desta desigualdade, fruto da distribuição diferenciada de capital, gera-se a oposição entre dominantes e dominados no campo. Os primeiros, privilegiados ocupantes de posições mais elevadas na distribuição de capital social, detêm a capacidade de impor características ao alvo de uma disputa, fazendo-o sempre de maneira coerente com a busca pela manutenção de sua autoridade no campo de disputas. Com isso, suas proposições/imposições tendem a se realizar, invariavelmente, nos limites de sua ação, mantendo-as, portanto, circunscritas ao seu espaço de domínio e legitimidade. Para tanto, estes agentes fazem-se valer de estratégias denominadas de conservação, objetivando garantir a conformação específica do campo que lhes designa o *status* de dominantes, ou, em outras palavras, que garante sua posição de destaque na estrutura de distribuição do capital específico. Assegurando uma posição privilegiada na distribuição de capital social, os agentes dominantes desfrutam de um interessante leque de estratégias, consideradas legítimas no espaço de disputa visto serem estas a base da própria estrutura do campo. Maior participação em uma distribuição desigual de capital social implica, portanto, em estratégias que possam garantir a manutenção de uma estrutura do campo, o que propicia, por sua vez, a continuidade dos agentes dominantes como privilegiados na distribuição do capital social, possibilitando a elaboração de estratégias impulsionadas/impulsionadoras da dominação do espaço de disputas.

O segundo grupo, os dominados, desfruta de uma posição menos privilegiada na distribuição do capital específico, investindo em estratégias de subversão. Como implícito em tal denominação, tais estratégias orientam-se em busca de uma redefinição completa dos princípios de legitimação da dominação. No entanto, deve-se lembrar, a configuração de estratégias é completamente dependente da relação entre dominados e o capital específico. Assim, tão mais significativa ou não será a ação, materializada em estratégias, dos agentes dominados sobre a estrutura do campo, envolvendo, de maneira decorrente, os princípios de

³ Bourdieu define capital social como: “the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition.” (Bourdieu, 1986:248)

legitimidade/autoridade do espaço de disputa, quanto maior ou menor for sua participação na distribuição do capital social específico. Por sua vez, a relação dos agentes dominados com o capital social é condicionada pela estrutura do campo e esta pelas estratégias.

A imbricada relação capital social – estratégias – estrutura – capital social é destacada por Bourdieu em suas proposições sobre o campo científico:

“A estrutura da distribuição do capital científico está na base das transformações do campo científico e se manifesta por intermédio das estratégias de conservação ou de subversão da estrutura que ela mesma produz. Por um lado, a posição que cada agente singular ocupa num dado momento na estrutura do campo científico é a resultante incorporada nas disposições, do conjunto de estratégias anteriores desse agente e de seus concorrentes (elas próprias dependentes da estrutura do campo, pois resultam das propriedades estruturais da posição a partir da qual são engendradas). Por outro lado, as transformações da estrutura do campo são o produto de estratégias de conservação ou subversão que têm seu princípio de orientação e eficácia nas propriedades da posição que ocupam aqueles que as produzem no interior da estrutura do campo.” (Bourdieu, 1983:134)

A dinâmica do campo de disputas, em seu caráter constituída/constitutiva, passa a ser o foco das análises, impulsionada pela relação capital social – estratégias – estrutura – capital social.

Finalmente, envolver-se em uma disputa incorre em aceitar o que está em jogo. Configura-se, portanto, um conjunto de pressupostos que os antagonistas admitem como sendo evidentes, e, derivativamente, isentos de discussão. Tais pressupostos constituem a *doxa* do campo, representativa de um consenso sobre os objetos da dissensão. Estratégias de subversão da estrutura do campo encontram aí, portanto, suas fronteiras últimas, caso contrário incorrem em um não pertencimento ao espaço delimitado. A *doxa* do campo, enquanto eixo

organizativo do mesmo, mostra-se, assim, inquestionável, garantindo a própria configuração do espaço de disputas.

1.4 - O RECURSO ANALÍTICO – CONSTRUINDO O CAMPO ESPECÍFICO

Da problemática ambiental herdou-se sua incontestável relevância e habilidade em assumir distintos contornos. Igualmente, vislumbra-se a possibilidade de desenvolver e conectar análises em variados níveis, bem como de abordar a interação da problemática ambiental com outros problemas sociais e assuntos emergentes no mundo contemporâneo. Habilitada como objeto condutor da análise, resta, agora, definir o recorte.

A noção de campo propicia uma interessante estrutura analítica: uma disputa desigual entre dominantes e dominados pela autoridade/legitimidade em determinado espaço. A dinâmica estrutural, configurada pelas variações do campo de forças, por sua vez atrelada à distribuição desigual do capital social, comporta uma peculiaridade de destaque das estratégias, sejam elas de conservação/sucessão ou subversão: seu caráter estruturado/estruturante. Esta oscilação interna, como em um campo de forças, onde capital social – estratégias – estrutura estão em constante interação estruturada/estruturante, conforme já salientado, é o elemento de destaque na noção de campo. A partir deste elemento, estabelece-se, novamente, a possibilidade de desenvolver uma estrutura analítica que privilegie a dinâmica do espaço de disputas.

Pretende-se assim, destacar a dinâmica interna como foco analítico, de forma a propiciar uma análise de um campo de disputas centrada no destaque dado às estratégias passíveis de distinção no mesmo. Busca-se, portanto, a partir de tal aparato, uma abordagem dinâmica do referido espaço, onde as estratégias estejam constantemente se intercambiando com o capital social e a estrutura, e estes, igualmente, interagindo entre si. Ter como alvo analítico preferencial as estratégias do campo visa, adicionalmente, uma tentativa de resgatar a existência, ou não, de uma conexão entre espaços/objetos de disputa outros e o recorte selecionado, mesmo que a análise não venha a centrar-se nestes.

O recorte para a análise passa, assim, a assumir a configuração de um campo de disputa onde o confronto entre distintas abordagens da denominada problemática ambiental

associa-se à busca pela autoridade/legitimidade no espaço delimitado. Em sobreposição, a partir da delimitação dos atores/agentes envolvidos no confronto, restringe-se tal espaço a um campo tecnocientífico relacionado com a agricultura⁴. Caracterizando-se o referido espaço por uma disputa centrada na busca pela autoridade tecnocientífica, ao se utilizar da problemática ambiental como objeto condutor da análise, o conflito em torno da mesma estará correlacionado à disputa central do campo. É essa possibilidade de explorar objetos outros de disputa e correlacioná-los com a essência do confronto de determinado espaço que descarta a total autonomia do campo. Afinal, tais objetos encontram suas superfícies de emergência nos mais variados campos constituintes de um espaço social mais amplo (relembrando que essa disseminação do objeto é uma das peculiaridades atreladas à noção de problemática ambiental, enraizada na particular construção apresentada na noção de problema social). Objetos outros, como a problemática ambiental no caso específico, passam, portanto, a integrar as proposições, tornando-se elementos em disputa por si mesmos, bem como ferramentas dotadas da habilidade de interligarem-se, de forma enriquecedora ou não, a outros confrontos. Em tal perspectiva enraíza-se, igualmente, a possibilidade de visualizar interações entre o objeto condutor da análise e outros emergentes. Sob esse foco, pretende-se resgatar no confronto tocante à problemática ambiental, vinculada esta à busca pela autoridade tecnocientífica, elementos de uma possível disputa centrada na temática geral desenvolvimento rural.

Optou-se pela utilização, na seqüência, da denominação “campo tecnocientífico”⁵, a partir de então entendida como um espaço de disputa onde a competição pela autoridade na definição/construção de uma problemática ambiental está vinculada ao objetivo “original” do confronto, a legitimidade tecnocientífica. O objeto de estudo, portanto, é a luta concorrencial em torno da problemática ambiental, abordada em seu caráter dinâmico o que decorre no privilegiar das estratégias envolvidas na mesma. Explorar estratégias representa, complementarmente, uma tentativa de visualizar elos com outras disputas passíveis de

⁴ Sendo o elemento de inserção de agentes no referido espaço de disputa seu envolvimento com as chamadas “ciências rurais”.

⁵ A denominação atribuída ao espaço de disputa, campo tecnocientífico, enraíza-se no auto-reconhecimento dos agentes entrevistados de seu pertencimento ao mesmo. Assim, extrapolaram-se as fronteiras de um “campo científico” devido à distinção de alguns atores quanto às possíveis instâncias técnicas e científicas, resultando no seu auto-enquadramento em uma ou outra. Na seqüência, observar-se-á que tal distinção vincula-se a uma diferenciação entre a extensão e a pesquisa, sendo a primeira, por determinados atores, considerada uma área técnica e a segunda científica. Disto resulta a denominação “campo tecnocientífico”.

sobreposição no espaço do campo tecnocientífico. Busca-se, novamente, com tal intuito, resgatar, através das estratégias, a possível interação entre a disputa alvo de análise e o desenvolvimento rural.

A necessidade de estabelecer vínculos com uma problemática ambiental é uma constante, representada pela incorporação de uma dimensão ambiental nos discursos dos diferentes agentes⁶. Isso significa o reconhecimento por parte dos agentes da configuração de uma problemática ambiental, independentemente do formato que esta venha a assumir. Partindo-se de tal pressuposto, constitui-se inicialmente uma suposta polaridade principal do campo em questão: os dominantes, representados pelo grupo de agentes ligados a uma perspectiva tecnocientífica vinculada a um modelo⁷ de modernização da agricultura⁸, e os dominados, como aqueles agentes relacionados a proposições tecnocientíficas diferenciadas⁹ e, portanto, concepções igualmente distintas de modelos de agricultura e, em consequência, de desenvolvimento rural. Visando a autoridade/legitimidade da *sua* problemática ambiental, os dominantes no campo tendem a construir uma definição desta passível de enquadramento em seus domínios. Dotados de maior capital tecnocientífico, suas proposições em relação à problemática ambiental norteiam-se pela reafirmação de sua autoridade tecnocientífica, da mesma forma que se abastecem nesta, resultando no fortalecimento do dito modelo de modernização. Assim, estes agentes estabelecem como dimensão privilegiada a tecnológica, esta enraizada na sólida ciência. Aqui a problemática ambiental assume a faceta de uma degradação física apta a ser contornada por tecnologias de “menor impacto ambiental”. No pólo oposto, os dominados tentam delinear *sua* problemática ambiental baseados em uma definição que possibilite a relativização do privilegiar da dimensão tecnológica. Tal aspecto tange, igualmente, a busca pelo domínio de um maior *quantum* de capital tecnocientífico e o acesso a estratégias que possibilitem aos agentes dominados influenciar a estrutura do campo e, na continuidade do enfrentamento, valerem-se positivamente desta oscilação na estrutura.

⁶ Os discursos constituem o substrato sobre o qual e no qual enraíza-se o presente esforço de pesquisa.

⁷ Entendendo-se aqui as lógicas sociais, econômicas e técnicas iminentes das distintas agriculturas.

⁸ Norteadado pelo viés econômico-produtivista baseado, segundo Muzio (1999) nos conceitos de escala e utilidade, orientados pela idéia de que a quantidade é a única dimensão de relevância.

⁹ O elemento central, para fins desta distinção inicial, encontra-se no embate com a orientação produtivista da proposição tecnocientífica do modelo de modernização agrícola.

Na correlação de forças apresentada, o privilegiar da dimensão tecnológica associada a uma definição de problemática ambiental centrada no meio físico, proposição dos dominantes, busca garantir a manutenção da estrutura do campo tecnocientífico proporcionando a continuidade de proposições tecnocientíficas vinculadas ao modelo de modernização da agricultura. Salvaguardando sua autoridade/legitimidade tecnocientífica, os agentes dominantes protegem, igualmente, uma proposição específica de desenvolvimento rural. Por sua vez, os agentes dominados, através da tentativa de impulsionar as reflexões tangentes à problemática ambiental para além das fronteiras do meio físico e da dimensão tecnológica, objetivam desencadear mudanças estruturais no campo com o igual intuito da busca pela autoridade/legitimidade tecnocientífica. Autoridade esta que, de forma concomitante, contribua para o enaltecimento da visibilidade da definição/construção da proposição de desenvolvimento rural dos seus opositores. A disputa em torno da definição da problemática ambiental possibilita, assim, estabelecer a conexão com o confronto entre distintas proposições tocantes ao desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 2

2.1 - SELECIONANDO INSTITUIÇÕES E AGENTES NO CAMPO TECNOCIENTÍFICO

Partindo das atividades de pesquisa, extensão, ensino e de representação de agricultores no cenário da agricultura do Rio Grande do Sul, selecionaram-se instituições e organizações consideradas de visibilidade, relevância e destaque. Para tanto, percepções pessoais foram adicionadas ao auxílio proporcionado por informantes qualificados¹... Desta forma, acredita-se ter estruturado um interessante e satisfatório leque institucional como ponto de partida²:

- **Grupo Pesquisa** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Trigo e Embrapa Clima Temperado); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Centro de Ciências Rurais;
- **Grupo Ensino** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) – Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Centro de Ciências Rurais;
- **Grupo Extensão** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater - RS);

¹ O artifício de recorrer aos “Informantes Qualificados” mostrou-se uma constante nas etapas de seleção de instituições e agentes, bem como na coleta de dados. Inicialmente, para delimitação e confirmação das instituições, buscaram-se agentes pertencentes ao campo tecnocientífico vinculados tanto ao modelo de modernização agrícola, uma perspectiva convencional, quanto às proposições diferenciadas deste.

² A distinção entre as referidas instâncias se fez através de uma construção inicial baseada na percepção pessoal e de informantes qualificados. Em um segundo momento, buscou-se o auto-reconhecimento (ou não) dos agentes como pertencentes a determinado grupo.

- **Grupo Organizações Não-Governamentais**³: Centro Ecológico Ipê (CE-Ipê); Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP);
- **Grupo Representação de Agricultores** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag); Movimento dos Sem Terra (MST); Central Única dos Trabalhadores (CUT/Rural); Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul).

Por sua vez, dentro de cada instituição/organização objetivou-se abarcar discursos distintos e, mais uma vez, de visibilidade e relevância. Selecionaram-se, portanto, agentes passíveis de caracterizar posicionamentos em relação ao eixo central de investigação: problemática ambiental ↔ agricultura ↔ desenvolvimento rural. Para tal seleção intra-institucional recorreu-se, novamente, ao auxílio de informantes qualificados, buscando-se obter um panorama interno. Adicionalmente, do contato com os agentes pré-selecionados pelo auxílio dos informantes, realizou-se a confirmação e/ou complementação do cenário delineado. Detectados tais agentes “porta-vozes”, constituintes de uma amostragem final de 30 entrevistas – aqui excluídas as ditas entrevistas-teste – acredita-se ter obtido informações suficientes, contemplando os posicionamentos de destaque no interior de cada instituição/organização e, decorrentemente, do campo tecnocientífico.

Com o intuito de aproximar-se dos distintos discursos, elaborou-se um roteiro de entrevistas. De um protótipo inicial até o refinamento e consagração do dito roteiro, realizaram-se oito entrevistas-teste durante o mês de abril de 2000, possibilitando ao mesmo assumir a forma apresentada em anexo (anexo 1). A cada entrevista-teste procedia-se sua atenciosa escuta, da qual derivaram-se alterações e novos questionamentos.

Da fase-teste configurou-se um roteiro de entrevista estruturado em quatro blocos condutores: origem e trajetória social do entrevistado; problemática ambiental e agricultura; ciência e tecnologia e desenvolvimento rural. À medida que a etapa de coleta de dados avançava, estendendo-se entre os meses de maio e dezembro de 2000, questionamentos

³ Para fins práticos, na seqüência, quando da necessidade de apresentar citações de agentes envolvidos em tal grupo, se utilizará a denominação “extensionista”. No entanto, para os mesmos esta deve ser relativizada, extrapolando as fronteiras de uma concepção clássica da “extensão”, ou seja, a de uma instância basicamente

pertinentes às distintas subdivisões do roteiro, aos blocos apresentados, perdiam ou ganhavam espaço no contexto da entrevista como um todo. Essa relativa flexibilidade proporcionada por um roteiro de entrevista enriquece e complexifica não apenas a condução da coleta de dados como, igualmente, o andamento posterior da pesquisa. Salienta-se tal peculiaridade com o intuito de esclarecer sobre o constante diálogo existente entre o roteiro de entrevista e o produto de sua aplicação, do qual, invariavelmente, derivavam-se e ao qual agregavam-se aspectos muitas vezes não tão claros na estrutura original. Em uma rápida analogia, manter o contato com as rédeas, sem agarrar-se às mesmas ou deixá-las escorrer pelo pescoço, destaca-se como exercício básico de qualquer investigador/pesquisador que venha a utilizar-se de tais roteiros como instrumento de coleta de dados.

De posse do material bruto, entrevistas gravadas resultantes da aplicação do roteiro, e concomitantemente à “garimpagem” do mesmo, iniciou-se a sistematização inicial. Cada entrevista foi fidedignamente transcrita, do que resulta sua posterior utilização em citações igualmente fiéis⁴. O trabalho de transcrição complementava percepções iniciais que, mais uma vez, vinham a se refletir no andamento de entrevistas posteriores. Sem dúvida, esta se consagrou como uma interessante etapa, permitindo um reforçar de idéias iniciais, bem como o despertar de caminhos a serem posteriormente explorados. A exaustão de um trabalho de certa forma “massante” se fez compensar pela possibilidade de delinear um panorama geral da gama de dados coletados.

No caso específico do presente esforço de pesquisa, na seqüência das transcrições seguiram-se duas tentativas de recorte do material disponível, através da construção de tabelas. Em um primeiro momento, selecionou-se como eixos os quatro blocos do roteiro e, dentro destes, questionamentos que, em virtude da aplicação e consagração do mesmo, se destacaram. Dessa forma, seguiu-se o modelo inicial de tabelamento que é apresentado no anexo dois. Em destaque figura a importância que a questão referente à agroecologia assumiu com o desenrolar da etapa de campo, possibilitando seu desdobramento em questionamentos como: definição, posicionamento do agente em relação à agroecologia e viés científico... Igualmente,

vinculada à difusão de tecnologias. Da ausência de uma outra caracterização, prossegue-se com tal denominação, exaltando sua relativização.

os campos delimitados para observações e palavras-chave/idéias de destaque propiciaram um novo espaço para leituras não tão explícitas em uma análise segmentada e rápida do material transcrito. A gama de informações passíveis de serem extraídas de tal material conduziu à necessidade de recorrer a uma nova etapa de recortes, subsidiária da organização da futura estrutura materializada no presente trabalho. De maneira bastante resumida, caracterizou-se os posicionamentos dos agentes entrevistados em relação à pesquisa-ensino-extensão; origem da problemática ambiental; origem da interação problemática ambiental – agricultura, demandas derivadas; definição de agroecologia, argumentos e o reconhecimento ou não de sua cientificidade; o papel da ciência e da tecnologia na problemática ambiental. Facilitou-se, dessa forma, a tarefa de agrupar posicionamentos na busca da construção de grandes grupos. Ressalta-se, no entanto, que às distintas etapas de processamento correspondem necessidades momentâneas, sendo o resultado final fruto da sobreposição das três instâncias de sistematização. Ou, dito de outra forma, a construção de uma etapa subsequente de sistematização não permite a exclusão ou mesmo o esquecimento da anterior. O texto final fez-se valer da especificidade utilitária de cada uma: a etapa de transcrição, além de fornecer o panorama inicial, a partir do qual delimitaram-se os eixos da sistematização posterior, foi a fonte constante dos fragmentos de discursos explorados; já os tabelamentos realizados permitiram a caracterização dos posicionamentos, impulsionando um retorno dirigido ao material transcrito.

2.2 – UM PANORAMA INICIAL DECORRENTE DA ETAPA DE CAMPO – ESTRUTURANDO O MOMENTO ANALÍTICO

O constante diálogo entre a etapa de campo e o processamento inicial do material obtido foi possibilitando delinear, ainda por ocasião da coleta de dados, a grande polaridade que se instalaria em uma disputa pela autoridade/legitimidade em abordagens ou tratamentos da problemática ambiental.

⁴ Alguns vícios de linguagem foram retirados com o intuito de facilitar a leitura, permanecendo as citações apresentadas na seqüência como a fiel reprodução da fala dos agentes.

A particularidade do caso gaúcho, na ocasião da realização das entrevistas, desprendia-se do patamar de política pública alcançado pela noção de Agroecologia. Incorporado à chamada missão da Emater/RS, a orientação por uma abordagem agroecológica passou a integrar, igualmente, os objetivos da Fepagro. Tal panorama deriva-se da ascensão política da “Frente Popular” (Coligação PT, PSB, PPS PCdoB) ao governo estadual no ano de 1999. Neste panorama, espaços tradicionalmente ocupados por agentes vinculados ao modelo de modernização da agricultura passaram a ser preenchidos por partidários da agroecologia. A visibilidade destes últimos agentes aumenta no conjunto das instituições estatais. A efervescência gerada impossibilitou a condução da presente pesquisa sem atribuir à agroecologia um espaço de destaque. Abordar a problemática ambiental ocasionava, invariavelmente, a aparição, na maioria das vezes voluntária, da noção de agroecologia. Assim, com o decorrer das entrevistas esta noção foi se consagrando como um eixo para análises posteriores.

De tal peculiaridade deriva a grande polaridade delineada: de um lado, simpatizantes de um modelo de modernização da agricultura; em oposição, agentes vinculados a uma proposta agroecológica. Partiu-se, como resultado das etapas de entrevista e processamento inicial, desta polaridade.

Com o desenrolar das etapas analíticas, materializadas, conforme já destacado, em dois tabelamentos posteriores, possibilitou-se estabelecer os eixos analíticos. Tendo por objetivo a análise da dimensão discursiva do conflito em torno da problemática ambiental no campo tecnocientífico, destacaram-se os seguintes eixos: problemática ambiental, problemática ambiental e agricultura, ciência e tecnologia, agroecologia, pesquisa e extensão e, adicionalmente, o desenvolvimento rural, explorado com o intuito de delimitar possíveis elos entre a disputa em questão (em torno da definição legítima da problemática ambiental) e o mesmo. Buscou-se resgatar argumentos e estratégias que possibilitassem vislumbrar a dinâmica do campo tecnocientífico em torno da problemática ambiental. A partir de então, tornou-se possível configurar um terceiro grupo no campo tecnocientífico, uma variante do grupo de agentes vinculados à agroecologia.

Portanto, o material, a seguir apresentado, propiciará o destaque de três possíveis conjuntos de posicionamentos em uma disputa em torno da problemática ambiental. Reafirma-se, não é pretensão do presente esforço de pesquisa esgotar posicionamentos e sim demarcar os de maior visibilidade a partir de sua interação com os demais em um espaço de disputa.

Com o objetivo de privilegiar a dinâmica do campo tecnocientífico, o momento analítico concentrou-se na busca pelas estratégias e argumentos peculiares de cada um dos posicionamentos, sendo estes, igualmente, construídos com o desenrolar da análise. Na seqüência, o texto passa a organizar-se de acordo com os eixos analíticos estabelecidos, objetivando explorar as estratégias peculiares de cada etapa. Adicionalmente, é com o intuito de reforçar o papel das interações na configuração de cada um dos posicionamentos e de suas estratégias que serão apresentados “rounds” de uma luta de boxe, nos quais a intenção é promover o diálogo direto entre os opositores.

CAPÍTULO 3

3.1 - NEGAR A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL, QUEM OUSARIA?

Percorrendo os registros decorrentes do material levantado a campo, destaca-se o reconhecimento de uma dita problemática ambiental, ainda que permeada por distintas interpretações – como posteriormente será explorado – como inegável entre a gama de agentes entrevistados.

O aspecto central, nesse ponto, é o reconhecimento da degradação do meio físico. Dessa forma, parte-se de um substrato comum onde a condição objetiva da dita problemática ambiental, materializada em seus impactos no meio físico, não é passível de negligência entre os agentes em questão. A princípio, portanto, poder-se-ia creditar a ascensão de uma problemática ambiental como um problema social, em diferentes campos de disputa, às suas objetivadas e inquestionáveis expressões no meio físico. Afinal, tais expressões estão aí, escancaradas e palpáveis.

No entanto, mesmo que sutilmente, um olhar mais atento permite reconhecer e afastar-se, conscientemente, de tal superficial armadilha – a associação direta e exclusiva entre a faceta objetiva de uma problemática ambiental e a configuração desta como um problema social. Por mais que um determinado agente insista em estabelecer a conexão direta entre problemática ambiental e sua condição objetiva, no decorrer de seu discurso, aqui e ali, em suas definições e argumentações, vislumbra-se sua faceta subjetiva. Torna-se explícito que, agregada a tal percepção objetivista, se tem, sempre, uma construção social específica que, no decorrer, materializar-se-á em distintas “problemáticas ambientais”. Adentra-se, assim, o campo tecnocientífico onde o problema social representado pela ampla denominação de problemática ambiental configura um interessante elemento de disputa.

3.2 - IMPACTOS NO MEIO FÍSICO – A ESSÊNCIA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL OU O TRAMPOLIM PARA O MODELO DE DESENVOLVIMENTO?

Tendo como ponto de partida o inegável reconhecimento da faceta física da problemática ambiental, passa-se a distinguir dois grandes posicionamentos. Quando induzidos à reflexão em torno da problemática ambiental, um primeiro grupo de agentes utiliza-se dos impactos físicos no ambiente como eixo condutor de seus discursos e argumentos posteriores. Por sua vez, reconhecendo a magnitude dos aspectos físicos, um segundo grupo os transforma em um trampolim, possibilitando usá-los como impulsionadores da formulação de ponderações tangentes ao modelo de desenvolvimento. A distinção, então estabelecida, “impactos no meio físico” e “reflexos de um modelo de desenvolvimento” inaugura, muito propriamente, o espectro argumentativo que se desenvolverá ao longo da ampla denominação “problemática ambiental” entre os mediadores técnicos gaúchos.

Denota-se, desde já, o grande eixo dos macroposicionamentos em relação à problemática ambiental que serão acompanhados no decorrer do presente exercício de pesquisa: de um lado, como grande trunfo, o forte apego aos impactos no meio físico; de outro, tais impactos permitem o extrapolar para reflexões pertinentes ao “modelo de desenvolvimento”. Tem início, dessa forma, o desbravar do campo tecnocientífico no cenário agrícola gaúcho.

3.2.1 - “Impactos no meio físico” – a essência da problemática ambiental

Tendo a problemática ambiental como eixo discursivo, distingue-se uma gama de interpretações conectadas pela extrema relevância creditada aos ditos impactos no meio físico. Refletir sobre a problemática ambiental toma caminhos interessantes:

“O homem é um **intruso na natureza**..... quer dizer, ele faz parte da natureza, sim. Com a capacidade de raciocinar, ele fez muita coisa boa, mas acabou fazendo muita coisa ruim. E é o que nós estamos pagando por isso... Nós é que interferimos demais no ambiente.” (Extensionista/Emater – grifos da autora);

“(...) **a excessiva pressão da humanidade sobre os recursos naturais** sem respeitar esses equilíbrios todos que deveriam ser respeitados.” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

Um “intruso na natureza” responsável pela “excessiva pressão sobre os recursos naturais”. A interferência humana pode, ainda, ser referenciada como um acontecimento “natural”: “ao existir sobre a face da terra, ele [o homem] começou a agredir o meio ambiente, a mudar a face da terra.” (Pesquisador/Fepagro) Frente a tais iniciais posicionamentos, prossegue-se em uma extensa lista: degradação do solo, contaminação dos lençóis freáticos, poluição do ar... Reflexos de uma intervenção humana ou mesmo a natural derivação de sua existência, os impactos no meio físico assumem lugar de destaque em abordagens da problemática ambiental, merecendo a referência e exaltação nos discursos do grupo de agentes em questão.

Ainda de maneira incipiente, pode-se vislumbrar a futura utilidade de tal exaltação, desnudada na seqüência de discursos como:

“[por problemática ambiental entende-se]... reação ao fato de os **insumos básicos** para a **sobrevivência humana** (ar, água, solo...) estarem comprometidos. Então, eu acho que **não existe muita poesia**, como às vezes fazem, né. Mas, uma **realidade bem fria**, ou seja, somente houve essa preocupação nos últimos anos, em função de que esses insumos básicos pra ele [o ser humano] sobreviver começaram a ficar comprometidos.” (Pesquisador-professor/UFSM – grifos da autora)

Depara-se com uma “realidade bem fria”, o comprometimento dos “recursos básicos para a sobrevivência humana”. Esta “realidade” é, de fato, o elemento a ser considerado. Mas, de onde deriva tal “realidade”? Retomando, esta pode configurar-se como fruto da “excessiva pressão” de um “intruso na natureza” sobre os “recursos” ou, até mesmo, da própria “existência humana”. No entanto, esqueça-se a “poesia”. De que valerá adjetivar, ou mesmo caracterizar melhor os elementos dos quais se deriva tal “realidade” se é a esta que devemos

atentar? Assim, o grupo de agentes por ora reunidos inicia suas considerações a respeito de uma “problemática ambiental” exaltando a faceta dos impactos no meio físico. De antemão, estes agentes avisam: o que realmente interessa na problemática ambiental é a citada “realidade bem fria”.

Na seqüência, o fragmento destacado do discurso do pesquisador-professor da UFSM transmutar-se-á na necessidade de **manipular** e **conhecer**¹ os referidos prejuízos nos “insumos básicos (ar, água, solo...)”, salientando-se: tais abordagens devem ser feitas de forma nada “**poética**”².

Estas são as pinceladas iniciais de um quadro reflexivo sobre a problemática ambiental no contexto empírico estudado. No entanto, seu aprofundamento merece, se não o recorrer para a seqüência nos discursos, pelo menos que se explore as ponderações referentes à interface problemática ambiental/agricultura.

3.2.2 - “Impactos no meio físico” - o trampolim para o modelo de desenvolvimento

“Relação homem – natureza”, “modelo de desenvolvimento”, “modelo de sociedade”, “sociedade moderna” são expressões freqüentes nos discursos de agentes por ora aqui agrupados, quando instigados a refletir sobre a problemática ambiental. De maneira representativa cita-se:

“... a humanidade, ao longo de sua trajetória, com essa, digamos assim, pseudomania, pseudocaminho de desenvolvimento, criou uma série de estilos de vida que foram impactando o meio ambiente. As formas de vida que nós desenvolvemos na sociedade dita moderna foram impactando o meio ambiente de diferentes maneiras.” (Extensionista/Emater)

¹ Entenda-se, com o desenrolar do exercício discursivo dos agentes, **quantificar**.

² Novamente, na seqüência, entenda-se **ideológica**.

Aproveitando a frase final do trecho selecionado, ressalta-se a invariável presença dos chamados impactos no meio físico. São, novamente, freqüentes as referências aos reflexos no solo, nos recursos hídricos, na biodiversidade:

“No meu entender, ela [a problemática ambiental] é um conjunto de problemas decorrentes de anos, talvez de séculos de relação homem-natureza totalmente inadequado e equivocado. Então, ficam uma série de problemas que nós temos hoje, que inclui a questão da água, dos solos, das florestas, e por aí afora, e que são, já, conseqüências. A problemática ambiental, eu acho que ela é a conseqüência de todo um processo no relacionamento homem-natureza, um todo... e fruto de toda essa concepção de desenvolvimento que nós tivemos e temos até hoje.” (Pesquisador-professor/UFSM)

Ressaltando os impactos no meio físico, o grupo de agentes em questão mergulha em direção às possíveis causas dos mesmos. Em contraste com o grupo de agentes anteriores, endereçam as causas dos referidos impactos a uma “relação homem – natureza”, uma “sociedade moderna”, um “modelo de sociedade”, “modelo de desenvolvimento”. Ao abordar a problemática ambiental, a dita “realidade bem fria”, relativa aos impactos no meio físico, passa a ser fator de importância em sua capacidade de impulsionar as reflexões para os elementos provocativos da mesma. Mais que isso, tais elementos assumem contornos e recebem as já destacadas denominações: “relação homem – natureza”, “sociedade moderna”, “modelo de sociedade”, “modelo de desenvolvimento”.

Cedo ou tarde, em ambos os grupos de agentes, os exaltadores de uma “realidade bem fria” ou os impulsionadores de reflexões em torno de modelos de sociedade/desenvolvimento, a referência direta à existência de posicionamentos distintos em relação à problemática ambiental e no particular de sua interface com a agricultura, tornar-se-á explícita. No grupo em questão, esta referência se faz presente desde já. Assim, podem-se encontrar expressões como “(...) esse é um jogo de forças” (Extensionista/Cetap), muitas vezes acompanhadas de uma breve caracterização e discernimento das referidas “forças”. De acordo com a faceta que

a problemática ambiental venha a assumir, uma tentativa de exacerbação dos reflexos físicos ou impulsionando reflexões tocantes ao modelo de desenvolvimento, de sociedade, pode configurar-se, em um cenário caracterizado por um “jogo de forças”, em aliada ou inimiga.

A constatação da existência de abordagens diferenciadas da problemática ambiental e do enfrentamento entre as mesmas (explícito no “jogo de forças”) materializa a necessidade, por parte dos agentes que utilizam o denominado “trampolim”, em recorrer aos impactos físicos, resgatando-os em suas narrativas. Estrategicamente, se os impactos físicos constituem-se no elemento-chave da problemática ambiental de um grupo opositor, nada melhor do que demonstrar domínio sobre os mesmos:

“Bom, problemática ambiental, pra mim, é toda a problemática que surge pelo acúmulo de impactos que a atividade econômica gera na sociedade. Foi acumulando uma série de impactos que, antes, eram considerados um mal necessário, mal menor, etc e tal. A degradação, a extinção de espécies e a deterioração de recursos naturais se deu de uma forma tão acelerada.... A atividade econômica não respeitou nada disso. (...) seria a problemática ambiental, uma, uma resposta a todo um conjunto de comportamentos humanos que resultaram em impactos globais nos recursos da Terra. Então, a problemática ambiental resume toda a problemática gerada pelo modo de produzir, de consumir de nossa sociedade que produz uma série de **impactos que são uma problemática com princípios comuns**. Esses são mais conhecidos como o **princípio da conservação da biodiversidade, dos recursos d’água, solo** e etc e tal.” (Pesquisador/ Fepagro – grifos da autora)

O trecho destacado acima denuncia nuances dentro do bloco de agentes aqui reunidos. Na seqüência, a relação institucional dos diferentes agentes passará a caracterizar seu posicionamento mais próximo ou distante de um “*front*”³ de disputas. Quanto mais perto

³ Conforme já destacado, a singularidade do caso gaúcho materializa-se no acesso de agentes defensores de uma proposta agroecológica a espaços tradicionalmente ocupados por partidários do modelo de modernização da agricultura. Impulsionados pelo relativo acúmulo de capital político, decorrente da ascensão ao poder político, os

deste, o que se observará é a tendência à resposta às indagações diretas do grupo opositor. Dessa forma, determinados aspectos assumirão maior ou menor relevância nos discursos dos agentes. Por ora, o trecho selecionado, do pesquisador da Fepagro, amarra-se aos impactos no meio físico de uma forma elaborada, explícita no requinte discursivo ao reuni-los nos referidos “princípios comuns de conservação”. No limiar, se o pólo dominante conseguir delimitar o enfrentamento às fronteiras dos impactos físicos, os agentes opositores de tal centralidade se esforçarão em mostrar domínio sobre os mesmos, garantindo sua legitimidade no campo tecnocientífico. Assim, nada melhor do que denunciar uma certa propriedade ao referir-se aos impactos físicos, centro argumentativo do grupo opositor. Demonstrar uma familiaridade ao abordar aos eixos discursivos de um grupo opositor parece ser uma estratégia peculiar de um *front* de disputas. Esta estratégia decorrerá, reiteradas vezes na disputa em questão, em uma tentativa de apropriação/cooptação do arsenal do adversário.

Constata-se: a problemática ambiental se constitui em um interessante substrato para a configuração, e acesso, de uma disputa no campo tecnocientífico da agricultura gaúcha. Mergulha-se, pois, nas seqüências discursivas, em busca de elementos que enriqueçam as particulares construções da problemática ambiental e que possibilitem compor uma disputa no campo tecnocientífico.

3.3 – AS DISTINTAS COMPREENSÕES DA INTERFACE PROBLEMÁTICA AMBIENTAL/AGRICULTURA: A POLARIDADE “MAU USO DA TÉCNICA” X “MODELO DE AGRICULTURA”

Seguindo as trilhas incipientemente abertas pelas iniciais reflexões em torno da problemática ambiental, envereda-se pelo leque de discursos “garimpados”. Busca-se, através do aprofundamento no exercício argumentativo dos agentes, o refinamento dos discursos.

agentes partidários da agroecologia propiciam à mesma o patamar de política pública. A legitimidade adquirida pela proposta agroecológica provoca uma efervescência no cenário, proporcionando sua caracterização explícita como um espaço de disputas. Na seqüência, no campo tecnocientífico, se observarão as insistentes tentativas de desmerecimento da agroecologia em sua faceta de política pública, calcadas na influência do campo político na promoção da mesma, bem como, no pólo opositor, as tentativas de garantir a autoridade/legitimidade da proposição. Em um “*front*” de disputas encontram-se, pois, os agentes levados constantemente a defender sua proposta agroecológica frente aos seus pares e os opositores da agroecologia enquanto política pública.

Refinamento que possibilite enriquecer tanto o quadro informativo como as análises decorrentes, objetivando delinear distintos posicionamentos, bem como ressaltar a dinâmica estabelecida no campo tecnocientífico. Para tanto, a interação problemática ambiental/agricultura torna-se, agora, o foco central.

Ressaltando impactos em uma materialidade física, poder-se-ia, a princípio, exaltar uma certa concordância entre os agentes entrevistados: os rumos que a agricultura seguiu, nas últimas décadas, desencadearam processos que resultaram em uma degradação ambiental. Até aqui, nenhuma novidade. Afinal, o reconhecimento de impactos já está presente na construção da problemática ambiental. No entanto, tal percepção se faz sentir de forma polarizada através da caracterização dos impactos como conseqüências devido ao “*mau uso da técnica*” ou da referência direta à sua decorrência de um “*modelo de agricultura*”. Aí está, propriamente, o passaporte para adentrar o campo tecnocientífico, campo este onde a problemática ambiental na agricultura, no Rio Grande do Sul, é passível de ser interpretada por, pelo menos, dois grandes posicionamentos. Posicionamentos estes que possibilitam a distinção de dois grupos de agentes abrigados, a partir de então, sob as denominações “*mau uso da técnica*” e “*modelo de agricultura*”.

3.3.1 – Problemática ambiental e agricultura, o “mau uso da técnica”

Quando levados a refletir sobre possíveis origens da interação entre a problemática ambiental e a agricultura, o grupo de agentes aqui representados centra-se nos reflexos desencadeados pela utilização de determinados insumos agrícolas. Bastante apegados a uma percepção física da problemática ambiental (ver o item “Impactos no meio físico – a essência da problemática ambiental”) estes agentes estabelecem, desde já, um dos seus pilares argumentativos para assuntos derivados no decorrer da entrevista, ou seja, a forte relação entre utilização inadequada de determinados insumos e técnicas agrícolas e a degradação ambiental:

“É, eu acho que começou na agricultura exatamente depois da Segunda Guerra Mundial. Com a **utilização de produtos massivos na agricultura**. Com a **utilização indiscriminada** de produtos químicos fertilizantes e outras coisas que eram sobras

da guerra e de outras...” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

Recorte-se a problemática ambiental em sua interface com a agricultura. A proximidade proporcionada pelo referido recorte faz com que os agentes apliquem à anteriormente referida “realidade bem fria”, efeitos causais igualmente próximos a eles, a “utilização de produtos”. Ressaltando um uso inadequado de insumos, expresso nas expressões “utilização massiva” e “utilização indiscriminada”, e de técnicas agrícolas, os agentes em questão buscam amarrar a problemática ambiental a elementos que lhes sejam familiares e, portanto, circunscritos aos seus domínios. Assim, tendo como centralidade os impactos físicos no ambiente, ao adentrarem a interface problemática ambiental/agricultura, sendo a última, por excelência, seu espaço de atuação, destacar elementos causais que sejam de seu domínio configura-se em uma interessante estratégia de manutenção de sua legitimidade no campo tecnocientífico gaúcho. Resuma-se sua estratégia: aproveitando da amarra materializada nos impactos físicos, tais agentes iniciam sua descida penhasco abaixo estabelecendo ganchos adicionais representados por técnicas e insumos agrícolas considerados de menor impacto ambiental. Tal artimanha necessita, ainda, de um esclarecimento final, o sustento dessa empreitada é proporcionado pela “rochosa” ciência. Problemática ambiental/agricultura? Para os agentes do “*mau uso da técnica*” deve-se enfrentar a “realidade bem fria”, baseando-se em técnicas agrícolas de menor impacto e, comprovadamente, científicas.

Detectado o problema, a “utilização massiva de produtos”, o “mau uso da técnica”, é esboçada uma “solução”:

“Quando a atividade agrícola é bem conduzida, bem equilibrada, não é poluidora, não deveria ser poluidora. Às vezes, a poluição está no **mau uso da técnica**, eu acho. (...) Eu, realmente, considero, hoje, uma **agricultura racional**, bem conduzida, como uma atividade muito poluidora? Não! Eu acho que não!” (Pesquisador-professor/UFSM – grifos da autora)

A racionalização aparece como palavra-chave: “o que significa racionalizar? Significa usar doses menores, utilizar menor número de aplicações.” (Pesquisador/Fepagro) Mas que fique claro: “isso não quer dizer que tenha que abandonar o uso de insumos químicos, inorgânicos, sintéticos e passar para uma agricultura orgânica. Não, isso não vai acontecer!” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado) Afinal, “... nós [os pesquisadores] sempre buscamos não a eliminação desses produtos [os agroquímicos], mas a racionalização do seu uso.”(Pesquisador/Fepagro) Constata-se, então, que são detalhes na condução da atividade agrícola que a empurram para uma interface com a problemática ambiental, detalhes estes passíveis de serem contornados através de técnicas racionais e consideradas de “menor impacto ambiental”. À sombra da mágica palavra “racionalização”, distinguem-se as grandes vedetes: a redução no uso de agroquímicos, as biotecnologias e o plantio direto. Estes se tornam exemplos constantes de uma aproximação “amigável” entre agricultura e meio ambiente.

Hasteando suas bandeiras técnicas, estes agentes permitem a entrada em cena da ciência, o maciço mastro de suporte de seus discursos:

“Se, ao longo do tempo, o homem conseguiu, digamos assim, provocar desequilíbrios, ele poluiu, ele degradou o solo. Por outro lado com a pesquisa, **através da ciência**, através da tecnologia e dos conhecimentos adquiridos, ele pode reverter. Nós temos, talvez, o melhor exemplo que a gente possa dar pra sociedade, nos últimos anos, de contribuição que a agronomia deu para a sociedade, é o plantio direto.” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

Aí está, novamente, o homem desencadeando impactos. No entanto, tem-se a ciência e, no específico à agricultura, destaca-se uma das referidas vedetes: o plantio direto. Destaque esse garantido pelo selo “produto da ciência”. Essa confiança na pesquisa, na ciência, na tecnologia para reverter o estado de degradação e poluição, constitui uma importante

peculiaridade do presente grupo de agentes. Afinal, é este um elemento-chave na manutenção de uma onipotência da tecnologia.⁴

Sob os pés, portanto, o fértil e profundo solo da ciência, o substrato ideal para reverter a degradação e, igualmente, para o enraizamento e suporte de técnicas adjetivadas como de baixo impacto ambiental. À medida que se explora a seqüência discursiva, adicionalmente a essa utilização da ciência como um “escudo” – em uma perspectiva defensiva, frente à degradação física apresentam-se opções cientificamente comprovadas – a mesma passa a ser utilizada pelo grupo “*mau uso da técnica*” como “lanças” e “catapultas” – em posição de ataque, ao exigir o selo “produto da ciência” para tudo e todos que se pretendam legítimos no campo tecnocientífico:

“Deve-se ter **estudos** para comprovar o que contamina e o que não contamina, não definir *a priori* o que polui, o que contamina, o que pode trazer problemas. É **necessário** que se **estude** e se determine com **segurança** o que precisa ser retirado do processo produtivo e o que não deve ser retirado do processo produtivo, porque apenas tem **fama** de estragar tudo.” (Extensionista/Emater – grifos da autora)

A ciência, portanto, aqui contemplada na expressão “estudos”, gera a “segurança” “de que ela [a ciência] está dizendo uma verdade, uma verdade que não pode ser mais contestada, porque já tá provado.” (Extensionista/Emater) A ciência como promotora da verdade, derivação constante entre os agentes do “*mau uso da técnica*”:

“A pesquisa diz assim: a ciência diz isto, isto, isto. Não é teoria, não é diz-que-diz, não é observação nada, é isso aí (...) Se eu vou discutir contigo aí um agrotóxico. Se eu não pesquiso agrotóxico, como é que eu vou discutir? Como é que eu vou ter a base de dizer que isso se degrada ou isso percola no solo, ou

⁴A confiança em um “*technological treadmill*” para a superação dos chamados problemas ambientais é encontrada em Lowe (1992), adicionalmente ao uso da expressão “*clean technologies*”, e em Marsden (1999). A idéia de uma “*onipotência da tecnologia*”, por sua vez, encontra-se em Muzio (1999).

isso não sei o que lá, contamina o ambiente?”
(Pesquisador-professor/UFSM)

Ou tenha um arcabouço científico por trás ou considere-se não legítimo no cenário. Dessa forma, ou a ciência está por trás, ou tem-se, apenas, um “diz-que-diz”, uma “observação” ou mesmo a “fama”. Exaltar tal antagonismo induz a pensar que os agentes reconhecem, portanto, sua entrada em um campo de disputa onde a problemática ambiental na agricultura é passível de se delinear em interpretações distintas. Endereçar estes iniciais recados, bem como aprimorá-los, tornar-se-á possível com o desenrolar do exercício discursivo.

3.3.2 – Problemática ambiental e agricultura, o “modelo de agricultura”

Seguindo a trilha inicialmente aberta por ocasião das reflexões em torno da problemática ambiental, reúne-se, novamente, o grupo de agentes que se faz valer de aspectos pertinentes aos impactos no meio físico como elemento impulsionador de reflexões tangentes a modelos de desenvolvimento, de sociedade. Partindo da interface problemática ambiental/agricultura, observar-se-á a confirmação de tal conduta, por ora restrita ao referido recorte. Surgem, portanto, referências a um determinado modelo de agricultura, com alusões a uma dita “modernização”, a uma “industrialização” agrícola, ou, mais diretamente, à “Revolução Verde”. Do atalho aberto pelas reflexões em torno da problemática ambiental, os chamados impactos no meio físico tornam a configurar uma possível fonte de descrédito e contestação, agora de um modelo de agricultura.

No específico à interface problemática ambiental/agricultura:

“Eu diria que essa relação existe pelo fato de que os sistemas de produção que hoje nós temos não são **sustentáveis**. Pelo fato de que nós estamos, ainda, muito atrelados ao sistema, modelo, **modelo de agricultura da década de 70**.” (Sindicalista/Fetag – grifos da autora)

Ou ainda,

“(...) acho que a forma como se **modernizou** a agricultura brasileira fez com que agravasse, e muito rapidamente, a problemática ambiental que vem da agricultura.” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

Comprova-se, portanto, que abordar a interface problemática ambiental/agricultura, necessariamente conduzirá a referências ao modelo de modernização da agricultura, ao “modelo de agricultura da década de 70”. Os agentes do “*modelo de agricultura*” esclarecem, desde já, que tal modelo é particularizado pela ineficiência em termos de “sustentabilidade”, moldável palavra-chave esta que se permite migrar de um pólo argumentativo para o outro.

Acompanhando uma trajetória discursiva onde um “modelo econômico” deriva para um modelo de “modernização” da agricultura, gerando “impactos nos recursos básicos”:

“Agora, a agricultura tem todo um modelo, também, nela, totalmente relacionado a um modelo econômico maior. Que é o modelo agrícola que foi desenvolvido e instalado aí, por décadas. (...) E esse modelo é o modelo da modernização, chamado de modernização, ou da Revolução Verde. Então, esse modelo agrícola tá, totalmente, encaixado em um modelo econômico. Se o modelo econômico causa uma série de impactos na sociedade geral, o modelo agrícola causa uma série de impactos na agricultura e fora da agricultura também. (...) Todo modelo da modernização gerou um impacto de deterioração dos recursos básicos que são o solo e água... Impactou tanto a qualidade quanto a quantidade.” (Pesquisador/Fepagro)

Tal pano-de-fundo instiga reflexões e nutre contestações: “(...) as alterações do ambiente que a atual maneira de trabalhar a agricultura está fazendo, isso vai... Não sei, podem inviabilizar, inclusive, esse planeta para a vida humana, ou para a vida como um todo.” (Pesquisador-professor/UFRGS) Nada melhor, portanto, que deixar claro que:

“o **modelo de agricultura** que nós implantamos é que causou essa crescente consciência de que **o que nós estávamos fazendo na agricultura estava causando um impacto na problemática ambiental.** (...) E que estavam destruindo a nossa base de recursos. E destruindo a base de recurso nós não vamos ter condições de **fazer nada sustentável...**”
(Extensionista/Emater – grifos da autora)

Pressiona-se o “modelo de agricultura”: de um lado o “impacto na problemática ambiental” é decorrente deste modelo; do outro, e como continuidade lógica de tal afirmativa, não é possível conciliar o adjetivo sustentável e o modelo de agricultura em questão. Conectar os impactos no meio físico a um modelo de agricultura particularizado por sua “insustentabilidade” resume a tentativa de delinear uma estratégia de subversão do campo. Problemática ambiental/agricultura? Para os agentes do “*modelo de agricultura*”, deve-se partir para uma reflexão em torno de modelos de agricultura. Porém, faça-se valer da já citada estratégia em busca de uma legitimidade: em um *front*, utilize as armas dos adversários. Assim, se a questão, para o pólo opositor, é a “realidade bem fria” atrelada ao “mau uso da técnica”, acrescente às referidas contestações do modelo de agricultura uma pitada de “impacto de deterioração dos recursos básicos”, de “inviabilização” do “planeta para a vida humana”, desembocando na conclusão de que, através deste modelo não é possível “fazer nada sustentável”. Ou seja, pressione-se o “modelo de agricultura” tendo como argumento central a impossibilidade de desvinculá-lo da geração de uma “realidade bem fria”. Realidade essa, por sua vez, o “coração” dos discursos do “*mau uso da técnica*”.

De posse dos aspectos levantados, pode-se delinear um interessante “pingue-pongue” entre os dois posicionamentos: “*mau uso da técnica*” e “*modelo de agricultura*”.⁵

⁵ O denominado “pingue-pongue” constitui-se em uma estratégia na busca pela identificação da dinâmica do campo tecnocientífico gaúcho em torno da problemática ambiental e de seus temas decorrentes e associados, bem como em uma etapa imprescindível para a construção dos distintos posicionamentos, partindo-se do pressuposto de que existe uma constante interação entre a dinâmica do campo e a constituição destes .

3.4 - O PRIMEIRO ROUND: “MAU USO DA TÉCNICA” X “MODELO DE AGRICULTURA” – EM BUSCA DA DINÂMICA NO CAMPO TECNOCIENTÍFICO

Retoma-se argumentos e estratégias acumuladas nas ponderações iniciais relativas, em um primeiro momento, à problemática ambiental e, em uma segunda etapa, à interação desta com a agricultura. Para um grupo de agentes, o elemento de destaque em seus exercícios reflexivos em torno da problemática ambiental constitui a chamada “*realidade bem fria*”. Partindo-se de tal centralidade, os mesmos agentes, na continuidade de suas considerações, agora sobre a interface problemática ambiental/agricultura, erguem a bandeira da “*racionalidade*”, respaldada pelas denominadas “vedetes” (as biotecnologias, o plantio direto, a redução no uso de agroquímicos). Vedetes estas, por sua vez, embebidas no poderoso substrato proporcionado pela ciência. Os impactos no meio físico podem, portanto, ser contornados por técnicas racionais, desde que se demarque o elemento condutor ao caráter de legitimidade: o imprescindível substrato científico. Do outro lado, o grupo de agentes opositores acenam, desde suas reflexões sobre a problemática ambiental, com a possibilidade de utilizar os impactos no meio físico como “porta-de-entrada” para ponderações/críticas tocantes a modelos de sociedade e de desenvolvimento. Afunilando para a relação problemática ambiental/agricultura, delimitam-se tais ponderações a um modelo de agricultura intrinsecamente “insustentável”... Dessa forma, se a questão central é a “realidade bem fria” destacada pelo grupo antagônico, a “insustentabilidade” do modelo conduz, necessariamente, a reflexões e câmbios no mesmo. Configura-se o “pano-de-fundo” deste primeiro enfrentamento no campo tecnocientífico.

De maneira ainda tímida, opositores se direcionam ao centro do campo e realizam uma primeira interação. “*Modelo de agricultura*” parece assumir a postura de atacante inicial. Na seqüência rápida que se seguirá, o “*mau uso da técnica*” buscará se esquivar e desferir suaves golpes, guardando, para a próxima etapa, seu poderoso arsenal.

O sino, elemento impulsionador do confronto, assume a forma de referências diretas ao modelo de modernização da agricultura. “*Modelo de agricultura*”, citando a Revolução Verde, inicia o ataque:

“(...) o **grande desafio** [da Revolução Verde] era tu utilizar, maximizar o uso disso [mecanização e utilização de agroquímicos], pra **maximizar a produção**. E aí que houve o descuido com a problemática ambiental.” (Pesquisador-professor/UFSM – grifos da autora)

Reportando-se ao “grande desafio” da Revolução Verde, o pesquisador-professor da UFSM introduz no campo um elemento “novo”, o objetivo produtivista. Essa busca pela maximização da produção, peculiaridade do modelo, resulta em um “descuido com a problemática ambiental”.

Uma rápida resposta:

“É, a própria Revolução Verde, que é contestada por muitos, depende do enfoque que se der... Porque ela, em termos de produzir alimentos, foi um sucesso. Conseguiu produzir alimentos, excedentes de alimentos. Então, eu vejo assim que o grande problema nosso para o futuro é, exatamente, nós conseguirmos manter essa produção, desenvolver essa produção. Porque nós vamos ter necessidade de desenvolver essa produção... buscando preservar o meio ambiente.” (Sindicalista/Farsul – “*mau uso da técnica*”)

O sindicalista da Farsul rebate a argumentação anterior do pesquisador-professor da UFSM: o sucesso em termos de produção não deve ser negligenciado, tampouco pode ser abandonado o objetivo de continuar perseguindo o aumento da produção. Em outras palavras, de nada vale tecer críticas a uma orientação produtivista, pois ainda se faz necessário “desenvolver essa produção”. No entanto, isso não incorre em abandonar a busca pela preservação do ambiente. Pelo contrário, deve-se buscar “produção” e “preservação” concomitantemente, sendo essas, portanto, não excludentes. Assim, os agentes do “*mau uso da técnica*” tentam afirmar a viabilidade do binômio preservação/produção.

O “*modelo de agricultura*” insiste na impossibilidade de conciliar preservação e maximização da produção. Dessa forma, pretende reavivar seu golpe inicial: acertar o

adversário em um de seus pontos estratégicos, a maximização da produção. Resgatando, maximização de produção (objetivo de um modelo) e a degradação ambiental, causa e consequência. Novamente, o caráter “inviabilizador”:

“Pra mim, a agricultura tem que ser feita com essa visão de que nós temos que produzir alimentos, temos que satisfazer nossas necessidades. Mas, essa produção de alimentos não pode nos levar a **inviabilizar** a própria produção de alimentos e a própria **sustentabilidade**, continuidade da existência da vida. Então, a agricultura, não deve ser feita com base só em resultados imediatos em termos, assim, de produtividade, em termos de quantidade de alimentos...” (Extensionista/Emater – “*modelo de agricultura*” – grifos da autora)

A poderosa e maleável “sustentabilidade” retorna ao campo impulsionada pela impossibilidade de conciliá-la com um modelo de agricultura calcado na busca de “resultados imediatos em termos de produtividade, de quantidade de alimentos”. Esquivando-se ligeiramente do golpe, o “*mau uso da técnica*” contra-argumenta: “cê vê que a fome tá no mundo aí. Temos que produzir mais, cada vez mais, com melhor qualidade e maior quantidade por área. E aí, é evidente que nós vamos alterar o ambiente...” (Pesquisador-professor/UFSM) Reconhece-se, portanto, a chamada “alteração no ambiente”. Isso sempre acontecerá. Afinal, resgatando posicionamentos, é intrínseca à agricultura. No entanto, atrelada à referida “alteração”, está a necessária melhoria na produção, em qualidade e quantidade. Frente à alteração provocada pela busca de uma “melhor” produção:

“O que nós queremos é que o agricultor possa fazer uma agricultura, digamos que, mesmo provocando alguns desequilíbrios, esse desequilíbrio seja o mínimo possível. Como é que ele consegue, então, esse mínimo possível? Com modernas práticas de manejo.” (Pesquisador-professor/UFPel – “*mau uso da técnica*”)

Refinando o golpe, “*mau uso da técnica*” completa:

“...então, nós temos que buscar produtos que **não causem impacto ambiental.**” (Sindicalista/Farsul – grifos da autora)

“Mas, a tendência é que a gente se encaminhe pra conseguir métodos **mais brandos** de controle [em uma alusão a pragas e moléstias] (...), buscando melhorar a produtividade para diminuir a fome na terra.” (Extensionista/Emater – grifos da autora)

Aí está, mais uma vez, a racionalização, palavra mágica que permite raciocínios como: “hoje, a própria Revolução Verde continua sendo válida e ela tá muito mais ambientalmente correta do que antes.” (Pesquisador/Embrapa) Afinal, como relembra o “*mau uso da técnica*”: “...se nós não tivéssemos a agricultura em alta escala, em grande escala, nós não teríamos metade do alimento que nós temos hoje.” (Pesquisador-professor/UFPel) Portanto,

“Lembrando, grande escala, não pequena escala, viu? Não pequena escala, grande escala. As grandes lavouras que tu vê lá [no Planalto Riograndense], ali são tudo grande escala. São grandes áreas. Não é pequena. Então, você vai ter que secar, botar um herbicida, aí vem a praga, você vai ter que botar um agrotóxico... Nós temos que ter mecanismos e ações para minimizarmos esse problema.” (Pesquisador-professor/UFSM – “*mau uso da técnica*”)

Resgatando o arsenal de técnicas ditas de menor impacto ambiental e exaltando o aspecto produtividade, com referências às escalas de produção, o “*mau uso da técnica*” dá um fim ao primeiro *round*. Os agentes do “*mau uso da técnica*” buscam afirmar a necessidade, para eles ainda existente, de aumentar a produção. Se isso implica, invariavelmente, em alguma alteração no ambiente físico, apresentam técnicas abrigadas sob o guarda-chuva da racionalização como uma solução. Objetivam, assim, contornar o limitante em questão, os impactos no meio físico desencadeadores da “realidade bem fria”... Dissimuladamente, tecem os contornos de uma nova estratégia: delimitar, definitivamente, o espaço considerado legítimo no campo à ciência.

Sentado, após o primeiro enfrentamento, o “*mau uso da técnica*” reconhece, agora explicitamente, a existência de um adversário:

“Aí, cê vê o seguinte, começam a ter cabeças diferentes. Tem gente que acha que, bom, a solução é não poder usar adubo químico. Que, na verdade, não é químico, é mineral. Ah, não pode usar defensivos, ou não sei o quê. Não, querem fazer agricultura orgânica ou ecológica, como alguns chamam. Isso é inviável em grande escala, tu entende?”
(Pesquisador-professor/UFSM)

CAPÍTULO 4

4.1 – CIÊNCIA, LEGITIMIDADE E PERSPECTIVAS NO CAMPO TECNOCIENTÍFICO

4.1.1 - A ciência – reforçando argumentos e buscando delimitar o espaço legítimo no campo de disputas

De um lado, a associação direta entre o modelo de modernização da agricultura, com ressalvas ao seu viés produtivista, e a degradação do meio físico. No outro extremo, a modernização e sua incontestável eficiência produtiva, exaltando-se a necessidade de continuidade de tal processo, moderada pela existência de práticas consideradas de menor impacto ambiental. Após um primeiro *round*, centralizado em um embate em torno do modelo de modernização da agricultura, estrategicamente, está na hora de delimitar o espaço legítimo no tocante à referida problemática ambiental. “*Mau uso da técnica*” refina sua seqüência argumentativa, respaldando-se na ciência. Dessa forma, busca reforçar argumentos anteriores relativos ao modelo de modernização e o viés produtivista deste e estabelecer as fronteiras para ações decorrentes.

Em referência à interface problemática ambiental/agricultura, o extensionista da Emater é enfático: “**ciência é fundamental**. Não se pode fazer as coisas **empiricamente**, sem embasamento. Todas elas têm que passar por uma pesquisa, por um estudo.” (Extensionista/Emater – grifos da autora) Torna-se claro: ações no tocante à relação problemática ambiental/agricultura devem estar respaldadas pela ciência, deslegitimando-se o que é feito “empiricamente, sem embasamento”. Afinal, o “avanço” obtido não é fruto de tal empirismo:

“O avanço da agronomia, da agropecuária no mundo, não se deu pelo empirismo. Se deu pelas inovações tecnológicas. E, caso contrário, aquela previsão de Malthus se comprovaria. E a progressão de crescimento da população seria muito maior que o

crescimento da produção de alimentos e **nós teríamos fome generalizada** e destruição da vida sobre o planeta.” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

A necessária expansão da produção de alimentos, alternativa à “fome generalizada”, amarra-se, explicitamente, a um “avanço” nada empírico. Os fragmentos de discurso destacados reúnem os dois elementos a serem prestigiados na exaltação de uma ancoragem científica: o aspecto relacionado à produção, exaltado pelo pesquisador da Fepagro, e a interface problemática ambiental/agricultura, presente nas declarações do extensionista da Emater. Conciliar os ditos elementos, produção e problemática ambiental/agricultura, torna-se, pois, “desígnio” da ciência:

“Ela [a Ciência e a Tecnologia] é que vai dar os parâmetros de produção. Ela é que vai ter que ensinar, ela que vai ter que gerar os resultados e as formas de produzir e de... contemplar, vamos dizer assim, a problemática ambiental dentro desse contexto.” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado)

Falar em produção, implica, igualmente, em tecer referências à produtividade:

“Eu acho que deve buscar a produtividade usando outros meios que também possam, ah... Como é que é, o cuidado com a, com a ecologia não quer dizer que a gente não vá buscar uma produção e a produtividade.” (Extensionista/Emater)

Portanto, “a base científica é que vai nos permitir **produzir mais e preservar mais o meio ambiente.**” (Sindicalista/Farsul – grifos da autora)

Aberta e demarcada a “trilha” legítima, o “caminho” da ciência, desemboca-se, mais uma vez, nas denominadas “vedetes” técnicas: “diminuir o uso de defensivos, defensivos mais objetivos, mais restritos em uso. Acho que é uma contribuição da ciência pra problemática ambiental.”(Pesquisador-professor/UFSM) Contribuições ou demandas, lá estão as “vedetes”:

“Então, demandas, fundamentalmente, elas estão ligadas à redução do uso de produtos sintéticos, procurar a racionalização do uso do solo, através de práticas conservacionistas, o uso de plantas de cobertura...” (Pesquisador/Fepagro)

Consagra-se o caminho a trilhar: buscar técnicas respaldadas cientificamente e consideradas de menor impacto ambiental. Em alusão à problemática ambiental/agricultura:

“O que devemos fazer? Dar uma **recuada**. Pra dar essa recuada de forma consistente e bem embasada, eu não posso recuar, a não ser através de informações científicas e comprovadamente testadas pelo **método científico**, em que eu diga: ‘olha, esse tipo de coisa pode ser feito, porque nós constatamos através de tal que é viável fazer assim’.” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

Aí está o “método científico”, o indispensável crivo probatório de “informações” necessárias para a dita “recuada”... Adicionalmente, este é fundamental para que “eu diga, esse tipo de coisa pode ser feito”. Assim, o embasamento científico garante a legitimidade no campo de disputa.¹

Volte-se ao *front* de disputa, momento de responder diretamente a um grupo opositor. Falar em sustentabilidade, resgatando ser esse um dos elementos provocativos dos agentes enquadrados na denominação argumentativa “**modelo de agricultura**” requer embasamento científico: “então, eu diria assim, a pesquisa é o passo básico para a agricultura sustentável.” (Pesquisador-professor/UFRGS) Enraizando-se no seguro solo da ciência, os agentes do “**mau uso da técnica**” apoderam-se do “arsenal sustentável”:

¹ Na seqüência, observar-se-á: o selo “produto científico” garante legitimidade de agentes e técnicas, indo de encontro à expressão “segurança”, tão cara aos agentes do “**mau uso da técnica**”. A peculiar distinção entre as instâncias de pesquisa e extensão, onde a primeira detém o conhecimento, sendo a segunda designada a sua disseminação, fará, em um item ulterior, com que o binômio “produto científico – segurança” aflore como uma estratégia dos agentes do “**mau uso da técnica**”.

“Por isso que eu acho que tudo começa pela ciência e pela tecnologia. Se tu não tiver, digamos, uma nova técnica, uma nova forma que prove que é possível tu produzir de forma sustentada, tu vai continuar fazendo errado. Se... Eu acho que não existe saída pra agricultura se não for a partir das propostas de ciência e tecnologia.” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado)

Portanto, é o embasamento científico que garante o que é certo ou errado e permite o uso do adjetivo sustentável. Reforçando: “hoje é difícil você ter uma agricultura, digamos assim, evoluída e sustentável, sob o ponto de vista de **qualidade e quantidade**, se você não tiver uma base de pesquisa.” (Pesquisador-professor/UFSM – grifos da autora) O pesquisador-professor da UFSM relembra, com propriedade, que falar em sustentabilidade incorre em abordar “qualidade e quantidade”.

Reconhecida explicitamente a existência de adversários, por parte dos partidários da argumentação do “*mau uso da técnica*” durante o primeiro *round*, deve-se, ainda, tecer algumas ponderações finais:

“Eu acho que esse é o fator principal: ciência, tecnologia e pesquisa, ela é fundamental. (...) então, eu acho que a problemática ambiental, ela tem dois vértices bem claros. Um vértice no mundo onde tem a ciência por trás, a ciência, **boa ciência** feita por trás, caminhando rapidamente. E tem a vertente do **grupo do oba-oba**, que uns chamam. Que é o pessoal que vai para jornal... Que não entende nada de ciência, que tá pegando carona numa questão, de um fato relevante e pegando carona e que não tem o mínimo treino... O que dizem de besteira e de desinformação pública é muito grande. (...) e tem muita gente que **nunca fez um trabalho científico** e que **fica falando sobre ecologia, sobre ambiente** e ficam dizendo as maiores barbaridades. (...) Mas, eu acho que nós vamos chegar lá. Eu acho que a ciência vai prevalecer, eu não tenho dúvidas nisso. A ciência, **a boa ciência** vai prevalecer. E, na problemática ambiental, ela prevalece muito mais, porque ela é

extremamente necessária.” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

Tem-se, portanto, dois grupos, o primeiro respaldado pela “boa ciência” e um segundo que “nunca fez um trabalho científico”, o “grupo do oba-oba”. Estando, já, delimitado o espaço legítimo no campo, o da ciência, este último grupo está categoricamente desqualificado. No entanto, se existe uma “boa ciência”, há de se encontrar uma “má ciência”. Boa ou má, é ciência, garantindo uma certa legitimidade. Esta “má ciência” permite, portanto, a configuração de um reconhecido grupo de adversários.

Mas o que se entende por “boa ciência”? “Eu acho que a boa ciência é aquela que tá baseada nos princípios científicos sólidos. Que você tem muita coisa que é publicado e que, também, é meio... não é.” (Pesquisador/UFRGS) Reduz-se o recorte no campo tecnocientífico gaúcho onde o espaço delimitado pela ciência figura como legítimo. Deve-se, portanto, ter, no tocante à problemática ambiental/agricultura, a “boa ciência” como elemento auxiliar na disputa por uma legitimidade.

O diferencial entre uma possível “boa ciência” e a antagonica “má ciência”, tornar-se-á explícito em um futuro encontro entre os distintos posicionamentos. No entanto, pode-se antecipar: “eu acho que nos falta na problemática ambiental mais **quantificação**. Nós estamos na fase de qualificação.” (Pesquisado/Fepagro – grifos da autora) Complementando e instigando um futuro confronto:

“Tenho que ser racional. A minha tecnologia, ela tem que ser racional, ela não tem que ser agressiva, mas não tem que ser **ideológica**. Eu tenho que buscar a racionalidade no uso dos meios e não, simplesmente, ser a favor ou contra. Eu não posso ser assim, tem que se racional, o ser humano tem que ter clareza...” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

A ciência, “a boa ciência”, deve estar por trás da “racionalização”, ambas desprovidas de aspectos ideológicos. Afinal, este é o caminho para a “verdade”, a neutralidade científica.

Estrutura-se o arsenal característico de agentes agrupados no “*mau uso da técnica*”: a necessidade de manter uma orientação produtivista, contornando possíveis impactos no meio físico através de técnicas embasadas em uma boa ciência, passíveis, portanto, de associação ao já salientado termo racionalização.

4.1.2 - “Modelo de agricultura” – surge uma variante

De posse de seu argumento inicial – o vínculo entre o modelo de modernização da agricultura com a problemática ambiental – o grupo de agentes reunidos no “*modelo de agricultura*”, na seqüência de seus exercícios discursivos, separa-se em dois distintos caminhos. Um primeiro grupo aproveitará o impulso proporcionado pela problemática ambiental e se esforçará em estabelecer a conexão entre suas proposições, no caso específico, englobadas na noção de agroecologia, e um modelo de agricultura que se defronte com os aspectos negativos decorrentes da dita modernização. Tais agentes, por suas ligações com instituições estatais e federais de extensão, pesquisa e/ou extensão estão em choque direto com seus pares. Dessa forma, reflexões sobre a problemática ambiental/agricultura, à semelhança do “*mau uso da técnica*”, desembocam na ciência, tentando fazer desta um dos sustentáculos da legitimidade de sua proposta agroecológica no campo tecnocientífico. Por sua vez, o segundo caminho aberto exaltarà, freqüentemente, em referência à dita interface e à ciência e tecnologia, a necessidade de cautela e de desmistificação de uma suposta neutralidade científica, sem, contudo, conduzir seus argumentos à proposta agroecológica.

4.1.2.A - A ciência – em busca de perspectivas

A relevância da Ciência e Tecnologia na interface problemática ambiental/agricultura, ponto de partida compartilhado com agentes do “*mau uso da técnica*”. Esta semelhança inicial é seguida por uma trajetória desigual entre os esquemas discursivos, que desaguará em uma constatação novamente compartilhada: a existência de vertentes distintas abrigadas na ciência.

Para os agentes do “*modelo de agricultura*”, a ciência e tecnologia figura como elemento de importância comprovada na problemática ambiental/agricultura: “acho que sim. Acho que é um elemento presente e necessário.” (Extensionista/Emater) Ressaltando, a ciência “é estratégica, é fundamental. Porque sem ela, hoje a gente não saberia o que sabe.”(Pesquisador/Fepagro) Tendo a relevância da ciência como semelhança inicial, compartilhada pelos discursos do “*mau uso da técnica*” e do “*modelo de agricultura*”, logo torna-se possível desnudar particularidades do segundo grupo:

“Ciência e tecnologia... é buscar um conhecimento que realmente vá nos conduzir a continuar existindo no futuro. E não só, simplesmente, buscar o aspecto produtivo. O produtivismo, a produtividade das culturas e o resultado imediato.”
(Extensionista/Emater)

Ressurge a necessidade de garantir a continuidade da existência humana, sendo, para tanto, fundamental debater-se contra abordagens centradas no aspecto produtividade. A “insustentabilidade” do modelo de modernização da agricultura, exaltada no item 3.3.2, encontra-se atrelada ao viés produtivista deste modelo. Portanto, críticas a uma orientação produtivista incorrem em um bombardear do modelo de modernização.

Adicionalmente às ponderações tangentes a uma orientação produtivista, destaca-se a negação do caráter inquestionável do que é adjetivado como científico, exaltando um prisma de contestação de uma suposta “neutralidade científica”. Assim, resultados e trabalhos científicos devem ser avaliados, considerando-se “de que ciência” se está falando: “eu acho que depende de que ciência nós estamos falando, de que interesse e tudo.”(Pesquisador-professor/UFSM). Dependendo da “ciência”, têm-se variações nos “interesses”. “Interesses”: os considerar implica em chocar-se com a “neutralidade científica”².

Caracterizando demandas para a ciência e tecnologia:

² De acordo com Latour (2000, pág.179): “Como indica a expressão latina “**inter-esse**”, “interesse” é aquilo que **está entre** os atores e seus objetivos, criando assim uma tensão que fará os atores selecionarem apenas aquilo que, em sua opinião, os ajude a alcançar esses objetivos entre as muitas possibilidades existentes.”

“Então, acho que essa problemática ambiental gera novas demandas. Gera, gera novas demandas... Dentre as demandas, você pode ficar dentro do modelo e dar uma consertada, uma arrumadinha na coisa. Uma **maquiada** que, de alguma maneira, também vem a contribuir, mas que não resolve a longo prazo. Até quem tá convencido e trabalha para mudar todo um comportamento. Um paradigma novo de agricultura em que todo modelo tecnológico está questionado e que já se tem **muito conhecimento**. Suficientemente, se conhecesse suficientemente a agricultura e os princípios ecológicos que gerem a agricultura, a ponto de formular, mesmo, uma proposta completamente diferente, que é a **opção de agroecologia**. Que é trabalhar assim, e produzir sim, e **produzir em quantidade**, produzir em qualidade também, mas a partir de outro prisma, de outro modelo. Que, por princípio, não agride a natureza. **Por princípio trabalha junto com a natureza**”. (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

Extenso e rico fragmento de discurso. Das demandas geradas, derivam-se dois possíveis caminhos. O primeiro, que assume a faceta de uma “maquiada” e um segundo, o agroecológico. Questionando “todo modelo tecnológico” e possuindo já “muito conhecimento” sobre a “agricultura e os princípios ecológicos”, estabelece-se a bandeira da agroecologia. Tem início a configuração de estratégias e argumentos que comporão o “arsenal agroecológico”: o questionamento de um modelo tecnológico e a existência de “muito conhecimento” respaldando a proposta agroecológica, necessária para garantir a legitimidade no campo tecnocientífico. O trecho destacado salienta, ainda, a viabilidade de uma produção agroecológica em “quantidade” – novamente antecipando um futuro enfrentamento – e qualidade. Finalmente, referências diretas ao aspecto que se revelará o maior trunfo da proposta agroecológica: “trabalhar junto com a natureza”.

Para o “*mau uso da técnica*”, faz-se uma distinção entre o grupo da “boa ciência”, a derivada, mas não explicitamente referenciada, “má ciência” e os ilegítimos no campo, o “grupo do oba-oba”. Já, para o “*modelo de agricultura*”:

“Assim como tem pessoas que tão enxergando a problemática ambiental com **seriedade**, com preocupação, **buscando fundamentação científica** e métodos, enfim, pra tratar a problemática ambiental, existem outros que estão se aproveitando da problemática ambiental pra vender o gato pela lebre. Então, tem aí, por exemplo, algumas correntes que tão por trás do discurso da **sustentabilidade**.” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado – grifos da autora)

A legitimidade para “enxergar” a problemática ambiental atrela-se, novamente aqui, à busca de uma “fundamentação científica”... No entanto, têm-se opções diferenciadas: de um lado, aqueles que “enxergam” a problemática ambiental com “seriedade” e, de outro, os que desfrutam do guarda-chuva da “sustentabilidade” com o intuito de “vender gato por lebre”. Para o primeiro caso, o pesquisador da Embrapa garante, em suas próprias palavras, o acesso legítimo ao campo de disputas através da associação existente entre “fundamentação científica” e “seriedade”. Para o segundo grupo, o próprio reconhecimento de sua existência deriva em sua presença legítima na disputa. Complementarmente, utilizando-se da maleável expressão-chave “sustentabilidade”, que no item anterior foi apropriada pelo grupo “*mau uso da técnica*” ao tentar instituir o vínculo entre sustentabilidade e a “boa ciência”, o pesquisador da Embrapa busca caracterizar os seus adversários. Torna-se claro que o agente em questão vislumbra, no mínimo, dois grupos legítimos no campo de disputa. Conclui-se: amarrando-se à ciência, e, portanto, garantindo seu acesso ao campo tecnocientífico, o grupo do “*modelo de agricultura*” ao distinguir os dois posicionamentos (o que trata a problemática ambiental com “seriedade” e o abrigado sob o guarda-chuva da sustentabilidade) tenta, como o faz o “*mau da técnica*” destacando a “boa ciência”, utilizar tal estratégica distinção em busca de legitimidade/autoridade no espaço de disputa.

Qual o caminho a ser seguido em busca do “sucesso” em uma disputa? Ora, explore-se a proposição agroecológica, exaltando sua característica de “trabalhar junto com a natureza” e explicitando que a mesma não incorre em um abandono completo do aspecto produção, tão caro ao grupo opositor. Adicionalmente, busque-se a legitimidade científica. Mais uma vez,

estratégias são “raptadas” de um lado para outro, assumindo uma nova configuração. Para o grupo de agentes em questão: produção? Sim, mas com fortes ressalvas a uma orientação produtivista. Legitimidade científica? Necessária, porém não se esqueça dos “interesses” na ciência, abandonando-se uma perspectiva de “neutralidade científica”.

4.1.2.B - Uma variante do “modelo de agricultura”

O pequeno grupo reunido no presente item, “uma variante do modelo de agricultura”, ao abordar a ciência e tecnologia, o faz indo de encontro a uma suposta “neutralidade científica”, ressaltando, para tanto, um possível vínculo estabelecido entre o modelo da Revolução Verde e uma ciência particularizada por “interesses” específicos. O grande diferencial em relação ao “*modelo de agricultura*” constitui-se na ausência de correlações, na seqüência dos discursos, entre as ponderações dos agentes da “variante” sobre ciência e tecnologia e o exaltar de uma proposta agroecológica. Tal característica demarca a denominada “*variante do modelo de agricultura*”.

Inicialmente, deve-se esclarecer: “a ciência, ela faz parte do avanço da humanidade. Não podemos negá-la, não podemos... Seria: ‘para o mundo que eu quero descer’.” (Técnico-assessor/Coceargs) O reconhecimento da ciência, explícito nas palavras do técnico da Coceargs “não podemos negá-la”, adiciona-se ao “respeito” presente na citação, destacada a seguir, do extensionista do Cetap. Contudo, reconhecimento e respeito não inviabilizam uma postura crítica:

“Nós **respeitamos** a **ciência** e a **pesquisa convencional** que existe aí, mas, ao mesmo tempo, nós sempre tivemos uma postura um tanto, bastante crítica em relação a ela. Porque ela tá muito **distante da realidade dos agricultores...**”
(Extensionista/Cetap – grifos da autora)

O caráter “distante da realidade dos agricultores” da ciência e da pesquisa “convencional” faz-se acompanhar de alusões diretas à Revolução Verde, destacando-se seu “viés econômico”:

“Eu acho que a ciência, ultimamente ela se... nos últimos anos... Eu diria assim, a partir do processo mais de Revolução Verde, ela tem feito uma **opção** muito clara. Eu diria assim, especialmente pelo **viés econômico**. (...) a ciência foi muito para esse campo aí. E aí, fica muito distante da, do público, da realidade que nós trabalhamos.” (Extensionista/Cetap – grifos da autora)

Frente à exaltação de problemas derivados da Revolução Verde e a decorrente contestação de tal modelo: “então, o que mudou? Foi a ciência que mudou? Não. Eu acho que o que mudou mesmo foi uma **visão equivocada** da ciência, porque não serve mais.” (Técnico/Cocerags – grifos da autora) Portanto, a ciência atrelada ao modelo da Revolução Verde está “distante da realidade dos agricultores”, sendo caracterizada pelo “seu viés econômico”, por uma “opção” ou uma “visão equivocada” que “não serve mais”.

Tendo-se a possibilidade de “optar” ou mesmo de se constituir “uma visão equivocada”, reaparecem os “interesses” vinculados à ciência: “vamos dizer assim, a pesquisa científica, ela não deixa de ser uma coisa ao interesse das pessoas.” (Extensionista/Cetap)

Traga-se a ciência para o mundo terreno. Golpeie-se sua possível “neutralidade”: “a ciência é ambígua. Se tem gente, se tem de tudo. Na ciência se tem interesses corporativistas, se tem interesses... Na ciência, você tem corrupção, você tem nobreza.” (Extensionista/CE-IPÊ) “Ambigüidade”, “interesses corporativistas”, “corrupção”, “nobreza” são elementos para a desmistificação, igualmente, da figura do cientista: “é, eu não vejo o cientista só como aquela figura nobre que quer ajudar a humanidade. Você tem de tudo na ciência.” (Extensionista/CE-IPÊ)

Tais percepções em relação à ciência permitem a construção de distintas “verdades científicas”: “é a minha ética que vai determinar qual a opção que eu vou fazer dessas duas

verdades científicas. Porque, até que provem o contrário, são duas verdades científicas. Por isso, eu volto sempre na questão ética...” (Extensionista/CE-IPÊ)

Novamente aqui, desmistifica-se o possível binômio “ciência e neutralidade”. No entanto, pára-se por aí. Referências a uma proposta agroecológica? Não. Pensar na ciência e tecnologia em sua relação com a problemática ambiental direciona as reflexões dos agentes para o desvelamento da “neutralidade científica”, sem que isso implique, diretamente, em suporte a uma proposição específica.

4.2 - O INTERVALO ENTRE UM ROUND E OUTRO

Voltar ao cenário do confronto, o campo de disputa, representa, novamente, uma tentativa de explorar o enfrentamento entre as estratégias e os argumentos dos grupos de agentes envolvidos. Dessa forma, dá-se continuidade à já iniciada “luta”.

Ao final do primeiro *round*, o “*mau uso da técnica*” constatou a existência de um adversário. Exaltar o vínculo entre o modelo de modernização da agricultura e a problemática ambiental, em interação com a agricultura, constituiu-se nos golpes iniciais desferidos pelo “*modelo de agricultura*” contra o adversário. Destacando a necessidade de desenvolver a produção, reconhecendo as alterações no meio físico e, por fim, a possibilidade de se optar por técnicas de menor impacto ambiental, o “*mau uso da técnica*” tenta responder aos ataques iniciais do adversário.

O intervalo desencadeia reflexões. De um lado, “*mau uso da técnica*” reflete sobre a necessidade de encontrar um adequado suporte para seus argumentos e delimitar o espaço de ação do adversário. Surge, então, no cenário a ciência. Refinando sua estratégia, os agentes do “*mau uso da técnica*” complementam: uma ciência neutra, a boa ciência e não qualquer proposição que se diga científica. “*Mau uso da técnica*” fita o adversário e determina a exclusiva legitimidade de estratégias passíveis de desenvolverem-se na fração do campo tecnocientífico delimitada pela “boa ciência”.

No extremo oposto, “*modelo de agricultura*” arquiteta sua estratégia. Apresentar uma proposição que vá de encontro ao forte de seus golpes iniciais, a estreita relação entre a problemática ambiental e o modelo de modernização da agricultura. Para tanto, sua proposição não pode ser contestada pelo viés ambiental, ao contrário, deve assumir a forma de “ambientalmente correta”... Assim, decide levar a agroecologia para a linha de frente de todo seu arsenal. Satisfeito com sua estratégia, encara “*mau uso da técnica*”. Rica interação, de um lado e de outro.

“*Mau uso da técnica*” recebe o olhar do adversário e, prontamente, desvenda a intenção do “*modelo de agricultura*”: explorar a proposição agroecológica. Resgata, dessa forma, a necessidade de estabelecer proposições que estejam embasadas na “boa ciência”.

No outro canto do ringue, “*modelo de agricultura*”, igualmente, desvenda a estratégica exaltação da ciência como o solo sagrado no campo tecnocientífico. Pretende utilizar a proposta agroecológica como um escudo, afinal é ousadia contestá-la, devido ao seu caráter “ambientalmente correto”. “*Modelo de agricultura*” aceita a delimitação do espaço legítimo à ciência, mas, também tenta se fazer valer de tal estratégia. Exalta a não neutralidade científica e tenta estruturar a proposta agroecológica no espaço selecionado. Nesse momento, surge uma “*variante*” do “*modelo de agricultura*”, um grupo de agentes que questiona a neutralidade científica, mas não conduz suas reflexões para a agroecologia.

CAPÍTULO 5

5.1 - EM CENA, A AGROECOLOGIA – QUANDO A DISPUTA DESEMBOCA NA PROPOSTA AGROECOLÓGICA

5.1.1 – Agroecologia – a necessidade de separar o político-ideológico do cientificamente comprovado – o olhar do “mau uso da técnica”.

A um primeiro questionamento, ou mesmo na inicial manifestação voluntária em torno da noção de agroecologia, os agentes do “*mau uso da técnica*” explicitam a relação existente entre esta e a concepção de “ambientalmente correto”. Essa forma de aproximação permite a tais agentes se apropriarem da referida noção, exemplificando, em muitos dos casos, como a sua conduta, direcionada por uma “preocupação” de cunho ambiental, pode se abrigar embaixo do guarda-chuva agroecológico. No entanto, tal aparente simpatia dissipa-se no desenrolar de seus discursos. Os agentes delineiam um possível leque de distintas “agroecologias”, deixando claro que suas afinidades restringem-se a propostas cientificamente embasadas e desprovidas de “radicalismos” e “ideologias”.

“Agroecologia é fazer agricultura preservando o meio ambiente.” (Sindicalista/Farsul)

Esta pequena fração de um discurso permite o aflorar de um grande trunfo dos defensores de uma proposta agroecológica, concomitantemente à interessante oportunidade de modelagem e apropriação da noção de agroecologia ofertada a agentes não partidários da mesma. Trunfo, visto estar clara a associação de uma dita agroecologia a uma dimensão ambiental, o que impossibilitaria, a princípio, o seu total desmerecimento. Por outro lado, tão ampla definição, que perpassa a abordagem inicial dos agentes em questão, permite aos mesmos flexibilizar possíveis contornos da noção de agroecologia. Assim, em seus discursos, “racionalização”, “produção integrada”, “zoneamentos agroclimáticos”, “plantio direto”, passam a ser noções e técnicas passíveis de se enquadrarem nos ditames de uma proposta agroecológica. Afinal, fala-se de uma “preocupação universal”, a sustentabilidade ambiental. Impossível, portanto, negligenciá-la.

Partindo da relativa flexibilidade do conceito, muitos dos agentes do “*mau uso da técnica*” iniciam sua teia de críticas às peculiaridades de uma proposta agroecológica, impossibilitada, pelas características destacadas a seguir, de despertar simpatias do grupo em questão. Em uma mistura de apropriação e crítica:

“Eu acho que a **racionalização** do uso dos bens é fundamental... eu acho que essa é a **agroecologia**. Agora, simplesmente preservar sem utilizar, não é essa agroecologia que eu acho, que eu sou favorável, entendeste?” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

“Agroecologia é **racionalidade**... Não é o não pode nada, mas é o extremo de olhar tudo o que tu usa e ver as conseqüências...” (Pesquisador/Embrapa Trigo – grifos da autora)

Apropriar-se do termo e moldá-lo de forma a enquadrá-lo em suas proposições, uma interessante estratégia. Novamente a mágica palavra, “racionalização”. Configurada e consagrada como bandeira na abordagem de uma interface problemática ambiental/agricultura, seu vínculo com a agroecologia torna-se, agora, direto. Afinal, a última deve ser entendida como o “fazer agricultura preservando o ambiente”. Portanto, apele-se para a “racionalidade” e parta-se para uma “racionalização do uso dos bens”. O caráter “racional” implica em um domínio sobre “tudo o que tu usa”, expresso na possibilidade de “ver as conseqüências”. A necessidade do selo “produto científico”, exaltada pelo grupo de agentes do “*mau uso da técnica*” no item “A ciência, reforçando argumentos e buscando delimitar o espaço legítimo no campo de disputas” possibilita o atrelar de tal “racionalidade” a uma “fundamentação científica”. Fundamentação esta que garantirá o “verdadeiro domínio”. Caso contrário, nas palavras do Pesquisador da Fepagro: “não é essa agroecologia que eu acho que sou favorável”.

Quando os agentes mudam de lado e iniciam um processo de desmerecimento e busca de ilegitimidade da proposta agroecológica, atacam em duas imbricadas frentes principais. A aceitação de uma proposta agroecológica deve, invariavelmente, estar atrelada ao seu embasamento científico. Por sua vez, tal embasamento possibilitaria libertar a agroecologia de seu viés político e ideológico, ressaltado como peculiaridade propulsora da não credibilidade

da mesma por parte dos agentes do “*mau uso da técnica*”. Ciência e política, instâncias distintas e não passíveis de correlação, essa é a máxima que figura como azimute e fonte inspiradora de um quadro de críticas e desaprovação.

O “não é o não pode nada”, nas palavras destacadas acima do pesquisador da Embrapa, caracteriza o interessante rumo tomado nos discursos dos agentes quando do início de um posicionamento crítico. Nunca é demais lembrar: tais “alfinetadas” direcionam-se à agroecologia referenciada em políticas públicas estaduais. Portanto, a proposta estatal assume, para os agentes do “*mau uso da técnica*”, a faceta de uma substituição de insumos. Em suas próprias palavras: “na verdade, agroecologia, por definição, seria tudo aquilo que não usasse qualquer coisa artificial.” (Pesquisador/professor – UFRGS) Ou, “a não utilização de produtos que venham a agredir o homem e a natureza.” (Pesquisador/Fepagro) Ou ainda, “uma agricultura orgânica, é isso aí. (...) tu não usa químico, não usa produto, não aduba químico...” (Pesquisador-professor/UFSM) Resumidamente: “a não utilização de agroquímicos de uma maneira geral.” (Extensionista/Emater)

Na seqüência, agroecologia, agricultura orgânica e agricultura ecológica passam a representar sinônimos. Reduz-se, dessa forma, a agroecologia a uma variante no tipo de insumo utilizado. Vislumbra-se a possibilidade de utilizar tal estratégica redução em um refinamento da referida apropriação da noção agroecologia. Com a centralidade na substituição de insumos, os agentes do “*mau uso da técnica*” iniciam o bombardeio acompanhado da tentativa de cooptação da proposta agroecológica:

“Esse conceito que tem se desenvolvido no Rio Grande do Sul de agricultura ecológica é um conceito bastante... É bastante **severo** em relação a tudo o que a gente fazia ou aos modelos de agricultura. Porque ele não admite insumos industrializados.” (Pesquisador-professor/UFSM – grifos da autora)

Agroecologia “seria aquilo que não usasse qualquer coisa de artificial. (...) Eu acho que é possível fazer uma agricultura agroecológica no sentido mais **liberal** da palavra, como o pessoal usa aqui.” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora) O caráter “severo” do

“conceito” de agroecologia, presente no discurso do pesquisador-professor da UFSM, encontra seu complemento na possibilidade de “fazer uma agricultura agroecológica mais liberal”, explicitado pelo pesquisador-professor da UFRGS. Ora, se a questão é a substituição de insumos, muitos são os caminhos ofertados. Abandone-se a “severidade” e opte-se pelo “sentido mais liberal”... Novamente, uma das convergentes trilhas que desembocam na mágica palavra “racionalização”. A redução no uso de agroquímicos, a geração de novos produtos e outras alternativas consideradas de menor impacto ambiental tornam-se, mais uma vez, integráveis a um projeto agroecológico não tão “radical”. Mas tal “radicalidade” não se atrela somente a uma “não utilização de qualquer coisa de artificial”. A interação entre a negação de agroquímicos e o viés “ideológico” da proposta agroecológica, destacada abaixo pelo Pesquisador da Fepagro, permite a associação entre “radical” e “ideológica”:

“No mínimo eu não sou partidário dessa **ideológica**, dessa agroecologia ideológica em que se procura eliminar todo o agroquímico. (...) Mas, nós não somos desse partido aí, não. Nós somos do **partido da confirmação**, porque se não, não seria pesquisador. Seria qualquer outra coisa.” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

Tão rico fragmento de discurso permite ir adiante. Uma agroecologia “radical”, “ideológica” contraposta ao “partido da confirmação”, a pesquisa. A “neutralidade científica” o caminho para a “verdade”, a “confirmação”. A ciência, a “boa ciência”, deve legitimar o que é correto, ou não, no tocante à agroecologia: “tem que ser uma ciência, e muita coisa, provavelmente, não é conhecida ainda” (Pesquisador-professor/UFRGS). Essa necessidade de um respaldo científico é uma constante que se faz acompanhar pela afirmação da precariedade dos conhecimentos disponíveis: “já é ciência, foi ciência. Mas ela tem poucos resultados que sustentem o processo de produção.” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado)

“O que não temos são conhecimentos suficientes pra sustentar um conceito de agroecologia ou agrodinâmica, ou orgânica, pura e simples. (...) tu tem que ter uma base científica para explicar os eventos.” (Pesquisador/Embrapa Trigo)

De maneira bastante representativa e pouco acanhada, agroecologia:

“É uma forma de fazer agricultura, fazer exploração, pouco científica... Pouco científica. Por que eu digo pouco científica? Porque ela não comprova, não comprova pelo método científico técnicas empíricas que estão usando e propalando como verdadeiras. Entendeu? Tem muita balela nessa questão de agroecologia...Tem muita... Tem muita invenção, muita ideologia. (...) a agroecologia é... pouquíssima a tecnologia agroecológica comprovada pelo método científico. Então, ela é pouco científica. É muito empirismo que está sendo propalado em prosa e verso como agroecologia, como técnica agroecológica. E, na verdade, é um **empirismo** que **um indivíduo qualquer** inventa e sai propalando que aquilo é uma tecnologia a ser seguida... (...)E é propalado como uma **verdade ideológica**. (...) Eu só acredito em tecnologias que tenham comprovação pelo **método científico**.” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

Para o pesquisador acima, tem-se de um lado “empirismo” e “ideologia”, do outro a comprovação pelo método científico. Ciência e verdade, o binômio correto. Não existem “verdades ideológicas”. A neutralidade científica, encontrada em um método científico desprovido de interações ideológicas, desnudada no trecho acima destacado, passa a ser a chave para a credibilidade. Assim, resta a “um indivíduo qualquer” as depreciadas e contestáveis “verdades ideológicas”. O “método científico” e, portanto, seus detentores, tornam-se os legítimos no campo de disputas.

Deixando claro que um embasamento científico é fundamental, os agentes do “*mau uso da técnica*” dão o golpe de misericórdia: tal respaldo deve ser galgado dentro das fronteiras de legitimidade já “consagradas” na agronomia. Afinal, “a ciência é universal. Então, ela [a agroecologia] usa os mesmos conhecimentos da outra [a agronomia]. Eu não vejo distinção...” (Pesquisador/Fepagro) Assim, deve a agroecologia ser avaliada na perspectiva científica de uma agronomia clássica: “eu não quero acabar com o outro [modelo de modernização da agricultura atrelado à agronomia clássica]. Eu quero inserir no modelo outro

e continuar avaliando o comportamento dela [a agroecologia].” (Pesquisador/Fepagro) Novamente, “ela [a agroecologia] ainda não é uma ciência, porque ainda não estão registrados os fatos dela. É... tu não tem comprovado os seus fatos. Existe ciência, mas é a mesma ciência que gerou a outra. Na verdade, é só uma opção de caminhos.” (Pesquisador/Embrapa Trigo) Retomando, ou segue-se pelo trilhar da “boa ciência”, pelo “grupo do oba – oba” ou da “má ciência”. Assim, a agroecologia,

“Tem que ter ciência, tem que ter ciência por trás. Mas o princípio é o mesmo da agronomia. Se uma planta requer 1.000kg de N e ela vai retirar tantos kg de N, não importa se for agroecologia, tu tem que repor isso. O princípio básico, científico, é o mesmo. (...) O que tá faltando é uma compilação (...). Mas, com base na ciência. Quer dizer, não precisa, necessariamente, nascer uma nova ciência agroecológica.” (Pesquisador/professor – UFRGS)

A sequência de citações acima destacadas contribui para a consagração da estratégia de apropriação da noção de agroecologia. Uma substituição de insumos constitui-se no caminho ofertado para a legitimidade da proposta agroecológica na agronomia clássica, domínio dos agentes do “*mau uso da técnica*”. Destaca-se a importância da estratégia inicial de reduzir a noção de agroecologia a uma substituição de insumos. Através desta permite-se abrigar a proposta agroecológica nos referidos domínios.

Mas, afinal, qual a peculiaridade da “boa ciência”? Volte-se à problemática ambiental. Dissimuladamente, já se pode observar a faceta que impulsiona o conhecimento científico ao enquadramento na “boa ciência”: “[a problemática ambiental] não tem parâmetros, **não tem números**, não se sabe, exatamente, qual é a dimensão disso.” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado – grifos da autora) Mais explicitamente:

“Eu acho que o que nos falta na problemática ambiental é mais **quantificação**. (...) Isso é, conhecimento [em referência às quantificadas perdas de solo em determinados tipos de preparo]. Entendeste? Então, essa quantificação é o que é necessário pra nós termos uma avaliação do dano

[ambiental].” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

Essa quantificação, assume, no tocante à agroecologia a faceta da expressão “validação de tecnologias”. Mas, “o que significa isso? A gente traz essas técnicas que foram utilizadas, e aí colocamos dentro dos parâmetros da **nossa pesquisa tradicional**, onde é possível quantificar.” (Pesquisador-professor/UFSM – grifos da autora) Dessa forma,

“Hoje está se buscando validar, **validar** muitas tecnologias que eram tecnologias empíricas. Adotadas empiricamente e que, hoje, então, **nós estamos tentando quantificar**. (...) então, o que eu tenho que fazer? Eu tenho que investigar cientificamente o quanto eu posso **recomendar ao produtor**.” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

O pesquisador da Fepagro resume o “validar” ao “quantificar tecnologias empíricas”. Dois últimos detalhes: a validação de tecnologias é conduzida por dentro da “nossa pesquisa tradicional”, portanto, garante aos agentes do “*mau uso da técnica*” a autoridade/legitimidade na condução do processo, “nós estamos tentando quantificar”. Por fim, atrelada à idéia de validação surge a **segurança** ao “recomendar ao produtor”, que tanto será exaltada a partir de um próximo confronto.

Estrutura-se, assim, o arsenal do grupo de agentes do “*mau uso da técnica*” em busca da apropriação da noção de agroecologia. Mais uma vez, uma estratégia peculiar de um “*front*” de batalha.

5.1.2 – A agroecologia em busca de legitimidade

Buscando erguer a bandeira da agroecologia, o grupo de agentes que seguem a trajetória delineada para o “*modelo de agricultura*”, estruturam seus discursos tendo por base dois elementos principais. À semelhança do grupo anterior, volta à cena o dito caráter “ambientalmente correto” da proposição agroecológica. Enraizar-se em tão sólido substrato,

garante, no mínimo, a não depreciação imediata da mesma. De maneira complementar, definir agroecologia implica em destacar sua cientificidade. Agroecologia e ciência, um binômio em destaque. Para a seqüência, sendo a ciência o espaço legítimo, o referido binômio possibilita um novo enfrentamento centrado na proposta agroecológica.

Em um primeiro momento, exalta-se seu caráter “ambientalmente correto”. Através da agroecologia é possível: “...inserir a agricultura como um elemento harmônico dentro da natureza. É **fazer a natureza trabalhar junto com a gente**, e não a gente trabalhar contra a natureza.” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora) Para tanto, ao tratar “dessas questões todas conectadas com o campo da agricultura e com a mudança de formato tecnológico” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado), deve-se levar “**em conta uma... sustentabilidade ambiental**, ou ecologicamente correta, ou ambientalmente sã...” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado – grifos da autora) A “harmonia” na relação entre agricultura e natureza proporciona, novamente, duas faces de uma mesma moeda. Se nem lá, nem cá se ousa desconsiderar uma problemática ambiental, ninguém, nem lá, nem cá, pode opor-se diretamente a uma proposta de cunho ambiental. O outro lado da moeda, como já visto, configura-se na possibilidade de flexibilizar os contornos de tal proposta. Assim, pelo seu caráter flexível, os posicionamentos em relação à agroecologia tornam-se um dos fios do novelo que permite o retornar para a problemática ambiental, ou seja, para as iniciais discordâncias. Negar a agroecologia? Ninguém ousaria, considerando-se sua faceta “ambientalmente correta”, tão bem expressa na necessidade de “fazer a natureza trabalhar junto com a gente” levando-se “em conta uma sustentabilidade ambiental”. No entanto, essa necessidade de abrigar a agroecologia nas mais diversas proposições, à semelhança da problemática ambiental, permite distintas construções sobre a mesma.

Passando o jogo a ter como fronteiras a ciência, está na hora dos agentes aqui representados salientarem seu enquadramento em tais limites, garantindo assim sua legitimidade no campo de disputa: “agroecologia, pois bem, eu vejo agroecologia como uma **ciência**, não como uma **prática**.” (Pesquisador-Embrapa/Clima Temperado – grifos da autora) O Pesquisador da Embrapa busca garantir, dessa forma, o acesso do “arsenal agroecológico” em uma disputa. Constituído o binômio agroecologia – ciência, acrescenta-se:

“O conceito agroecologia, digamos, é uma ciência que junta os conhecimentos técnicos de agricultura aos conhecimentos da ecologia. Mas com uma percepção social muito forte. **Não é só a soma de agronomia com ecologia, mas é isso em um contexto social.**” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

A intercomunicação entre distintas áreas do conhecimento, presente nas colocações do pesquisador-professor da UFRGS, uma peculiaridade do referido binômio que deve, o quanto antes, explicitar-se. Ainda dentro dessa ótica, tem-se a existência de

“... dois tipos de construção social do conhecimento: um com a chancela científica, as academias, e outro, um conhecimento que se formou aí por acumulação, por ensaio de erros e etc e tal. **Eu acho que a agroecologia, ela depende de conhecimento científico sim, mas ela também se abastece desse outro conhecimento.**” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado – grifos da autora)

Ampliam-se os horizontes, além de diferentes áreas do conhecimento dito científico, a agroecologia “se abastece” de um conhecimento desprovido de tal adjetivação: “é óbvio que tu precisa de conhecimento. Se não, nós, inclusive, não vamos avançar, precisamos de conhecimento científico. Mas, o conhecimento científico, por si só, ele não é suficiente.” (Extensionista/Emater) A proposta agroecológica adentra o campo de disputas através do passaporte expedido pelo seu caráter científico, representando esse uma estratégia em busca da legitimidade no confronto. Garantido o acesso, passa-se a uma estratégia de subversão do campo, materializada na tentativa de relativizar a estabelecida supremacia do “conhecimento científico” vinculado à “boa ciência”.

Um último lembrete: “...um cara que tem a visão que existe, que a ciência é neutra (...). Esse cara não vai usar o termo agroecologia.” (Extensionista/Emater) Não se deve esquecer: neutralidade científica não combina com agroecologia. Tal afirmativa representa uma peça a mais na busca por uma relativização do “conhecimento científico”, nas conformidades dos agentes do “*mau uso da técnica*”, como fonte única de legitimidade no campo de disputa.

5.1.3 - *Por onde andam os agentes da “variante do modelo de agricultura”?*

Em suas reflexões e considerações em torno da problemática ambiental/agricultura e da relação desta com a ciência e tecnologia, os chamados dissidentes distinguiram-se pela ausência de pontes que estabelecessem a ligação com a agroecologia em seus discursos. O contexto montado, portanto, não se atrela a tal noção como no grupo anterior. Abandonando-se a espontaneidade, quando questionados em relação à agroecologia, reforçam o caráter “ambientalmente correto”, bem como a necessidade de “integrar conhecimentos”. Por outro lado, uma comprovada amarra científica não é elemento de destaque.

Agroecologia? Destaca-se a característica compartilhada, vinculada, como no trecho citado abaixo do técnico da Coceargs, ao “respeito” ao meio ambiente e à “sustentabilidade ambiental”, associada à existência de outros fatores:

“... dentro desse conceito **tu tem que articular alguns fatores**. O primeiro é a problemática ambiental. Eu acho que a gente, a agroecologia nos remete a pensar modelos, formatos tecnológicos que **respeitem o meio ambiente**. E que dêem **sustentabilidade ambiental**. Que não degradem o meio ambiente. Acho que isso tá incorporado.”
(Técnico/Coceargs – grifos da autora)

“Fazer agricultura preservando o meio ambiente”, “inserir a agricultura como um elemento harmônico” e, agora, “formatos tecnológicos que não degradem o meio ambiente”, comprovam a incontestável associação da agroecologia ao “ambientalmente correto”... Quem ousa negar a problemática ambiental? Quem ousa negar a agroecologia, assumindo tais contornos?

Reforçando a diversidade de conhecimento abordados, a agroecologia:

“É uma proposta [de agricultura] que tenta trabalhar várias **dimensões**, eu acho que pensa trabalhar a agricultura dentro de uma visão mais ampla, de uma proposta um pouco mais articulada. (...) Eu diria assim, a proposta que a agroecologia se propõe a trabalhar incorpora as dimensões do econômico, do

social, do tecnológico, do cultural.”
(Extensionista/Cetap – grifos da autora)

Observe-se, fala-se em “dimensões”, “fatores”, suprimindo-se referências diretas a um “conhecimento” adjetivado ou não pelo “científico”.

Entrando em cena a agroecologia, o grupo de agentes envolvido com as proposições apresentadas no presente item, abandona um “*front*”. Prosseguem em uma disputa, mas, no tocante ao jogo entre a necessária legitimidade científica vinculada à “boa ciência”, de um lado e a estratégica proposta agroecológica que garante a continuidade de um enfrentamento, distanciam-se. O distanciamento do “*front*” de batalha comprova-se pela não necessidade de apresentar uma proposta abrigada na chancela científica. No caso em específico, tem-se, de um lado a cobrança de uma fundamentação científica obtida na “boa ciência”, instituída pelo “*mau uso da técnica*”, e do outro, por parte dos agentes do “*modelo de agricultura*”, a associação entre agroecologia e ciência, ambas tentativas de garantir a legitimidade dos agentes no espaço de disputas. Recordando, cooptar estratégias do grupo opositor é peculiaridade, conforme já ressaltado, de um “*front*” de batalha... Não sendo esse um procedimento verificado, os agentes da “*variante do modelo de agricultura*” abandonam, por ocasião de um enfrentamento embasado na agroecologia, o “*front*”.

Agroecologia, uma ciência?

“Vamos chamar de ciência? (...) É claro que eu diria assim, do ponto de vista teórico ela tá muito interessante, mas como processo ela parte do que existe aí, ela tá um pouco distante de se chegar ao que **alguns teóricos** colocam como uma coisa já dada dentro daquele todo **conjunto de princípios**...(…) Quer dizer, se escreve no papel uma coisa que você acha que é possível de ser construída. Agora, na prática nós temos muito o que **caminhar**.”
(Extensionista/Cetap – grifos da autora)

O distanciamento da agroecologia “como processo” do “conjunto de princípios” colocados por “alguns teóricos” resulta na ponderação: na prática ainda “temos muito que caminhar”. Ou, ainda, se configuraria uma ciência agroecológica “... desde que o Estado colocasse **aporte de recursos** pra pesquisar essa coisa como ciência.” (Sindicalista/Fetag – grifos da autora) Na sua caracterização como “processo”, ou mesmo como uma ciência, a agroecologia carece, ainda, pelos trechos citados acima, de elementos (o “caminhar” e o “aporte de recursos”) para sua consagração.

Ciência ou não, lembrando a existência de “interesses” vinculados à mesma (percepção esta destacada no item “Uma variante do ‘modelo de agricultura’”), essa não parece ser a questão central. Abordar a agroecologia conduz à exaltação de uma de suas peculiaridades: a necessidade de abarcar distintas “dimensões”.

5.2 - *ADVERSÁRIOS A POSTOS – UM SEGUNDO ROUND*

Centro do ringue. Silêncio na platéia. Braços erguidos, uma nova apresentação. “*Mau Uso da Técnica*” e “*Modelo de Agricultura*”, novamente, frente a frente. Dominando golpes e estratégias elaborados e acumulados em um primeiro *round* e no intervalo, os adversários fortalecidos reagem ao sino, dando início a um novo confronto. Sino esse que assume, nessa etapa, a silhueta da agroecologia.

Lançando o seu primeiro golpe, “*modelo de agricultura*” apresenta a agroecologia como promotora da “harmonia” agricultura-natureza. Objetiva assim, voltar à associação, antes exaltada, entre problemática ambiental/agricultura e o modelo de modernização da última, apresentando, agora, uma proposta. Proposta esta que pretende reforçar seus argumentos iniciais, indo de encontro ao elemento exaltado pelo “*mau uso da técnica*” na ocasião, a “realidade bem fria” vinculada à degradação do meio físico. Sendo este o problema, o “*modelo de agricultura*” apresenta a agroecologia como uma alternativa.

No pólo oposto, “*mau uso da técnica*” recupera a centralidade de seus argumentos, o obrigatório vínculo entre a ciência e qualquer proposição que se pretenda legítima no campo

de disputas. Resgatando suas ponderações, conclui que a proposta do “*modelo de agricultura*”, a agroecologia, tem muito ainda o que caminhar nesse sentido. Mais ainda, o espaço legítimo no campo de disputas é o delimitado pela “boa ciência”. Assim, quantificar e, portanto, validar as técnicas agroecológicas passam a ser tarefas dos agentes do “*mau uso da técnica*”, ou, ao menos, têm que ser por eles supervisionadas. Esses agentes relembram, ainda, a utilização de técnicas de menor impacto ambiental como uma opção para contornar a dita degradação do meio físico.

Os agentes do “*modelo de agricultura*” reagem à tentativa do grupo opositor de se abrigar embaixo do guarda-chuva da “sustentabilidade” exaltando técnicas ditas de menor impacto ambiental. Destacam que sua proposta contempla distintas áreas do conhecimento, não se restringindo ao científico. Quanto à validação:

“Se alguém tiver curiosidade de botar a validade científica em cima do conhecimento empírico, tudo bem, que bote. Não tô preocupado com isso. Eu tô preocupado em que se permita a utilização desses conhecimentos, em uma concepção científica pro campo agrícola, agrônomo, o agroecológico, com fundamentação científica, mas dentro de uma questão plural, aberta a outros saberes.” (Pesquisador/-Embrapa Clima Temperado)

Afinal, “acho que a agroecologia vem nos trazer elementos é... não para validar, ou para nada, mas para entender os processos. Entende?” (Extensionista/Emater) (“*modelo de agricultura*”)

Entender os processos? Distintas áreas do conhecimento? Para o “*mau uso da técnica*”, a agroecologia, agricultura orgânica ou ecológica: “...nada mais é do que uma proposta diferenciada em relação ao tipo de insumo. Tu tem que explicar, tu tem que ter base científica para explicar os eventos.”(Pesquisador/Embrapa Trigo) (“*mau uso da técnica*”) Portanto, o que realmente interessa é “... discutir a questão ecológica, não impor filosofias ou políticas. Discutir, realmente, à luz dos dados. Por que a agricultura orgânica é melhor? Cadê suas pesquisas? Eu não vi até hoje, sabe?” (Pesquisador-professor/UFSM)

“*Modelo de agricultura*” esclarece que agroecologia não é agricultura orgânica:

“Tanto que tu vê, por exemplo, que a maior parte dos trabalhos da evolução, hoje em dia no mundo inteiro, da agricultura orgânica, não falam em agroecologia. São posições bem diferentes. Agroecologia utiliza métodos orgânicos de agricultura, mas são coisas bem separadas. Tá, então, agricultura orgânica muitas vezes tu utiliza métodos que foram desenvolvidos em vários locais como a receita básica. (...) (Pesquisador-professor/UFRGS) (“*modelo de agricultura*”)

O grupo da “*variante do modelo de agricultura*”, reforça a distinção, ressaltando que a agroecologia é “diferente daquela perspectiva ecológica, ou o nome que a gente quiser dar aí, que é uma substituição de insumos...”(Extensionista/ CE-IPÊ).

O “*mau uso da técnica*” relembra “detalhes” , como produção e produtividade, repetindo que é necessário “...estudar como é que se produz alguma coisa sem o químico, mas com a mesma produção e produtividade de uma [agricultura] que usa o químico.” (Pesquisador-professor/UFSM) Apresentado o caminho, enuncia a proposta derivada: trazer as práticas agroecológicas para dentro da consagrada agronomia e validá-las. Afinal, “...alguém vai desenvolver ciência pra suportar isso e vai transformar em produto comercial.” (Pesquisador/Embrapa Trigo) (“*mau uso da técnica*”)

Está claro para o “*modelo de agricultura*” que o adversário está falando dos famosos “pacotes tecnológicos”, tão caros ao modelo da Revolução Verde. No entanto, para “...trabalhar dentro da perspectiva da agroecologia, a agricultura tem que ser vista como uma construção social. Ela não é a transmissão de um pacote, ou aplicação de um pacote.” (Extensionista/Emater) Portanto, para esse grupo de agentes, é impossível trabalhar com pacote. Definitivamente,

“Não, eu acho besteira isso, eu acho besteira (...) fazer a validação, método científico tradicional, e, em cima disso, tirar receitas gerais que podem ser aplicadas em qualquer região, ou seja, pacote. Validação, no final tem a ver com pacote.” (Pesquisador-professor/UFRGS).

Completando, fale-se em produção:

“Essa discussão que tem muito de que agricultura ecológica, ela não, não dá as mesmas respostas, que ela é menos produtiva, que não sei mais quanto. Isso aí é uma coisa falsa, é uma falsa forma de ver. Porque... Agricultura convencional ela nasceu, já escreveu muita gente sobre isso, ela nasceu limitada pelo tempo do petróleo. O que se mede na agricultura convencional para dizer se ela dá resultado ou não é a produtividade e o lucro. É isso, produtividade, em kg por ha, ainda, que é um absurdo, e só isso. Agora, o balanço energético ninguém faz, ninguém diz que para produzir uma alface em estufa, nas condições mais, digamos assim, modernas e tecnológicas hoje, nós estamos gastando quase 500 kilos... kilos caloria para produzir uma. Então, não tem sentido.” (Extensinoista/Emater)” (“*modelo de agricultura*”)

Em uma rápida pausa, “*modelo de agricultura*” recorda-se da necessidade de manter-se legítimo no campo de disputa e, para tanto:

“Então, é uma dificuldade. Muito embora a gente seja cobrado por publicações, esse trabalho, nesse tipo de trabalho [na agroecologia], às vezes, é difícil publicar. É muito difícil porque são trabalhos que levam vários anos até começar a sair os resultados. E são trabalhos em que a metodologia de pesquisa não é a convencional. Ela não é o modelo reducionista de pesquisa em que tu determina um problema, tenta eliminar todos os fatores que tu considera menos importantes e vai em um único fator. E ali o resultado tu tenta elevar para o nível mais alto do sistema dizendo: olha ele por si só responde por isso. E aí tu não tá levando em consideração o que nós chamamos das, as propriedades emergentes das interações que ocorrem. No trabalho que a gente faz é o contrário, é um trabalho que, muitas vezes, eu passo por cima, eu não quero saber quais são os fatores, quero saber quais são os resultados. Eu não teria condições de eliminar, manipular fatores. Só sei que eles juntos, todos, tão dando tal resultado. Então, essa é o que me interessa no atual momento. Isso é

difícil publicar. Muito difícil publicar. (...) **Então, o que a gente faz, geralmente, é isso. Manter uma certa produção [produção científica] bastante tradicional, mas sempre ligado ao lado da agroecologia.**” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

“(...) obviamente que, se nós formos, hoje, discutir isso com os professores convencionais, nossos colegas da agronomia, eles vão dizer: ‘não, isso não tem validação científica. Então, vamos pegar e trazer pra cá e vamos validar cientificamente’... Essa é um pouco a lógica. Mas, eu... acho que não tem necessidade de fazer isso. (...) Então, a questão é muito mais do **status**, do poder desse tipo de relação na sociedade, do que, diretamente, como validar aquela tecnologia em si. Então, acho que nesse sentido sim, do ponto de vista de buscar o **respaldo** pra o avanço em uma determinada área, acho que tem um pouco essa lógica. Porque, por mais que eu prove...Por mais que a gente consiga provar que o que o Soel tá fazendo em Sobradinho com as práticas que eles tão desenvolvendo com agricultores lá, é eficiente para a agricultura, não... Pra comunidade científica convencional não interessa. Não foi publicado, não tá em nenhum manual, em anais de congresso. Tá em nada.” (Extensionista/Emater – grifos da autora)

A ciência, o espaço legítimo no campo de disputa. Com suas peculiaridades os trechos acima destacados explicitam a necessidade de apresentar a agroecologia como uma proposição científica garantindo, portanto, sua legitimidade no campo tecnocientífico. No primeiro caso, o ator é um pesquisador-professor da UFRGS que, através da chamada “produção bastante tradicional”, sem, contudo, abandonar a agroecologia, busca “manter uma certa produção”... Por sua vez, o extensionista da Emater depara-se com uma dupla questão, envolvendo o “*status*” e o “respaldo”. Atendo-se ao “respaldo”, salienta a busca do mesmo como uma estratégia para o “avanço em uma determinada área”, em outras palavras, a busca pela aceitação da proposta agroecológica como científica. Adicionalmente, “*status*” e “respaldo” miscigenam-se. Ao destacar a invalidade para a “pesquisa convencional” do trabalho de um

“extensionista” nos domínios da agroecologia, resgata uma das estratégias de manutenção da centralidade da “boa ciência”, estratégia do grupo opositor o “*mau uso da técnica*”, no campo de disputa: a hierarquia pesquisa – extensão. Afinal, legítimos no cenário são os detentores da “boa ciência” e, “tradicionalmente”, cabe ao pesquisador a “geração” e, por sua vez, ao extensionista a “difusão” de tecnologias. O primeiro, devido a sua proximidade com a ciência, ressalta-se a “boa ciência”, é um cientista, ocupando, assim, um lugar de destaque no campo tecnocientífico.

O “*mau uso da técnica*” aproveita-se do momento reflexivo do adversário para, novamente, destacar a “boa ciência” como o espaço legítimo no campo. Tornando-se repetitivo exige o selo “produto da ciência”, da “boa ciência” como o passaporte em busca da legitimidade na disputa. Para que a agroecologia, que para os agentes do “*mau uso da técnica*” é reduzida a uma substituição de insumos, venha a obtê-lo, deve, portanto, passar pela validação de tecnologias. Validação essa conduzida pelo “*mau uso da técnica*”, afinal, estes agentes dominam o acesso à “boa ciência”. Dessa forma, esclarecem que a proximidade com a “boa ciência” é um privilégio de seus pesquisadores; à extensão, aos extensionistas, cabe a disseminação. Tentam, assim, invalidar, adjetivando de político-ideológica, a proposta agroecológica, sendo que esta tem como sua grande disseminadora uma instituição estatal de extensão. Aproveitando-se de uma possível necessidade de segurança, derivada da “boa ciência”, esclarecem que, tradicionalmente, a extensão não é uma instância geradora da mesma.

Novamente, o apaziguador soar do sino. Os adversários abandonam o centro do campo. “*Mau uso da técnica*”, dissipando o último dos golpes, estabeleceu o azimute de um próximo enfrentamento: a segurança proporcionada pela “boa ciência” atrelada à consolidada hierarquia pesquisa – extensão e o confronto com uma proposta “político-ideológica”.

CAPÍTULO 6

6.1 - A DISTINÇÃO ENTRE PESQUISA E EXTENSÃO NO CAMPO DE DISPUTAS

6.1.1 - Pesquisa e extensão – uma distinção hierarquizada

Delimitar, claramente, as atribuições dos agentes envolvidos com as instâncias de pesquisa e de extensão representa mais uma interessante estratégia de conservação utilizada pelos agentes do “*mau uso da técnica*” no campo tecnocientífico. Conforme já visto, para estes, a “correta” abordagem da interface problemática ambiental/agricultura passa, necessariamente, pela ciência. Os agentes mais próximos e detentores do acesso à “boa ciência” desfrutam de maior capital tecnocientífico, garantindo, assim, sua legitimidade e autoridade no campo de disputas. Dessa forma, a delimitação das instâncias de pesquisa e de extensão permite diferenciar agentes quanto à sua capacidade de influência e ação no campo de disputa. Ao referir-se a um “pesquisador” ou a um “extensionista”, explicita-se, de antemão, a maior legitimidade do primeiro e, portanto, seu maior poder de ação. O extensionista, por sua vez, encontra as fronteiras de suas investidas; ele é o “difusor” e não o “gerador-detentor” do conhecimento científico.

No entanto, em uma batalha deve-se mobilizar estrategicamente todos os recursos disponíveis. Assim, a “extensão” passa a ser alvo de críticas dos agentes envolvidos com a “pesquisa”, da mesma forma que os pesquisadores do “*mau uso da técnica*” encontram nos agentes da instância “difusora” a confirmação de suas proposições sobre a necessidade de uma aproximação com a ciência, adjetivada como elemento promotor da verdade, reforçando o arsenal argumentativo do grupo.

A delimitação dos papéis da pesquisa e da extensão pode ser assim resumida: “então, tu gera conhecimento através da pesquisa, insere esse conhecimento na realidade, via extensão...” (Pesquisador-professor/UFSM) O pesquisador da UFSM retrata, em suas

palavras, a distinção tradicional entre as instâncias em questão, compartilhada pelos demais agentes do “*mau uso da técnica*”. É importante ressaltar que esta distinção está presente nos discursos tanto dos pesquisadores, quanto dos extensionistas: “um gera tecnologia... Um gera o técnico, outro gera a tecnologia, que é a pesquisa e, o outro, leva ao produtor.” (Extensionista/Emater) O extensionista da Emater refere-se, no trecho destacado, às instâncias pesquisa – ensino – extensão, reforçando: cabe à pesquisa a geração de tecnologias e à extensão a difusão das mesmas.

De posse da distinção entre as instâncias de pesquisa e extensão, os “pesquisadores” do “*mau uso da técnica*” referem-se à segunda como o elo fraco da cadeia:

“Nós temos muito conhecimento disponível e pouco conhecimento adotado. Eu acho que é, salvo e aceitaria quem me provasse o contrário, mas eu acho que é um pouco da ineficiência do processo de transferência de tecnologia.” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado)

Assim, no processo de geração e difusão de tecnologias, a extensão mostrar-se-ia ineficiente na etapa que lhe cabe. Reforçando a possível ineficiência da extensão em difundir os frutos da pesquisa o pesquisador-professor da UFPel completa: “e isso aí deveria ser buscado [o conhecimento gerado e divulgado no meio científico] e eu não sei em que nível isso é buscado pela extensão. Então, a extensão, não sei em que nível ela consegue captar esse tipo de pesquisa e levar ao produtor.”

Os pequenos fragmentos de discursos, acima destacados, apresentam interessantes derivações, apesar de não explicitamente referenciadas, para a disputa em torno da interface problemática ambiental/agricultura. Retomando-se a centralidade de uma utilização inadequada da técnica na promoção da referida interface, a citada ineficiência da extensão pode, perfeitamente, estar vinculada à promoção dos referidos reflexos no meio físico. Afinal, estes são reflexos não derivados da técnica e sim da sua má utilização. A centralidade em uma utilização inadequada da técnica como elemento propulsor de uma problemática ambiental encontra, portanto, possíveis reforços.

Por outro lado, a “ineficiência” da extensão contribui, igualmente, para a delimitação do espaço de ação de agentes atrelados à mesma no campo de disputas. Adjetivada pela “ineficiência”, a “extensão” deve resignar-se a fronteiras mais estreitas que as desfrutadas pela pesquisa, vendo limitada a possibilidade de proposição de estratégias legítimas no campo tecnocientífico. Tal constatação, no caso particular do Rio Grande do Sul, possibilita algumas derivações na seqüência. Tendo a proposta agroecológica como uma de suas principais promotoras a empresa de extensão estatal Emater, exaltar os limites da atuação no campo tecnocientífico dos agentes vinculados à instância “difusora”, repercute na própria disseminação da agroecologia. O fato de os agentes vinculados a Emater serem considerados “difusores” e não “geradores” do conhecimento científico limita seu poder de ação e, portanto, a legitimação de suas propostas. Sendo a agroecologia uma destas, os agentes do “*mau uso da técnica*” agregam em suas tentativas de cooptação e desmerecimento da proposta agroecológica o vínculo entre esta e a instância “difusora”, a extensão. Assim, para alcançar a legitimidade no campo de disputa, a agroecologia deve, novamente, buscar o selo “produto científico”, obtido através de sua aproximação com a “boa ciência”, espaço este de domínio de pesquisadores do grupo do “*mau uso da técnica*”. A cooptação da proposta agroecológica pelos agentes do “*mau uso da técnica*” é reforçada através de seu desmerecimento como proposta impulsionada por agentes vinculados à instância da extensão.

No entanto, tanto no grupo do “*mau uso da técnica*”, quanto no “*modelo de agricultura*”, pode-se encontrar “extensionistas” compondo a gama de agentes que estruturam os distintos posicionamentos. Alvo de críticas, resumidas através da citada “ineficiência”, os “extensionistas” representam, concomitantemente, agentes-chave na busca pela consolidação de um dos argumentos centrais do “*mau uso da técnica*”: o exaltar das vantagens e garantias do substrato “boa ciência”. É na expressão “segurança”, presente em discursos de extensionistas, que tal eixo argumentativo encontra sua confirmação.

A necessidade de um respaldo científico na condução de atividades de extensão, torna-se explícita nas palavras do extensionista da Emater:

“O que **eu preciso** é que a **ciência** me deixe tranqüilo e preparado, no sentido de que eu possa conversar com o meu, meu não... com o agricultor e deixar ele, vamos dizer, tranqüilo, para que ele também saiba que não tá se contaminando. (...) eu preciso, e **eu tô vinculado a respostas técnicas.**”
(Extensionista/Emater – grifos da autora)

O “eu preciso” do extensionista da Emater é reforçado pelas colocações de seu colega:

“A extensão rural precisa ter a certeza de que as investigações foram finalizadas. E precisa ter **segurança** pra informar aos agricultores ou produtores que ela tá dizendo uma **verdade**. Uma verdade que não pode mais ser contestada, porque já tá provado.” (Extensionista/Emater – grifos da autora)

“Não, eu sempre, desde o início da nossa conversa, eu conduzi que eu preciso ter é segurança de que as tecnologias que eu recomendo pro agricultor com quem eu trabalho não vão fazer mal.”
(Extensionista/Emater)

Novamente, a ciência como a promotora da verdade. Afinal, cabe à mesma a “prova” das “verdades” que serão levadas aos agricultores e a conseqüente segurança.

Reforça-se a delimitação do espaço legítimo no campo de disputas à ciência. Adicionalmente, e como decorrência natural de tal estratégia, salienta-se, mais uma vez, a necessidade do substrato proveniente da “boa ciência” para a proposta agroecológica. Dessa forma, a necessária “segurança” não apenas consagra argumentos do grupo do “*mau uso da técnica*”, como, igualmente, se constitui em uma forte estratégia na interação de extensionistas da Emater com os seus pares institucionais:

“A gente ainda não se sente **seguro** pra chegar em um produtor hoje que trabalha com uva, pêssego, ou sei lá eu o que, e dizer assim: bom, de agora em diante, é, vamos dar uma volta nisso aqui [adotar o modelo agroecológico]. Elimina todas as porcarias

que o senhor tem e esqueça aquilo que o senhor aprendeu e vamos partir para isso. Entende? Isso aí é uma preocupação que eu acho que tu vai achar em todos os extensionistas... Com raras exceções.” (Extensionista/Emater – grifos da autora)

No trecho acima, o extensionista da Emater reporta-se à segurança como elemento necessário à “aceitação” da agroecologia por seus colegas. Na mesma ótica, o pesquisador-professor da UFSM especula:

“Só para pegar esse exemplo que eu falei aí da Emater. Eu não sei, devem ter treinado o pessoal da Emater pra dar assistência na agricultura orgânica. Porque eles não tinham essa formação. Quer dizer, cê vai encontrar quantas pessoas na Emater do Rio Grande do Sul que fizeram treinamento a nível de agricultura orgânica em algum centro qualificado? Eu não saberia dizer. (...) Agora, se o papel mandar você vai ter que obedecer. Daí fica mais difícil, quer dizer, ainda não é contestar, discutir à luz da ciência. ‘Não, eu vou obedecer, porque o meu patrão que eu faça isso!’ ” (Pesquisador-professor/UFSM)

O pesquisador-professor da UFSM destaca a inexistência de um “treinamento em algum centro qualificado” que possibilitasse aos extensionistas prestar “assistência na agricultura orgânica”. Em outras palavras, não existe a “boa ciência” por trás, o que implica na inexistência da “segurança”... Ainda segundo o trecho acima destacado, a agroecologia estaria sendo promovida na Emater pelo “mando do papel” e, portanto, não sendo discutida “à luz da ciência”. Nada mais desmerecedor para a proposta agroecológica: uma de suas principais divulgadoras, a Emater, não possibilita uma discussão da mesma no espaço legítimo no campo tecnocientífico. Sem ciência, a agroecologia não passa de uma proposta, pejorativamente, “político-ideológica”.

6.1.2 – Pesquisa – extensão – o elo com o modelo de modernização da agricultura

Questionados em relação aos recortes pesquisa – extensão, os agentes do “*modelo de agricultura*” estabelecem o vínculo entre a segregação “geração” – “difusão” de tecnologias e um viés produtivista. Em tais posicionamentos recebem o apoio dos agentes da “*variante do modelo de modernização*”.

A conexão entre o “enfoque difusionista” da extensão e a busca pela produtividade é destacada no trecho abaixo:

“E aí aconteceu, a partir dos anos 60, uma mudança grande na extensão, após uma avaliação que houve, no sentido da extensão se voltar para a busca de maior produção e produtividade no campo. Então, essa intervenção da extensão passou a ser uma intervenção muito mais ousada na questão produtiva, agrícola – produtiva. E dentro de um enfoque difusionista.” (Extensionista/Emater)

Por sua vez o pesquisador-professor da UFRGS ao abordar a instância de “pesquisa” destacando, igualmente, seu azimute produtivista, ressalta o distanciamento da mesma “em relação às necessidades reais”: “o que a gente vê é, realmente, esse distanciamento da pesquisa em relação às necessidades reais em termos de qualidade de vida, de manutenção da produção ao longo do tempo. Estão sempre respondendo à questão da produtividade.”(Pesquisador-professor/UFRGS)

Dessa forma, uma ciência orientada pela produtividade resulta na necessária distinção entre as instâncias:

“Então, se tu usa esse tipo de ciência [“racionalista”, orientada pela produtividade], o cara que trabalha com isso, ele vai fazer essa diferenciação. Por quê? Porque ele tem aquela visão de que a pesquisa vai descobrir qual é a variedade que tem maior produtividade, que vai passar para a extensão e a extensão vai levar a melhor produtividade.” (Pesquisador-professor/UFPel)

Reportando-se à “história da relação da pesquisa e da extensão rural no Brasil”, o pesquisador da Embrapa Clima Temperado pondera: “houve uma espécie de divisão técnica do trabalho, onde uns pensam e outros executam. A história da relação da pesquisa e da extensão rural no Brasil é mais ou menos assim”. (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado) A referida “divisão técnica do trabalho” permite o surgimento de uma “questão de poder” nas palavras do extensionista da Emater:

“Com o passar do tempo e dentro dessa lógica de desenvolvimento que nós tivemos, a pesquisa passou a ser um centro de poder, digamos assim, gerador de conhecimento. Tanto a pesquisa que eu tô falando da Embrapa, como da Universidade ou de outras instituições, e a extensão passou a ser um mero braço de transmissão. (...) A Embrapa era considerada, assim, um espaço superior a da Embrater, apesar de serem duas empresas públicas do mesmo tipo. Mas havia uma questão de poder aí muito importante.” (Extensionista/Emater)

O trecho acima destacado permite ponderações a respeito de tal “questão de poder”. A pesquisa como um “centro de poder, gerador de conhecimento”, a extensão um “mero braço de transmissão”, tem-se, assim, no domínio e no acesso à ciência elementos promotores do referido “poder”. Se tais ponderações se fizeram em um olhar para o passado, ao resgatar o binômio Embrapa/Embrater, o agente, referindo-se agora a um projeto interinstitucional contemporâneo envolvendo as duas instâncias, resgata tal “poder”: “e daí o pesquisador diz: ‘não, quem sabe quando é que se aplica, se tem que aplicar e a quantidade que se aplica somos nós’ .” (Extensionista/Emater) O pesquisador, embasado no substrato da “boa ciência”, desfruta, ainda, do “poder”, tornando-se o ator legítimo, por excelência, no campo tecnocientífico.

Reconhecer essa relação hierarquizada entre as duas instâncias, estabelecendo e exaltando seu elo com um viés produtivista, configura uma tentativa adicional de reforçar o eixo de seus posicionamentos anteriores: amarrar a problemática ambiental na agricultura ao “modelo de modernização”, buscando assim desmerecê-lo. Trilhando os caminhos percorridos, essa é uma estratégia interessante na busca pelo fortalecimento da proposta

agroecológica. Conforme já ressaltado, uma das principais instituições vinculadas à agroecologia é a Emater. Exaltar o jogo de poder existente entre a pesquisa e a extensão, atrelando-o a uma orientação produtivista, torna-se uma estratégia de resposta ao desmerecimento conduzido pelos agentes do “*mau uso da técnica*” da proposta agroecológica. Para estes, os agentes relacionados à extensão não possuem a legitimidade necessária para respaldar uma proposta como a agroecológica, ou melhor, não desfrutam do necessário contato com a “boa ciência”, ou ainda do adequado *quantum* de capital tecnocientífico. Ao tentarem exacerbar o elo entre a configuração da distinção entre uma instância “geradora” e outra “difusora” do conhecimento e a produtividade, os agentes do “*modelo de agricultura*” buscam ampliar o espaço de ação no campo tecnocientífico dos agentes “extensionistas”. Tal estratégia reflete-se, por sua vez, na disseminação da proposta agroecológica.

Ao final do segundo *round*, através de trechos dos discursos de um pesquisador-professor da UFRGS e de um extensionista da Emater, reconheceu-se a necessidade de utilizar-se de uma “produção bastante tradicional” e de um “respaldo” com o intuito de garantir o acesso legítimo da agroecologia ao campo tecnocientífico. Por sua vez, no item “Pesquisa e extensão, uma distinção hierarquizada”, os agentes do “*mau uso da técnica*” resgataram a “segurança” como elemento consagrador da necessidade do respaldo científico obtido através da “validação de tecnologias”. “Segurança” esta que ressurge nas palavras do extensionista da Emater:

“Ah, é como eu tava te falando, de uma certa maneira essa validação te dá, vamos dizer assim, uma maior facilidade de tu adotar essas práticas, te dá maior segurança, pra mim a palavra é segurança. Te dá segurança, porque a gente, quando lida com atividades econômicas, como extensionista, como profissional, depende, muitas vezes, da tua intervenção o sucesso ou o ganho do agricultor. Assim, no caso, uma mudança para a produção ecológica de uma produção convencional, não temos uma certeza, vamos dizer assim, do que tu estás dizendo e de que ele vai ter um resultado X fazendo tais, tais e tais práticas. Fica difícil, para nós, decidirmos também adotar esse procedimento. Fica mais simples, justamente a questão do simples e do complexo, fica mais simples tu simplesmente dar

uma receita. (...) E a validação científica, se tu tens embasamento de pessoas que se dedicaram, tem tempo específico pra aquilo, que é o pesquisador, pra fazer ele te dizer: ‘não, se tu fizeres isso, em um determinado momento vai acontecer tal coisa com um tempo tal, X, vai acontecer isso’. Tu chegas a ter, também, resultados. E isso te embasa, te dá segurança, te dá maior facilidade pra ti exercer essa atividade, sua profissão, claro.
(Extensionista/Emater)

Em suas palavras, o extensionista da Emater simpatizante de uma proposta agroecológica reforça o elo segurança – respaldo científico chamando a atenção para um aspecto adicional ao destacado pelas expressões “produção bastante tradicional” e “respaldo”, a necessidade de disseminar a proposta agroecológica entre seus pares institucionais. Necessidade esta, de acordo com a citação, que passa pela “segurança” desencadeada pelo embasamento científico. Afinal, a distinção e hierarquização das instâncias de pesquisa e de extensão, como reconhecidas anteriormente pelo grupo de agentes do “*modelo de agricultura*”, estendem-se, já, por décadas. Depara-se, mais uma vez, com a relevância da segmentação pesquisa, a “geradora”, extensão, a “difusora”, uma das fortes amarras do arsenal argumentativo do “*mau uso da técnica*”.

No entanto, não se pode esquecer a interessante pista levantada pelo pesquisador-professor da UFSM ao referir-se ao “mando do papel”: para o caso específico da Emater, em suas palavras, “se o papel mandar você vai ter que obedecer”... É nesse contexto que os extensionistas da Emater abrigados no “*mau uso da técnica*” exploram a expressão “segurança”. Sob a influência do “mando do papel”, estes recorrem ao seguro substrato da “boa ciência”. Dessa forma, resume-se a questão, entre os extensionistas da Emater partidários do leque argumentativo do “*mau uso da técnica*” e seus pares institucionais, à impossibilidade de levar adiante uma proposta que não proporcione a necessária “segurança”.

Dentro do grupo de agentes abrigados no “*mau uso da técnica*”, extensionistas e pesquisadores utilizam como principal estratégia a cobrança do selo “produto científico”.

Adicionalmente, exalta-se o viés “político-ideológico” do grupo antagônico como estratégia de desmerecimento do mesmo no campo tecnocientífico.

6.2 - O “POLÍTICO-IDEOLÓGICO” NO CAMPO DE DISPUTAS

Percorra-se a trajetória evolutiva do “*mau uso da técnica*”. Ao abordar a problemática ambiental, a “ausência de poesia” salientada pelo pesquisador-professor da UFSM (pág.34) inaugura o desmerecimento de ponderações adjetivadas pelo “ideológico”... No item seguinte, referente à problemática ambiental/agricultura, explicita-se a necessidade de “estudos para comprovar o que contamina e o que não contamina. Não definir a priori o que polui (...) porque apenas tem fama de estragar tudo”. (Extensionista/Emater – pág.42) A “fama”, bem como a “poesia”, pressupõem elementos não científicos, que na seqüência passam a ser enquadrados como “ideológicos”. Na ocasião em que a ciência e a tecnologia ocupam o centro das ponderações dos agentes, o pesquisador da Fepagro enfatiza: “a minha tecnologia tem que ser racional (...) não tem que ser ideológica.” (Pesquisador/Fepagro – a pág.55). A expressão “ideológica” surge, finalmente, em referências explícitas. A partir de então, sua presença passa a ser uma constante. No específico ao item que contempla a agroecologia surge, adicionalmente, a referência direta ao caso do Rio Grande do Sul: “esse conceito que tem se desenvolvido no Rio Grande do Sul de agricultura ecológica é bastante severo.” (Pesquisador-professor UFSM – pág.66) Severidade essa que induz ao seguinte posicionamento: “no mínimo eu não sou partidário dessa [agroecologia] ideológica...” (Pesquisador/Fepagro – pág.67) Já por ocasião do segundo *round*, um pesquisador-professor declara a necessidade de: “... discutir a questão ecológica, não impor filosofias ou políticas.” (Pesquisador-professor/UFSM – pág.76) O panorama apresentado permite explorar as referências diretas ao ressaltado aspecto “político-ideológico” do Rio Grande do Sul.

Abordar o caso gaúcho implica, para os agentes do “*mau uso da técnica*”, manifestar a sua insatisfação com os rumos seguidos pelo “governo atual”:

“Às vezes eu pergunto: por que o governo atual, hoje, se eu quero dinheiro pra pesquisa, por exemplo, pruma grande área, eu não tenho? Agora, se eu quero

o dinheiro pra, digamos, pesquisar o efeito dum cocô de vaca em um grão de sementinha de abóbora, eu tenho o dinheiro que eu quiser... (...) então, hoje, a agricultura familiar (...) Dizem que a maior parte da população é pequena propriedade. Não tenho dados, nunca fui atrás disso. Não é minha parte de economista, de analista. Essa parte de extensão não é minha... então, eu deixo pra quem entende. Então, dizem que a maior parte da população é pequena propriedade, agricultura familiar”. (Pesquisador-professor/UFSM)

Este fragmento de discurso manifesta uma dupla insatisfação. Primeiramente, a existência de recursos, propiciados pelo governo atual, para pesquisar “o efeito dum cocô de vaca em um grão de sementinha de abóbora” e a inexistência dos mesmos “pruma grande área”. Secundariamente, atrelada a esta constatação e como elemento derivado da mesma, o ator destaca a opção pela agricultura familiar. Opção esta integrada à bandeira da agroecologia. Adicionalmente, correlaciona a agricultura familiar à “parte de extensão”, impulsionando-a, assim, para fora de seus “domínios”: “essa parte de extensão não é minha”. Sutilmente, deixa “para quem entende” uma possível constatação de que “a maior parte da população é agricultura familiar”. Afinal, o pesquisador – professor da UFSM declara: “não tenho dados”. A ausência de dados em relação à agricultura familiar e a direta ligação da última com a extensão, afastam-na do universo do ator em questão, o da “boa ciência”... Desfrutando a extensão de um espaço restrito no campo tecnocientífico, qualquer proposição associada a esta encontrará idênticas fronteiras. Uma opção pela agricultura familiar aparece no campo tecnocientífico como uma proposição do segmento extensão, mais particularmente da Emater, restringindo, dessa forma, eventuais possibilidades dos agentes do “*modelo de agricultura*” utilizarem tal opção como mais um elemento em estratégias de subversão do campo de disputas.

“Dados”? O extensionista da Emater os apresenta:

“Bom, o fato de haver um determinado número, significativo número, de famílias no Rio Grande do Sul, talvez das 450.000 propriedades, 370.000 sejam agricultores familiares, nos impulsionou para fazer

essa opção, para trabalhar com esse grupo significativo. Por quê? Porque nós entendemos que o Estado... Se o Estado pudesse atender a todos, melhor, mas, como o Estado não pode atender a todos tem que fazer uma opção. E a opção tem que ser por aqueles que mais necessitam. (...) Além disso, nós fizemos a opção de trabalhar com o desenvolvimento rural dentro dessa perspectiva da sustentabilidade, com base nos princípios da agroecologia. Isso aí é mais desafiador ainda...” (Extensionista/Emater)

No trecho acima destacado, o extensionista da Emater explicita a opção pela agricultura familiar atrelada à agroecologia. Os dados apresentados, relativos ao número de propriedades, representam uma resposta quantitativa aos agentes do “*mau uso da técnica*”... Resposta esta, portanto, adequada aos moldes e anseios dos referidos agentes. O extensionista da Emater atrela, assim, à agricultura familiar, impulsionada pela tentativa de torná-la legítima através dos “dados” apresentados, a agroecologia.

O sindicalista da Farsul vai de encontro ao binômio agricultura familiar/agroecologia:

“Agora, o que nós estamos vendo hoje? Nós estamos vendo a Emater no Rio Grande do Sul mais voltada, hoje, a dar assistência ao pequeno produtor, à pequena propriedade familiar e, especialmente, aos assentamentos. E isso aí, na minha ótica, não é extensão. Isso aí é um assistencialismo. (...) Para o Rio Grande do Sul eu, eu entendo assim que as políticas que nós temos para o nosso Estado aqui, elas são totalmente equivocadas. E, até, incoerentes. Eu vejo, por exemplo, o atual governo, a própria Emater, que tem, fala em agroecologia e ficam falando em ecologia. Só que tão fazendo tudo ao contrário [salientando os assentamentos de agricultores no pampa gaúcho]. (..) Ecologia não tem ideologia, nem é de esquerda, nem é de direita. Quem tem que preservar o ambiente é porque tem que preservar.” (Sindicalista/Farsul)

Na primeira parte da citação, o sindicalista da Farsul, é categórico: a opção pela “pequena propriedade familiar” conduz a um “assistencialismo”. Derivando-se, sendo a “extensão” um veículo de “difusão” de tecnologias e conhecimentos gerados na “pesquisa”, guiados pelo intuito da produtividade, o “assistencialismo” citado condena a “pequena propriedade familiar” e os “assentamentos” a uma ineficiência produtivista. Dentro de um modelo, portanto, onde a produtividade é elemento de destaque, essas se tornam categorias marginais. Restringe-se, conseqüentemente, o espaço no campo de disputas para argumentos vinculados à categoria agricultura familiar.

Na seqüência do trecho destacado, exaltando as “equivocadas políticas estatais”, o sindicalista da Farsul ataca a proposta agroecológica associando-a a uma ecologia ideológica. Estando claro, para o agente do “*mau uso da técnica*”, que ecologia não deve ser “nem de esquerda, nem de direita”, tal associação resulta no desmerecimento da proposta agroecológica.

Destacando o Rio Grande do Sul como uma “referência nacional e mundial” observe-se o outro lado, o do “*modelo de agricultura*”:

“Então, eu acho que, inclusive, o Rio Grande do Sul hoje é uma referência nacional e mundial. Por quê? Porque teve a coragem de estabelecer isso [a agroecologia] como política, entende? Por quê? Porque não adianta estar criticando o modelo da Revolução Verde, que faz três décadas que se critica. Já tá bem na hora de se fazer outras coisa. (...) Olha aqui, tá muito claro que se continuar os sistemas de modernização nós não vamos ter mais solo, nem água, nem nada daqui a algumas décadas, talvez um século, talvez a gente não tenha mais condições de produzir nesse ambiente. Então, não é uma questão ideológica. É a esquerda ou a direita ou sei lá quem que promove esse barulho ambiental todo. Não! Acho que o planeta tá preocupado com isso e as questões já não são mais, então, ideológicas.”
(Pesquisador/Fepagro)

O trecho do pesquisador da Fepagro pode ser interpretado como uma resposta ao sindicalista da Farsul. Ao exaltar a inviabilidade do modelo da Revolução Verde,

materializada na destruição do meio físico, o que conduziria a uma opção pela agroecologia, tenta esclarecer que essa “não é uma opção ideológica”. O ator resgata, assim, a “realidade bem fria”, tão cara a seus opositores, com o intuito de proteger a proposta agroecológica dos constantes ataques derivados da adjetivação “ideológica”. Aí está, mais uma vez, expressa a busca pela legitimidade da proposta agroecológica no campo tecnocientífico.

Os agentes do “*mau uso da técnica*”, no entanto, não propiciam uma trégua:

“Há um direcionamento que eu acho perigoso, esse direcionamento político excessivo. Podemos falar de política? Eu acho perigoso. Tá acontecendo o quê? Eu mandei vários projetos, sempre fui financiado pela Fapergs, de um momento para o outro eu não sou mais financiado.(...) quer dizer, eles querem um enfoque orgânico lá. Se você cultivar com esterco tem dinheiro, se não bota esterco não tem. É, e até o ponto extremo da Emater, hoje, não poder dar assistência técnica para os produtores que usam defensivos ou que não estão usando essa tecnologia orgânica, tá. (...) A Emater não faz parceria com empresas, por exemplo. Porque produz defensivos e eles são contra defensivos. Então, eu acho que aí é um radicalismo. (...) Aí, é questão política já exacerbada, eu diria.” (Pesquisador-professor/UFSM)

Novamente, surgem os argumentos de “direcionamento político excessivo”, de “radicalismo”, elementos desmerecedores de uma proposição no campo de disputas. De forma complementar, o pesquisador-professor da UFSM reduz, mais uma vez, a proposta agroecológica a uma substituição de insumos (“botar ou não esterco”) bem como promove a confusão entre esta e a “tecnologia orgânica”. A não-parceria com empresas conduz ao posicionamento “contra defensivos” que, conforme citação do pesquisador da Fepagro, é responsável pelo desmerecimento de uma agroecologia “ideológica em que se procura eliminar todo o agroquímico”. (pesquisador/Fepagro - pág.67/ capítulo 5)

Finalmente, exacerbar o viés “político-ideológico” da proposta agroecológica aproxima o grupo de agentes do “*mau uso da técnica*” daquele que seria seu grande trunfo final, a

definitiva apropriação da noção de agroecologia. Dentro dessa ótica, o pesquisador da Embrapa, alerta:

“Hoje ela [a Emater] fez uma opção diferente, que também é perigosa. Ela simplesmente diz o seguinte: ‘a única tecnologia é aquela que nós escolhemos, que nós elegemos’. E não é assim também não. Nem no 8, nem no 80. E esse extremo é perigoso. Porque essa tecnologia que eles tão promovendo hoje vai se viabilizar, mas quem vai usufruir não é quem está se sacrificando agora, serão os grandes.”
(Pesquisador/Embrapa Trigo)

Como se transmitirão tais benefícios para os “grandes”? O pesquisador da Fepagro demarca o caminho:

“E aí tu vai começar a transformar a agroecologia em um sistema com a mesma escala que o outro [o modelo da modernização] tem. (...) Nós vamos ter informações quantitativas, científicas, pra te dar com precisão. E aí, o técnico, o agrônomo que vai ser o extensionista, ele vai pegar os trabalhos nossos aqui, da faculdade, ele vai olhar as tabelas, os resultados e vai avaliar. E ele, segundo o seu critério, vai lá e diz: ‘olha, eu acho melhor essa situação para esse caso’.”
(Pesquisador/Fepagro)

“Informações quantitativas, científicas”, representando a “boa ciência” o espaço, por excelência, legítimo no campo de disputas. A consagrada distinção de tarefas entre pesquisa e extensão, o aporte necessário para a disseminação dos resultados da “validação de tecnologias”... O pesquisador da Fepagro, com muita propriedade, apresenta em sua “bola de cristal” as previsões do “*mau uso da técnica*” para a disputa em torno da problemática ambiental em sua relação com a agricultura, que desemboca, no caso específico do Rio Grande do Sul, na polêmica em torno da noção de agroecologia.

CAPÍTULO 7

7.1 - A EVOLUÇÃO DAS DEFINIÇÕES, ARGUMENTOS E ESTRATÉGIAS – A DISPUTA NO CAMPO TECNOCIENTÍFICO

A proposição do item por ora apresentado é uma estratégica pausa, objetivando um “olhar para trás”. A dinâmica do campo de disputas, tendo por eixo condutor da análise a problemática ambiental no Rio Grande do Sul, apresentada nos capítulos anteriores, será agora pretensiosamente dissecada. Pretende-se ressaltar elementos outros, igualmente em disputa, que afloram no decorrer do exercício analítico.

O capítulo 3 abordou o choque entre distintas construções de uma problemática ambiental e de sua interação com a agricultura, culminando com um enfrentamento inicial. Os representantes do “*mau uso da técnica*” apresentam uma proposição centrada em uma “realidade bem fria”, a qual é passível de ser contornada pela utilização de técnicas de baixo impacto ambiental. Por sua vez, os agentes do “*modelo de agricultura*” partem ressaltando o elo entre a problemática ambiental e o modelo de modernização da agricultura. É por ocasião do primeiro *round*, que o “*mau uso da técnica*” resgata a necessidade de uma orientação produtivista, fazendo-se valer de técnicas de menor impacto ambiental para contornar possíveis derivações no meio físico. Já o “*modelo de agricultura*” utiliza a problemática ambiental para condenar um modelo produtivista, representado pela modernização da agricultura. Do seu lado, o “*mau uso da técnica*” se esforça para resgatar a essência de suas proposições, a produtividade, apresentando elementos que propiciem o desmerecimento da relação causal estabelecida por seu opositor entre o modelo de modernização e a problemática ambiental. A questão em jogo, portanto, desde já, não é a problemática ambiental em si, mas, sim, como utilizá-la no fortalecimento ou no desmerecimento de um determinado modelo – o da modernização da agricultura.

Segue-se o enfrentamento. Tendo como eixo analítico a ciência, “*mau uso da técnica*” abraça-se fortemente a uma ciência neutra e promotora da verdade, a qual propicia o selo “produto científico” às técnicas de menor impacto ambiental, possibilitando, dessa forma, a

seqüência de um modelo produtivista. Através da ciência, a “boa ciência”, concilia-se preservação e produção. No pólo antagônico, “*modelo de agricultura*” e os agentes da “*variante do modelo de agricultura*” esforçam-se para contestar a neutralidade científica. O primeiro grupo apresenta a proposta agroecológica como uma proposição científica capaz de propiciar uma produção de qualidade e em quantidade, ressaltando a cientificidade de sua proposição. Por sua vez, os representantes da “*variante do modelo de agricultura*” aproveitam o questionamento da neutralidade científica para tecer críticas a uma orientação produtivista. Assim, o “*mau uso da técnica*” esforça-se por resguardar suas proposições das críticas, delimitando o espaço legítimo à ciência, à “boa ciência”. Seus opositores utilizam suas considerações a respeito da neutralidade científica como forma de atingir o modelo de modernização, bem como de promover a ascensão da proposta agroecológica.

Em cena, a agroecologia. Novamente, o “*mau uso da técnica*” empenha-se em restringir a agroecologia aos seus domínios, utilizando-se de um necessário embasamento na “boa-ciência”... Adicionalmente, estes agentes estabelecem o vínculo direto entre a agroecologia e uma substituição de insumos, destacando a necessidade de uma validação de tecnologias, tentando, portanto, consagrar seu domínio sobre a mesma, o que deriva na conservação de sua autoridade/legitimidade no campo tecnocientífico. Resumida a uma substituição de insumos, circunscrita aos domínios dos agentes do “*mau uso da técnica*”, a agroecologia não é uma proposição dotada de capacidade para impulsionar críticas em direção ao modelo de modernização. Pelo contrário, segundo os agentes do “*mau uso da técnica*”, logo, quando a “boa ciência” estiver por trás dos princípios agroecológicos, a agroecologia se enquadrará e reforçará o modelo.

O “*modelo de agricultura*” levanta a bandeira da agroecologia ressaltando sua cientificidade e seu caráter ambientalmente correto. Busca o não desmerecimento de sua proposta, afinal, a agroecologia integra uma proposição diferenciada para um modelo de agricultura. A promoção/legitimação da proposta agroecológica assume, assim, a faceta de uma das possíveis estratégias de subversão do campo tecnocientífico pelos agentes dominados. Auxiliando-os na disputa, agentes da “*variante do modelo de agricultura*” se opõem à idéia de resumir a agroecologia a uma substituição de insumos. A agroecologia surge, portanto, na

disputa como uma das proposições passíveis de integrar uma concepção distinta de modelo de agricultura, bem como de impulsionar oscilações no jogo de forças do campo tecnocientífico. Disso deriva-se a necessidade de apropriação/cooptação da mesma por parte do “*mau uso da técnica*”, bem como da consagração de sua legitimidade no campo de disputas, trabalhada pelo “*modelo de agricultura*”.

Estabelecer o recorte pesquisa – extensão é uma interessante estratégia utilizada pelo “*mau uso da técnica*” para reforçar os limites do espaço de ação de determinados agentes e instituições no campo. Para estes agentes, a primeira instância, a pesquisa, ocupa lugar de destaque em uma hierarquia. À extensão cabe uma maior restrição, o que incorre na depreciação da proposta agroecológica, visto ser esta uma proposição encabeçada pela Emater. Adicionalmente, torna-se possível designar à extensão, o “elo fraco da cadeia”, uma maior parcela de envolvimento com a degradação ambiental. O modelo de modernização encontra-se, novamente, protegido. Afinal, a problemática ambiental teria sua origem em um “mau uso da técnica” atrelado à extensão. Para o “*modelo de agricultura*” e para a “*variante do modelo de agricultura*” é hora de destacar a relação entre a existência de tais recortes, a pesquisa e a extensão, um modelo produtivista e, conseqüentemente, a degradação ambiental. Adicionalmente, nesta relativização dos papéis da pesquisa e da extensão, o “*modelo de agricultura*” tenta reafirmar a agroecologia. Novamente, a disputa situa-se entre o resguardar de um modelo produtivista e a tentativa de afirmação de uma proposição vinculada a um modelo diferenciado.

Finalmente, ao referenciar a agroecologia como uma proposta político-ideológica, “*mau uso da técnica*” tenta, definitivamente, desprovê-la do embasamento propiciado pela “boa ciência” e, conseqüentemente, da “segurança” necessária. É o desmerecimento da proposta agroecológica em sua faceta de política pública estatal. Indo contra a passividade, “*modelo de agricultura*” resgata o aspecto “ambientalmente correto” como uma particularidade da agroecologia e, igualmente, como uma necessidade nada ideológica, mais uma tentativa de manter sua proposta legítima no campo de disputas. Assiste-se, repetitivamente, à disputa pela legitimação ou não da agroecologia, em outras palavras, de uma proposição diferenciada passível de engendrar um modelo de agricultura distinto.

De um lado, os endereçados ataques ao modelo de modernização e a tentativa de legitimar uma proposição vinculada a um modelo diferenciado. Na outra extremidade, a reafirmação de uma orientação produtivista, essência em um modelo de modernização, acompanhada da tentativa de apropriação da agroecologia, concomitante ao seu desmerecimento enquanto proposta estatal. A verdadeira disputa no campo tecnológico parece centrar-se, portanto, em torno do modelo de modernização da agricultura e de uma proposição encabeçada pela agroecologia.

Evidenciados os possíveis elos entre a disputa analisada e o choque, igualmente concorrencial, entre proposições relacionadas a distintos modelos de agricultura, explore-se as reflexões dos agentes em torno da noção de “desenvolvimento rural”.

7.2 - CONSAGRANDO O ACESSO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Explorar o campo tecnocientífico, centrando-se na disputa em torno da problemática ambiental, permite distinguir elementos outros atrelados a tal conflito e, igualmente, peculiarizados por um enfrentamento. Assim, durante o desenrolar do exercício analítico, presenciou-se o envolvimento do “*mau uso da técnica*” com a defesa de uma orientação produtivista da agricultura, utilizando como elementos de sustentação uma ciência neutra e a possibilidade de conciliar, através de técnicas cientificamente embasadas, produção com preservação ambiental. No pólo oposto, “*modelo de agricultura*” utiliza a problemática ambiental como argumento base de suas críticas ao modelo de desenvolvimento, de modernização da agricultura. Apresenta a proposição agroecológica e tenta legitimá-la no campo tecnocientífico, objetivando, igualmente, o desmerecimento do modelo de modernização. Por sua vez, os agentes da “*variante do modelo de agricultura*” acompanham o “*modelo de agricultura*” em suas críticas ao modelo de desenvolvimento atrelado à modernização da agricultura sem, contudo, exaltar a proposta agroecológica. Delineia-se a possibilidade de utilizar a problemática ambiental como um poderoso arsenal em disputas outras. O objetivo último do presente esforço de pesquisa é estabelecer o elo entre a disputa em torno da problemática ambiental no campo tecnocientífico e o desenvolvimento rural,

reforçando sua configuração através das ponderações dos agentes sobre a noção de desenvolvimento rural.

7.2.1 - O Desenvolvimento rural em reflexões do “mau uso da técnica”

Em suas ponderações a respeito do desenvolvimento rural, os agentes do “*mau uso da técnica*” ressaltam a presença prioritária da dimensão econômica, contemplada nas destacadas necessidades de se obter maior produção, maior renda, produtividade e rentabilidade. Tal peculiar arsenal de objetivos enraíza-se em uma proposta de desenvolvimento bastante atrelada aos aspectos econômicos da produção e ao espaço agrícola (da produção agrícola).

Elemento exaltado como ainda necessário e central nas manifestações anteriores dos agentes do grupo em questão, a produtividade não poderia ser excluída de reflexões em torno do desenvolvimento rural:

“ [desenvolvimento rural] é buscar a **produtividade** daquilo que tu produz... Aí, nós temos que aplicar todas as tecnologias disponíveis (...) agora, como fazer isso [aumentar a produtividade]? Então, eu tenho que aplicar o que a **pesquisa** me fornece, entende? Seriam sistemas de cultivo e aplicação de produtos, agrotóxicos, essas coisas assim tudo, insumos, tudo uma coisa mais ou menos. É, mas tem, também, por exemplo produtos de rocha, produtos que não têm solvente lá dentro. Claro, é um pouco de utopia, é demais!” (Pesquisador-professor/UFSM – grifos da autora)

Sem perder a oportunidade de explicitar o seu descrédito quanto aos insumos orgânicos¹ o pesquisador-professor da UFSM destaca a produtividade, resgatando, ainda, outros elementos tão caros ao “*mau uso da técnica*”, ou seja, as tecnologias disponibilizadas pela pesquisa. A ciência, a “boa ciência”, não poderia estar ausente em uma reflexão sobre o desenvolvimento rural:

¹ Peculiares de uma agricultura orgânica, afinal a referência foi ao fosfato de rocha.

“O desenvolvimento só é completo quando a gente consegue desenvolver a sociedade como todo, o homem como todo, o agricultor. Quer dizer, ele vai produzir, ele vai ter **melhor rentabilidade**, ele vai **produzir melhor**, e... Eu acho que é assim, que é um **crescimento total, em termos de produção, de renda, de cultura**. (...) Pra fazer desenvolvimento rural eu tenho que me basear em um modelo, e esse modelo quem vai me dar é a **ciência**.” (Sindicalista/Farsul – grifos da autora)

“Ah, desenvolvimento rural, eu acho que tem vários componentes... Primeiro é levar informação correta... Informação científica, com base na **ciência**. (...) Ah, aí você tem que entrar na parte econômica, também. O desenvolvimento, ele tem que dar **possibilidades de crescer**. Então, veja, o desenvolvimento rural tem que cuidar da pessoa, da **questão financeira da pessoa**.” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

A ciência neutra surge, agora, como a base de um “modelo” capaz de promover a melhoria da “rentabilidade”, da “produção”, o crescimento da “questão financeira da pessoa”. A “boa ciência”, o caminho para contornar a “realidade bem fria”, é, igualmente, o atalho para alcançar a produtividade. Produtividade e preservação, para os agentes do “*mau uso da técnica*” um binômio possível de consagrar-se através da utilização de técnicas carimbadas com o selo “produto científico”.

As “coincidências” com a disputa centrada na problemática ambiental não param por aí:

“(...) então, é esse desenvolvimento que nós temos que buscar, a **racionalização** dos meios de produção, pra que se tenha **rentabilidade**, bem estar social e qualidade de vida... Racionalizar, essa é a questão maior.” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

A racionalização, a palavra mágica tantas vezes ressaltada como uma das possíveis formas de contornar impactos no meio físico desencadeados pela atividade agrícola. O pesquisador da Fepagro proporciona, no trecho destacado, uma “nova” utilidade para a racionalização: promover a rentabilidade.

Mas afinal, e a problemática ambiental?

“ (...)eu acho que no desenvolvimento rural, nele tá envolvido a problemática ambiental que, certamente, é um componente importante. Por quê? Veja, quando eu tô pensando em alternativas, eu tô pensando nas **melhores alternativas**. O que é uma melhor alternativa? Aquela que vai **agregar mais valor** e que vai causar **menos problema ambiental**, evidente.” (Pesquisador-professor/UFRGS – grifos da autora)

Fecha-se o círculo. As melhores alternativas são aquelas que propiciam “agregar mais valor” e causam “menos problema ambiental”. Retomando-se as considerações anteriores, estas serão, portanto, alternativas derivadas de uma ciência específica: a “boa ciência”. Dotada de sua “neutralidade”, a promotora da “verdade” garante o “agregar mais valor” e a redução dos “problemas ambientais”. É esta ciência o elemento de sustentação tanto de uma problemática ambiental, quanto de um modelo de desenvolvimento rural.

7.2.2 – O desenvolvimento rural sustentável, as reflexões do “modelo de agricultura” e da “variante do modelo de agricultura”

Com raras exceções, quando instigados a refletir sobre o desenvolvimento rural, os agentes do “*modelo de agricultura*” e do grupo da “*variante do modelo de agricultura*” tendem a tecer ponderações em torno da noção de desenvolvimento rural sustentável. Destacam assim, invariavelmente, a presença de uma dimensão ambiental em suas proposições.

Sobre o desenvolvimento rural, obrigatoriamente adjetivado de sustentável, tem-se manifestações como:

“Eu acho que desenvolvimento rural hoje pra mim é o desenvolvimento rural **sustentável**.” (Pesquisador-professor/UFPEL – grifos da autora)

“Hoje, desenvolvimento já não tem, se fala em desenvolvimento **sustentável**. Se fala para ressaltar a questão da **dimensão ecológica** do desenvolvimento. (...) é uma forma de inclusão social e de **permanência da vida na terra**.” (Pesquisador/Fepagro – grifos da autora)

Permitindo-se migrar de um pólo a outro, quando da análise da dinâmica do campo tecnocientífico, ressurgem a sustentabilidade. Adjetivar o desenvolvimento rural de sustentável implica, conforme destaca o pesquisador da Fepagro, em ressaltar a “dimensão ecológica”, derivando na possibilidade de “permanência da vida na terra”, aspectos estes propulsores de críticas a um modelo de modernização. Refinando o desenvolvimento rural sustentável:

“Em um artigo que a gente escreveu a pouco tempo, falava que desenvolvimento se refere ao **crescimento alométrico**. E isso quer dizer que todas as partes vão crescendo uniformemente. E eu acho que, para mim, isso é claro, principalmente pensando na questão do desenvolvimento sustentável, esse é o mais claro conceito de desenvolvimento.” (Extensionista/Emater – grifos da autora)

As partes envolvidas em um “crescimento alométrico”, destacado pelo extensionista da Emater, são identificadas pelo técnico da Coceargs:

“Nossa concepção de desenvolvimento tem que articular uma série de fatores. Dentro dessa concepção de que as técnicas a serem usadas, elas respeitem as **dinâmicas sociais**, as **dinâmicas ambientais** e a biodiversidade.. Ela tem que incorporar novos valores, pautados pela equidade,

pautados pela democracia...” (Técnico/Cocerags – grifos da autora)

As chamadas dimensões sociais e ambientais são presenças freqüentes nas reflexões sobre o desenvolvimento rural adjetivado de sustentável. Destacar o sustentável implica no ressaltar de dois elementos finais adicionais, a agroecologia e a agricultura familiar. Quanto à agroecologia o:

“Desenvolvimento rural **sustentável** deve estar baseado nesses princípios da **agroecologia**... Os recursos que estão aí devem ser usados sim, mas sem que isso acabe no futuro com esses recursos.” (Extensionista/Emater – grifos da autora)

Novamente, a agroecologia aparece como a promotora de uma utilização dos “recursos” dotada da capacidade de não incorrer no comprometimento futuro dos mesmos. Afinal, ela é “ambientalmente correta” e, portanto, conciliável com uma proposta de desenvolvimento rural adjetivada de sustentável.

Por fim, exalta-se a importância da agricultura familiar – desmerecida pelo “*mau uso da técnica*” por uma possível limitação produtivista – na promoção do desenvolvimento rural sustentável: “nós acreditamos que a agricultura familiar é uma ferramenta estratégica na promoção de um novo tipo de desenvolvimento.” (Sindicalista/Fetag).

Nunca é tarde para lembrar o inicial argumento na explorada disputa no campo tecnocientífico:

“Eu acho que o grande problema da problemática ambiental é que, no nosso modelo de desenvolvimento, não houve essa preocupação.” (Pesquisador-professor/UFSM)

Em destaque, novamente, a estratégica aproximação com a problemática ambiental em busca da promoção de suas proposições, bem como do desmerecimento do arsenal do

adversário. Resgata-se o aspecto central do exercício discursivo do grupo do “*modelo de agricultura*” e da “*variante do modelo de agricultura*”: a estreita relação entre um modelo de desenvolvimento e a configuração da problemática ambiental.

7.3 – A DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E AS ESTRATÉGIAS – UMA RELAÇÃO ESTRUTURANTE/ESTRUTURADA NO CAMPO TECNOCIENTÍFICO

De acordo com a estrutura de distribuição do capital social e a derivada disponibilidade de um “*quantum*” (de capital social) os agentes utilizam ou não determinadas estratégias, sejam estas de subversão ou de conservação do campo. Da mesma forma, a partir das estratégias, configura-se a possibilidade de provocar oscilações no jogo de forças do campo de disputas, desencadeando alterações na estrutura de distribuição de capital social que, na seqüência, venham a propiciar oportunidades diferenciadas aos agentes envolvidos. Assim, as estratégias tanto são estruturadas pela disponibilidade de capital social, quanto são os elementos estruturantes da distribuição de tal recurso.

Com o objetivo de analisar a dinâmica do campo tecnocientífico, desenvolveu-se até aqui uma estrutura analítica baseada no privilegiar das estratégias propostas pelos distintos grupos. Conforme visto, essas estratégias representam a condição objetivada da estrutura de distribuição do capital, denominado, no caso específico, tecnocientífico. No entanto, pode-se observar o impulso de estratégias e agentes do “*modelo de agricultura*” devido à oscilação no jogo de forças e, portanto, na estrutura de distribuição do capital social, de um espaço de disputa diferenciado, o campo político. Estes agentes dotados de uma posição privilegiada na distribuição de capital político tentam afirmar, através da busca pela autoridade/legitimidade dentro do campo tecnocientífico, a agroecologia em sua faceta de política pública. Essa interface entre distintos espaços de disputa, o tecnocientífico e o político, desencadeia estratégias bastante peculiares. Do lado dos dominantes, o grupo do “*mau uso da técnica*” se esforça por desmerecer a proposta de seus opositores, conforme demonstrado no item 6.2 do capítulo 6, destacando e contestando exatamente a influência de um capital social outro, no caso em questão o político, na promoção da agroecologia no campo tecnocientífico. Da

mesma forma tentam apropriar-se da agroecologia, ressaltando a necessária aproximação desta com a “boa ciência” (capítulo 5). Dominados no campo tecnocientífico, os agentes do “*modelo de agricultura*” procuram consagrar a legitimidade/autoridade de sua proposição através da tentativa de comprovar a cientificidade da agroecologia (capítulo 5), bem como por intermédio de estratégias de subversão que objetivam relativizar a centralidade da “boa ciência”, ou seja, de uma ciência neutra promotora de incontestáveis verdades científicas (capítulo 4). Na essência de suas pretensões, os agentes do “*modelo de agricultura*” buscam aproveitar o impulso proporcionado pelo *seu* “*quantum*” de capital político para garantir o sucesso da proposta agroecológica no campo tecnocientífico, possibilitando, assim, oscilações que lhes propiciem uma melhor participação na distribuição do capital tecnocientífico, o que desencadearia um processo gerador de um maior leque de possibilidades aos mesmos dentro do espaço da tecnociência.

Analisando a seqüência de estratégias utilizadas e propostas pelos diferentes grupos no campo tecnocientífico, pode-se observar distinções internas entre os agentes dentro de um mesmo macro-posicionamento. Estabelece-se, assim, uma imbricada relação entre as estratégias desfrutadas pelo grupo como um todo e as distintas possibilidades de constituição das mesmas pelos diferentes agentes partidários do mesmo esquema argumentativo. Apresentada a seqüência de evolução das estratégias dos grupos passíveis de serem distinguidos (constituídos) através da evolução dos discursos em torno da problemática ambiental, propõe-se, ainda que de maneira não audaciosa, para o momento uma rápida análise de aspectos da trajetória profissional de agentes específicos, com o intuito de correlacioná-los com as estratégias por estes propostas e, assim, com uma capacidade de ação diferenciada no espaço de disputa.

A “boa ciência” é um aspecto central no arsenal do grupo “*mau uso da técnica*”. Voltando ao capítulo 4, observa-se que a referência a uma “boa ciência” é explicitada no discurso de uma pesquisador-professor da UFRGS. O agente em questão apresenta uma trajetória profissional bastante linear em uma das áreas consideradas nobres na agronomia na atualidade, o melhoramento de plantas. Segundo ele, a continuidade de seu envolvimento com o melhoramento “foi uma questão natural. Depois que tu entra no sistema praticamente você é

induzido a ficar, a permanecer.” (Pesquisador-professor/UFRGS) Assim, o envolvimento deste agente com atividades de pesquisa em melhoramento remonta, ainda, à *sua* formação como engenheiro agrônomo. Na seqüência, a trajetória profissional foi refinada pelas etapas de pós-graduação, sendo duas delas realizadas em universidades norte-americanas. Conforme o relato de muitos do entrevistados, intensificou-se, a partir de convênios firmados na década de 70, a interação entre as principais universidades e centros de pesquisa gaúchos² e instituições de pesquisa dos Estados Unidos. A passagem de agentes por estes centros, verdadeiros legitimadores da “boa ciência”, determina, portanto, um elevado acúmulo de capital tecnocientífico. Desfrutando de um respeitável “*quantum*” de capital tecnocientífico, o professor-pesquisador da UFRGS torna-se, então, “apto” para tecer referências a uma “boa ciência”. Afinal, devido à *sua* afinidade/familiaridade com a tecnociência, com a “boa tecnociência”, este agente detém a “capacidade” de distinguir o que é cientificamente “bom” ou não.

Na seqüência, referências à mágica palavra “racionalização”, à maleável “sustentabilidade”, ou ainda, à tida como necessária “validação de tecnologias”, recheiam os discursos de agentes do “*mau uso da técnica*” vinculados à instância de pesquisa (vínculo este decorrente da sua auto-denominação como pesquisadores). Trajetórias lineares, ou seja, aquelas nas quais o acúmulo de capital tecnocientífico se faz acompanhar do crescente envolvimento com uma área de pesquisa em específico, são freqüentes entre estes agentes. A trama de relações construídas durante o desenrolar profissional dos agentes, durante suas ascendentes trajetórias, é, freqüentemente, lembrada e destacada como propulsora de etapas posteriores. Além do crescente “interesse” por determinada área, muitos dos entrevistados enquadrados no grupo de pesquisadores representantes do “*mau uso da técnica*” destacam, em seus discursos, a participação de determinado professor/orientador na estruturação da continuidade de seu envolvimento em uma linha de pesquisa específica. O capital tecnocientífico acumulado passa, assim, a ser uma resultante entre os investimentos propriamente acadêmicos dos agentes e a trama de relações constituídas durante sua trajetória.

² Não apenas gaúchos, a impulsão do modelo de modernização da agricultura se deveu, e ainda se deve, como pode ser observado em centros de pesquisa localizados, exemplificando, nas regiões de fronteira agrícola, ao intercâmbio e à formação de pesquisadores em universidades norte-americanas.

Por sua vez, em discursos dos extensionistas (mais uma vez deve-se ressaltar o auto-enquadramento dos agentes em tal categoria), ainda no pólo do *“mau uso da técnica”*, destaca-se a freqüente referência ao termo “segurança”. A distinção entre as instâncias de pesquisa e extensão, conforme abordada no capítulo 6, propicia uma desigualdade na distribuição de capital tecnocientífico entre os chamados “pesquisadores” e os “extensionistas”, privilegiando os primeiros em detrimento dos segundos. É a partir desta distinção, que os “extensionistas” concentram na “exigência de segurança” seus reforços às estratégias de conservação. Como “difusores” e não “geradores” do conhecimento científico tornam-se agentes-chave na afirmação da necessidade de um embasamento científico. O foco de sua estratégia limita-se, assim, aos seus “domínios”, o da difusão do conhecimento. Afinal, o *“quantum”* de capital de que dispõem, pré-delimitado pela “competência” da atividade de extensão, não os possibilita criar, gerar alternativas no campo tecnocientífico, apenas difundir e requerê-las.

No pólo oposto, dominados no campo tecnocientífico apresentam trajetórias profissionais bastante heterogêneas, à exceção do grupo de agentes que investiu, de forma não necessariamente exclusiva, em trajetórias acadêmicas. Ao contrário do observado entre os agentes do *“mau uso da técnica”*, alguns dos quais com passagens por universidades norte-americanas, a maior parte dos entrevistados do *“modelo de agricultura”*, quando do investimento em uma formação acadêmica, realiza uma de suas etapas de pós-graduação em universidades espanholas e desvinculadas das áreas tradicionais da formação agrônoma (Fitossanidade, Fitotecnia, Solos...) ³. Abandonam, assim, a trajetória clássica propiciadora de uma melhor participação na distribuição de capital tecnocientífico. Os “poetas rurais” ⁴ aproveitam o acesso ao capital político para a promoção da proposta agroecológica, eixo de

³ Os poucos agentes entrevistados do *“modelo de agricultura”* que investiram em uma formação acadêmica são engenheiros agrônomos.

⁴ Em todas as entrevistas estes agentes resgataram tal denominação como uma forma de seus pares opositores referirem-se a eles: “muita gente tá aí sofrendo todo o tipo de desqualificação, do tipo agricultura alternativa é coisa de poetas, de desvairados.” (Pesquisador/Fepagro); “quando nós jogávamos essas questões [de que a agricultura não poderia ser vista exclusivamente sob uma ótica econômica], eles diziam: ‘mas, o que vocês estão falando? Vocês são os poetas rurais.’” (Pesquisador-professor/UFSM). Durante as entrevistas, nenhum dos agentes do *“mau uso da técnica”* fez o uso direto de tal expressão. No entanto, como pode observar-se no capítulo 3, um pesquisador-professor da UFSM fala da inexistência da poesia, feita por alguns em abordagens da problemática ambiental. Almeida (1989, p.229), contrapondo agentes da “tecnologia ‘moderna’” aos agentes da

suas estratégias. Garantir a legitimidade/autoridade da agroecologia no campo tecnocientífico pode representar, conforme já destacado, o sucesso de estratégias de subversão que relativizem o acesso à “boa ciência” como elemento de destaque na distribuição do capital tecnocientífico. E é em busca dessa legitimidade que se materializa a necessidade de exaltar a agroecologia como científica, peculiaridade esta explicitada, exemplificando, pelo pesquisador da Embrapa Clima Temperado no capítulo 5. Novamente, aproveitando-se da visibilidade adquirida pela proposição agroecológica no cenário, o agente em questão mobiliza o capital tecnocientífico por ele acumulado, uma trajetória profissional em uma instituição de pesquisa com investimentos em etapas de pós-graduação, uma destas em uma escola espanhola, para caracterizar a agroecologia como “uma ciência, não como uma prática” (Pesquisador/Embrapa Clima Temperado – item 5.1.2/Capítulo 5). Estrategicamente, busca provocar oscilações na estrutura de distribuição do capital tecnocientífico, através da legitimidade da agroecologia, desencadeando, na seqüência, a legitimidade de um maior leque de estratégias de seu domínio. Com igual intuito, no capítulo 4 o mesmo agente faz uma distinção entre grupos em relação à problemática ambiental: os que a estão “enxergando com seriedade, com preocupação, buscando fundamentação científica e métodos pra tratar a problemática ambiental” e os que estão “vendendo gato por lebre”, ou seja, os que estão “por trás do discurso da sustentabilidade”. Construir e apresentar esta distinção, torna-se possível, considerando-se, invariavelmente, a visibilidade que os agentes do “*modelo de agricultura*” adquiriram em decorrência do acúmulo, direto ou não, de capital político, devido a uma trajetória por centros de pesquisa. Afinal, “boa” ou “má”, é ciência. Portanto, uma familiaridade com esta instância propicia um relativo “*quantum*” de capital tecnocientífico. Seguindo esta mesma linha de acumulação, os demais agentes do “*modelo de agricultura*” com um certo investimento em trajetórias acadêmicas tentam exaltar o elo entre a agroecologia e a ciência e garantir, assim, a legitimidade de suas proposições no campo de disputas. Iniciativas correlatas, como distinguir a agroecologia de uma agricultura orgânica, relativizar o rígido recorte, estabelecido pelos agentes opositores, entre as instâncias de pesquisa e extensão, ir de encontro a uma ciência neutra, desprovida de interesses e promotora da verdade, somam-se entre as estratégias de subversão orientadas pela busca de uma

“tecnologia ‘alternativa’”, destaca as seguintes referências do primeiro grupo em relação à tecnologia alternativa,

oscilação no jogo de forças do campo tecnocientífico que garanta aos agentes do “*modelo de agricultura*” uma melhor participação na distribuição do capital tecnocientífico.

A centralidade na comprovação do viés científico da agroecologia não encontra, entre o grupo de agentes do “*modelo de agricultura*” e de sua “*variante*”, abrigados sob a denominação “extensionistas”, igual destaque. Além de ocuparem, de antemão, posições inferiores na distribuição de capital tecnocientífico, este não parece ser aspecto central no exercício discursivo destes agentes. Em decorrência, conforme visto no capítulo 5, estes abandonam um *front* de batalha ao não apresentarem uma proposta abrigada sob a chancela científica. Contudo, através de *suas* ponderações sobre uma neutralidade científica, mantêm-se na disputa, reforçando o arsenal do grupo do “*modelo de agricultura*”, em choque direto com seus pares opositores

Assim, distinguiram-se três elementos envolvidos com a distribuição de capital social no campo tecnocientífico. Dentre estes, os dois primeiros são internos ao referido espaço, sendo: as trajetórias profissionais dos agentes, privilegiando-se seu envolvimento com uma formação acadêmica como forma de aproximação com a ciência (ou melhor, com a “boa ciência”, já que esta propicia uma melhor participação na distribuição de capital tecnocientífico), e a correlacionada e instituída distinção entre as instâncias de pesquisa e extensão, ocupando os agentes vinculados à primeira uma posição de destaque na referida distribuição. A influência externa é decorrente do acúmulo de capital político por agentes do “*modelo de agricultura*”, através do qual estes impulsionam a agroecologia no espaço da tecnociência. As estratégias de subversão apresentadas e correlacionadas à proposição agroecológica objetivam provocar oscilações no jogo de forças do campo tecnocientífico, propiciando, assim, uma melhor participação destes agentes na estrutura de distribuição de capital propriamente tecnocientífico.

BUSCANDO UMA CONCLUSÃO

Guiando-se pelo objetivo maior de aproximação com a dinâmica do campo tecnocientífico, apresentou-se a seqüência evolutiva dos discursos, destacando-se as estratégias passíveis de serem salientadas através destes, concomitantemente à constituição de posicionamentos distintos e concorrentes dentro do espaço de disputas. O constante diálogo entre os distintos grupos possibilitou ressaltar a inegável interação entre as estratégias propostas pelos mesmos, reforçando o aspecto “dinâmico” do campo de disputas.

“*Mau uso da técnica*”, de um lado, “*modelo de agricultura*” e a sua “*variante*” de outro. Dominantes e dominados no campo, através da evolução de argumentos e a conseqüente constituição de estratégias, guiam-se, invariavelmente, pela tentativa de legitimar/afirmar *suas* proposições, ou seja, proposições englobadas no *seu* espaço de domínio dentro do campo tecnocientífico. A problemática ambiental, o “veículo” através do qual explora-se a dinâmica do campo tecnocientífico, passa, portanto, a assumir distintos contornos, coerentes com o espaço de domínio de seus propositores. Estrategicamente, os dominantes no campo privilegiam a associação entre a problemática ambiental e uma “realidade bem fria”, passível de ser contornada pela consagração de técnicas de menor impacto ambiental respaldadas pela “boa ciência”, definida como uma ciência neutra, a promotora legítima de verdades científicas. Definido o elemento central em uma problemática ambiental, a “realidade bem fria”, o grupo do “*mau uso da técnica*” apresenta alternativas de seu domínio, embasadas na “boa ciência”, para contorná-lo, visando garantir, assim, que sua legitimidade/autoridade no campo tecnocientífico não seja abalada. A evolução discursiva permite, portanto, o fortalecer da “boa ciência”, a principal arma dos representantes do “*modelo de agricultura*” no campo. Em oposição, os dominados no campo, ao abordarem a problemática ambiental, tentam exacerbar o elo entre um determinado modelo de desenvolvimento e esta “realidade bem fria”, destacando, assim, o caráter insustentável do mesmo. Exaltar uma ciência dotada de interesses, não neutra, constitui-se, igualmente, em uma tentativa de expandir uma correlação entre a “realidade bem fria” e a “boa ciência”, instância suprema, para seus opositores, do campo tecnocientífico. Pretendem, dessa forma,

vincular o caráter insustentável do modelo de desenvolvimento à própria “boa ciência”. Assim, a problemática ambiental derivaria na “realidade bem fria”, tão cara a seus opositores, como uma consequência de um modelo baseado na “boa ciência”. Através de tais associações, os agentes do “*modelo de agricultura*” preparam-se para impulsionar a sua proposta, a agroecologia.

Quando a agroecologia entra em cena, os papéis se invertem. Se, em um primeiro momento, dominados no campo utilizaram-se da “realidade bem fria” para construir um cenário onde o modelo de modernização e a “boa ciência” estavam diretamente associados à degradação do meio físico, tornando-os, portanto, “insustentáveis”, é hora de os dominantes no campo aproveitarem-se da proposta agroecológica. Os agentes do “*mau uso da técnica*” direcionam suas estratégias para uma apropriação da agroecologia, resgatando e, conseqüentemente, objetivando fortalecer o seu arsenal. Para tanto, apresentam uma agroecologia circunscrita a uma substituição no tipo de insumo utilizado, o que permite impulsionar a estratégia adicional de condicionar a legitimidade da agroecologia no campo tecnocientífico a uma aproximação com a “boa ciência”... Com tal intuito, apresenta e destaca como necessária a “validação de tecnologias”. Através desta, propicia-se a aproximação da agroecologia com a “boa ciência” e, em decorrência, com o espaço de domínio dos agentes representantes do “*mau uso da técnica*”. Estes agentes reforçam seus esquemas argumentativos exacerbando a distinção entre as instâncias de pesquisa e extensão e o chamado viés político-ideológico da proposta agroecológica em sua faceta de política pública. Do outro lado, o “*modelo de agricultura*” tenta afirmar sua proposta como uma alternativa passível de contornar a “realidade bem fria” desencadeada pelo modelo de modernização, este embasado na “boa ciência”, destacando, adicionalmente e de forma a garantir a legitimidade de sua proposição, o binômio agroecologia-ciência. Impulsionados por um capital político, e, portanto, externo ao campo tecnocientífico, os agentes do “*modelo de agricultura*” pretendem, através das facetas “ambientalmente correta” e “agroecologia, uma ciência”, salientando, assim, o caráter científico de sua proposição, garantir a legitimidade/autoridade da agroecologia no campo tecnocientífico.

Da evolução apresentada, observa-se que a problemática ambiental permite reforçar os dois grandes pólos opostos. Do lado dos dominantes, não é a incorporação de uma “preocupação ambiental” o elemento capaz de provocar o abalo de uma orientação produtivista e da supremacia da “boa ciência” como a instância promotora de legitimidade no campo tecnocientífico. Por sua vez, os opositores tentam se fazer valer da dimensão ambiental como mais um elemento a engrossar o seu arsenal de críticas ao modelo de modernização, bem como uma forma de impulsionar a visibilidade e legitimidade da agroecologia. A possibilidade desse “duplo reforço” às proposições opositoras pode, igualmente, ser contemplada nas reflexões dos agentes sobre o desenvolvimento rural. A concepção de um desenvolvimento rural onde o aspecto agrícola, da produção agrícola, é o elemento de destaque, não se encontra abalada. Afinal, conforme agentes do “*mau uso da técnica*”, tem-se a “boa ciência” para conciliar “produção e preservação”, não sendo necessário, portanto, abandonar uma orientação produtivista. Passando a palavra para os dominados no campo, adjetivando de sustentável o desenvolvimento rural, estes agentes pretendem se contrapor a uma proposição produtivista, da mesma forma que garantir a legitimidade de suas proposições. Em tal contraposição recorrem ao vínculo entre uma “realidade bem fria”, um modelo de desenvolvimento e a “boa ciência”, o que tornaria a opção produtivista insustentável. Na seqüência, a reflexão sobre o desenvolvimento rural, agora sustentável, resgata, reforçando as estratégias dos dominados, a agroecologia como um de seus eixos.

Estrategicamente, os dominantes orientam suas proposições pelo intuito de regular a entrada e legitimidade de capitais externos ao campo tecnocientífico. Exacerbando a “boa ciência” como instância promotora da legitimidade no espaço de disputas específico, pretendem garantir uma estrutura de distribuição de capital tecnocientífico que garanta a continuidade de seu destaque. Dominados no campo, por sua vez, impulsionados por seu *quantum* de capital político, esforçam-se por garantir a legitimidade de sua proposição central, a agroecologia, e, para tanto, ressaltam o binômio ciência-agroecologia. Duas são as frentes principais de ação destes agentes: por um lado, destacam o caráter científico da agroecologia, por outro, atacam a “boa ciência”, ou seja, uma ciência neutra, desprovida de interesses e promotora de “verdades científicas”. Esta oposição à “boa ciência” se faz, assim, exaltando a presença de interesses, destacando, conseqüentemente, a influência destes no campo

tecnocientífico. Portanto, têm-se, em um dos pólos, as estratégias de conservação que visam afunilar o caminho para a legitimidade no campo tecnocientífico e, na polaridade antagônica, as de subversão que pretendem expandir tais fronteiras, provocando o abalo da “boa ciência”. Expansão esta regulada pela *doxa* do campo, o que garante aos agentes a permanência de seu espaço legítimo de ação.

Pelo apresentado, o acesso ao campo tecnocientífico propiciado pela problemática ambiental, permite resgatar, no esquema argumentativo do “*mau uso da técnica*”, a centralidade da “boa ciência”. Por sua vez, os agentes do “*modelo de agricultura*” concentram seu arsenal em críticas a um modelo de desenvolvimento. Da imbricada relação existente entre as duas perspectivas, observa-se, no primeiro caso, o estratégico uso da ciência como instância de sustentação e promotora da legitimidade de determinado modelo de desenvolvimento – que em sua face “rural”, reafirma o destaque da dimensão econômica e de uma conseqüente orientação produtivista. Para tanto, apresenta-se uma ciência neutra, promotora de verdades científicas e desprovida de interesses. Já, os agentes do “*modelo de agricultura*” estruturam suas críticas ao modelo de desenvolvimento abraçado por seus opositores através da busca pela desmistificação de tal neutralidade científica. A disputa observada no campo tecnocientífico estabelece-se, portanto, pela forma de utilização da ciência na promoção/desmerecimento de modelos de desenvolvimento e, conseqüentemente, de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em algum momento o ponto final se fará presente? A ilusão perseguida em todas as jornadas: atingir um provável, absolutamente improvável, fim. Fim, pequena e densa palavra, se dela nos utilizamos, que fique claro o associado intuito de obter uma momentânea satisfação. E foi assim, sempre foi assim. Os momentos de conclusão, lotados de rituais de passagem, de eterna e incontrolável angústia, nada mais representam do que o disseminar da curiosidade e de uma sede, aparentemente insaciável, de novas “aventuras”. Volto então, novamente, ao ano de 1999. Estágios concluídos, lá estou, tendo como platéia meus colegas de graduação, a colocar a última lâmina de minha apresentação da etapa “estágios curriculares obrigatórios”. Este é o ponto de partida, este é, de maneira cíclica, o ponto de chegada. A lâmina dizia: “Por mais fugaz que tenham sido as distintas experiências, sempre saímos carregados de uma nova visão do que chamamos de ‘a realidade’. E, sem dúvida, essa nova gama de visões se incorpora e expande aquilo que você vê como a sua realidade, o seu viver. É a construção do ser, do seu saber técnico, do seu saber empírico, de seus anseios, de suas prioridades, de seus valores, de sua conclusão sobre o mundo. Processo, felizmente, sem fim. E que novas e ricas experiências venham...” As sensações se repetem, particularizadas contextualmente, mas lá estão elas. Impossível foi decantar a parte técnica das experiências de “estágios”, impossível é isolar a construção/desconstrução de um conhecimento acadêmico. Os “estágios” jamais acabaram, renovaram-se e renovam-se tanto através de uma partenogênese quanto da interação com novos, velhos elementos. Olho pra trás e reconheço a paternidade do momento que um dia foi o fim de uma etapa, o inicial ponto final. A dissertação, o curso de mestrado, enriquecem, agora, a gama de elementos partenogênicos e, igualmente, ávidos por férteis interações.

Vencendo o último resquício de resistência, em um momento ditatorial, decide-se: é a hora de instituir o inicial ponto final. Finge-se esquecer, momentaneamente, as fragilidades, as inúmeras interrogações instigadas durante o processo. Pondera-se sobre a necessidade de demarcar mais uma “etapa”, de apaziguar a ansiedade. Frente a tal “necessidade”, nada mais

apropriado do que explorar a “história de vida” do processo. Afinal, não é o fim. É, sim, uma tentativa de redefinir territórios, observar o entorno e elaborar estratégias.

O “mundo novo” que se apresentava à minha frente quando das iniciais reflexões sobre um problema de pesquisa, demarcava, desde já, as dúvidas e descobertas que iriam surpreender-me, constantemente, ao longo do caminho. Tendo ao fundo as motivações explicitadas na apresentação, saltitava em minha cabeça a questão: como fazer? As angústias referiam-se tanto aos necessários aspectos metodológicos, quanto ao grande pano-de-fundo teórico, por mais incipiente que este possa ser, com o qual tentaria estabelecer elos em busca de um não desmerecimento acadêmico de minha proposta de pesquisa. Durante todo o processo fui descobrindo possíveis “soluções” e novas dúvidas para as duas instâncias.

Bastante distante das habituais coletas de solo e seu processamento posterior em um laboratório, ou mesmo da elaboração e simulação de balanços hídricos, elaborar um roteiro de entrevistas que pudesse me auxiliar na tentativa de explorar os discursos dos agentes, era um novo desafio. As angústias principais giravam em torno da necessidade de construir uma ferramenta que correspondesse aos anseios da pesquisa sem, contudo, limitá-los *a priori*, impossibilitando seu enriquecimento e afinamento decorrentes de um diálogo com a etapa de campo. O roteiro não deveria, portanto, esgotar-se em si mesmo, sufocando questões, elementos não privilegiados em um primeiro momento, mas que pudessem ganhar destaque com a coleta de dados. De forma complementar, ressaltava-se o aspecto de insegurança atrelado a uma ferramenta elaborada com intuítos, objetivos iniciais, os quais, muito provavelmente, iriam se reformulando, assumindo novos contornos durante todo o processo. Ao final, teria alguma validade o material coletado? Finalmente, a forma como seriam elaborados os questionamentos, montada a estrutura do roteiro, acrescentou-se ao quadro das incertezas. Com tantas angústias, em determinado momento recorri ao “inicial ponto final” e fui ao campo. Mesmo depois de uma fase teste, o roteiro não estava pronto. Aliás, a ferramenta utilizada nunca esteve pronta. Estabeleceram-se eixos centrais os quais, invariavelmente, eram contemplados a cada entrevista e, com a evolução da etapa de campo, novos elementos iam surgindo ou ganhando destaque. Como tudo o que me cercava, durante a

etapa de campo, aqui e ali, perdia o controle do leme e, quando amanhecia, me via em praias antes não desbravadas que passavam a integrar o roteiro da viagem.

Mesmo embebida em um “mar de angústias e incertezas”, parti para as entrevistas. As agradáveis idas ao campo sempre representaram a possibilidade de sentir a brisa afagar o rosto, sentar-se à sombra de uma árvore e reservar alguns segundos à contemplação, muito distinto da seqüência de entrevistas realizadas, em sua grande maioria, em escritórios, locais de trabalho. A inicial frustração logo foi suplantada pelos prazeres derivados das entrevistas. A familiaridade com o universo agrônômico, destacadamente de pesquisa, tornava, para mim, cada entrevista um novo passeio pelo “mundo agrônômico”. Invariavelmente, a possibilidade de estabelecer elos com os entrevistados me transmitiam a confortável sensação de pertencimento, e, portanto, de trânsito autorizado. Logo nas primeiras investidas, percebi que o bloco inicial do roteiro estendia-se, muitas vezes de forma exagerada – o que só fui “sentir” nas transcrições. Descobri o fascínio dos relatos, ainda que parciais, das “histórias de vida”. Adicionalmente ao “natural” interesse que me despertavam as evoluções das trajetórias profissionais, as poucas pinceladas a respeito de uma trajetória social mais ampla eram sempre fascinantes. Esse fascínio foi uma das tantas descobertas as quais não pude, não me senti habilitada a explorar. Paralelamente, acirrou minhas percepções sobre o caráter delicado de utilizar como substrato de análise o discurso alheio. Instalou-se, aí, um constante monitoramento através do qual me policiava e indagava sobre o uso dos discursos, mesmo que a cada entrevista estivesse se tornando claro que as construções discursivas fossem repletas de objetivos específicos e endereçadas, muitas vezes de forma explícita. Essa interface entre discursos e trajetórias de vida (ou o exercício discursivo de ressaltar/atenuar, relevar/omitir determinados eventos em sua “trajetória social”) poderia ter sido melhor explorada

E as angústias tocantes a um possível referencial teórico? Estas foram uma constante, perpassando todo o processo. Se, por um lado, pude desfrutar da sensação de pertencimento ao “mundo agrônômico” na etapa de campo, por outro, as dúvidas relativas a um “referencial teórico” faziam desintegrar-se o solo sob os meus pés, substituindo-o por um vácuo. Retorno à opção: mestrado em desenvolvimento rural. A sedução do título reside, justamente, na possibilidade de abraçar um amplo universo. Mas, neste amplo universo alguma orientação

teórica deve garantir a legitimidade de uma pretensa acadêmica. As dúvidas proliferavam: como utilizar um referencial, ou mesmo conceitos, de áreas com as quais não desfrutava de uma proximidade, de forma a não fazê-lo de maneira ilegítima ou mesmo utilitarista? Estabelecendo como proposta uma pretensa centralidade no material empírico, segui, muitas vezes relutando em abraçar proposições que me eram apresentadas.

De posse do azimute estabelecido, passei, na seqüência, à incontornável redação, momento da consagração de todas as interrogações já despertadas e, igualmente, do proliferar de novas inquietações/insatisfações. Conceber uma possível estrutura de texto que me permitisse salientar o “descoberto” diálogo existente entre os agentes entrevistados e que contemplasse, concomitantemente, algo de “apresentação de resultados” e um “momento analítico” era o objetivo. Os fragmentos de discursos mostraram-se um “tesouro” ao qual deveria me remeter sempre que possível por um duplo motivo: o fascínio que desenvolvi pelos mesmos e o constante policiamento instaurado, o que me obrigava a “amarrar empiricamente” o momento analítico. Do jogo de confrontar fragmentos discursivos foi nascendo o texto apresentado. Afinal, o objetivo maior era utilizar a problemática ambiental como elemento condutor a uma aproximação da dinâmica de disputa em determinado espaço. E as trajetórias estavam lá, acenando-me de tempos em tempos. Com a evolução do texto, já nos seus suspiros finais, ousei pincelar elementos de uma trajetória profissional em uma tentativa de correlacioná-los com a distribuição de capital. Disto, “descobri” a influência de capitais outros ao espaço que havia delimitado, influência esta que sempre esteve presente, mas apenas agora parecia permitir-se explorar. As trajetórias e a intercomunicação entre espaços de disputas sempre estiveram presentes, mas constituíram-se alvos de meus olhares apenas agora, no momento do inicial ponto final. Estas passam, portanto, a integrar, entre outros elementos, o fértil substrato para investidas posteriores.

E foi assim, em uma relação nada estável, repleta de conquistas e frustrações, simpatias e antipatias, que aos poucos construí/desconstruí mais esta etapa. Novamente, o inicial ponto final que me permite instituir o juízo qualitativo: valeu a pena!!

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Jalcione. **Tecnologia “moderna” versus tecnologia “alternativa”: a luta pelo monopólio da competência tecnológica.** 275 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1989.

ALMEIDA, Jalcione. Tecnologias agrícolas “alternativas”: nascimento de um novo paradigma? Ensaio FEE, vol.19, n.2, 1998. pp.116-131.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

ALMEIDA, Jalcione. O campo da pesquisa e das ações sobre o meio ambiente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu-PR. **Anais...** Brasília: Sober, 1999, p.156.

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura; idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALONSO MIGUEL, A. M.; GUZMÁN CASADO, G.L.; CENIT MOLINA, M. **Externalidades negativas de la agricultura industrializada.** [199-] (mimeo.)

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel; ROSSET, Peter; THRUPP, Lori. **The potential of agroecology to combat hunger in the Developing World.** Disponível em: <<http://www.emater.the.br/docs/agroreco/artigos/agroecologia2.pdf>...>... Acesso em 15 set. 2000.

ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. pp.109-154.

ARRUDA, Angela. Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. In: SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano.** São Paulo: Brasiliense, 1993. pp. 234-265.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. pp. 124-155. (Sociologia, Grandes cientistas sociais – 39).

BOURDIEU, Pierre. **The forms of capital...** In: John G. Richardson (ed.). Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood Press, 1986. pp. 241-258.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURG, Dominique. **Natureza e técnica: ensaios sobre a idéia do progresso**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. (Coleção epistemologia e sociedade).

BRANCO, Samuel Murgel. Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente. **Estudos Avançados**, 9 (23), 1995.

BUTTEL, Frederick H. Environmentalization: Origins, Processes, and Implications for Rural Social Change. **Rural Sociology**, Vol. 57, No. 1, Spring 1992.

BUTTEL, Frederick H. Environmental and Resources Sociology: Theoretical Issues and Opportunities for Synthesis. **Rural Sociology**, Vol. 61, No. 1. Spring 1996.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico: sentidos e tramas em educação ambiental**. 356 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2000.

CLARK, Judy & LOWE, Philip. Cleaning up Agriculture: Environment, Technology and Social Science. **Sociologia Ruralis**, v.32,n.1, 1992. pp.11-29.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: BAETA NEVES, Clarissa Eckert & CORRÊA, Maíra Baumgarten (Orgs.). **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1998. pp. 11-47. (Cadernos de sociologia, v.9).

COSTABEBER, J. A. “Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização”. In: EMATER/RS, **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre, 1999. pp. 67-120.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ESCUDEIRO, C. & SILVA, I.C.M.da. Compreendendo a teoria das Representações Sociais. In: **Adoçando o Fel do Pesquisador: a doce descoberta das Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Esc. Enf. Anna Nery, UFRJ, 1997. pp. 45-53.

FREUDENBURG, William; FRICKEL, Scott and GRAMLING, Robert. Beyond the nature/society divide: learning to think about a mountain. **Sociological Forum**, Vol. 10, No. 3, 1995.

FUCKS, Mario. Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Vol.41, n° 1, 1998, pp. 87 – 113.

FUCKS, Mario. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica de conflito social. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2000, Petrópolis, Rio de Janeiro. 21 p.

FUCKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: a disputa em torno da definição de um novo problema público...** Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/deciso/pessoal/mario>>. Acesso em 04 dez. 2000.

FUCKS, Mario. **Ciência e cultura: a formação do moderno no campo do saber**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/deciso/pessoal/mario>>. Acesso em 04/ dez. 2000.

GARCÍA, Rolando. Interdisciplinarietà y sistemas coplejos. In: LEFF, Enrique. **Ciencias sociales y formación ambiental**. Barcelona: Ed. Gredisa, 1994. pp. 85-124.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GREIDER, T. & GARKOVICH, L. Landscapes: The Social Construction of Nature and the Environment. **Rural Sociology**, vol.59, n.1, spring 1994. pp. 1-21.

GUIVANT, Julia. Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Ambiente e sociedade**, Ano I, N° 2, 1° semestre de 1998.

HILGARTNER, Stephen & BOSK, Charles. The rise and fall of social problems: a public arenas model. **American Journal of Sociology**, Vol. 94, Number 1, July 1988, pp. 53-78.

JOLLIVET, Marcel. “Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas”. **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP, vol. 24, n. especial, 1994. pp.183-198.

LATOUR, Bruno **Jamais fomos modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOURE, Bruno & WOOLGAR, S. A credibilidade científica. In: LATOUR, Bruno & WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997. pp. 205-263.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LEONARDI, Maria Lúcia de Azevedo. A sociedade global e a questão ambiental. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2. ed.. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. pp.195-207.

LOUREIRO, Maria Rita & PACHECO, Regina Silvia. Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-92). **RAP**, Rio de Janeiro 29 (4): 137-53. Out/dez 1995.

LOWE, Philip. Industrial Agriculture and Environmental Regulation: a New Agenda for Rural Sociology. **Sociologia Ruralis**, v.32,n.1, 1992. pp.4-10.

MARSDEN, Terry. K. Globalização e sustentabilidade: criando espaço para alimentos e natureza. In. CAVALCANTI, J.S.B. (Org.). **Globalização, trabalho e meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1999. pp.25-46.

MUZIO, G. A globalização como o estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. In: OLIVEIRA, F. de & PAOLI, M.C. (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e da hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. pp.113-162.

NORGAARD, Richard B. **A ciência ambiental como processo social...** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. (Textos para debate 35)

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1997. 86p. (Questões da nossa época, v. 41).

REIGOTA, Marcos. **Ecologia, elites e intelligentsia na América Latina: um estudo de suas representações sociais**. São Paulo: Annablume, 1999.

REIJNTES, Coen; HAVERKORT, Bertus & WATERS-BAYER, Ann. **Agricultura para o futuro – uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

SOTO, William Héctor Gomes. A análise do discurso nas Ciências sociais. In: BAETA NEVES, Clarissa Eckert & CORRÊA, Maíra Baumgarten (Orgs.). **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1998. pp. 161 – 187. (Cadernos de sociologia, v.9).

ZAIDÁN, Michael. Fundamentos sociofilosóficos da questão ambiental... **Estudos - Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, número 4, julho 1995. pp. 126-129.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

“Socioreferenciando” o entrevistado:

Nome? Idade? Formação? Atividade atual? Instituição?

1) *Origem e trajetória social*

- Local de origem?
- Área rural, área urbana?
- Formação educacional dos pais? Grau, tipo?
- Qual o tipo de atividade desenvolvida pelos pais?
- Tais atividades vinculavam-se ao rural/urbano?
- Rural, entendendo aqui um vínculo com uma atividade produtiva (o que pode não ser, necessariamente, verdade), citar peculiaridades: tipo de atividade produtiva, envolvimento familiar/de terceiros?
 - Urbano: tipo de atividade?

Trajetória profissional

- Qual a formação profissional?
- Em que local e período esta foi realizada?
- Quais foram os elementos motivadores de tal escolha profissional?
- Durante sua trajetória profissional, em que momentos tal escolha foi tida como compensatória, reforçando a referida opção?
 - Por outro lado, quais situações subsidiaram possíveis dúvidas em relação à opção profissional?
 - Citar brevemente um histórico profissional: atividades desenvolvidas anteriormente à atual ocupação do entrevistado, tipo/local/referência temporal?
 - Em relação à ocupação atual, como definiria o “grupo de atividade” ao qual está vinculado (pesquisa, ensino, extensão, representação de agricultores)?
 - Qual o papel e a importância da referida atividade para a agricultura? E das demais atividades: ensino/pesquisa/extensão? Quais são as percepções relativas às distintas

instâncias (pesquisa/ensino/extensão)? Como o grupo de atividade do entrevistado se relaciona com as duas demais instâncias, dentro do recorte pesquisa/ensino/extensão?

2) *Problemática ambiental e agricultura*

- Frequentes, na atualidade, são as referências a uma dita “problemática ambiental”. O que o entrevistado entende por “problemática ambiental”?
- Defina, explore, a denominação Agricultura. Como o entrevistado definiria a agricultura?
- Configura-se uma interface entre a questão ambiental e a agricultura?
- Onde o entrevistado situaria a origem de tal interface? Tal interface é fruto do quê?
- Quais seriam as peculiaridades dessa interface?
- Como a problemática ambiental se faz sentir na agricultura? (Especificar e exemplificar).
- Como a agricultura se faz sentir na chamada “problemática ambiental”? (Especificar e exemplificar)
- Como a interface problemática ambiental/agricultura reflete-se no grande grupo de atividade ao qual está vinculado o entrevistado? (Buscar subsídios na delimitação anterior do papel e importância da referida atividade para a agricultura).
- No cotidiano do entrevistado, quais os reflexos da referida interação? Como esta é percebida em seu cotidiano?
- Exemplifique a “materialização” da interação problemática ambiental/agricultura no respectivo cotidiano: agendas de pesquisa, dia-a-dia do extensionista, na atuação como educador ou na atividade diária do agricultor.
- Igualmente, exemplifique tais percepções na configuração de linhas de pesquisa, nos projetos de extensão, na reformulação de grades curriculares, das respectivas instituições e em propostas encabeçadas por organizações de agricultores.

3) *Ciência e Tecnologia*

- Ciência e Tecnologia, elemento presente na problemática ambiental?
- Igualmente, elemento de relevância?
- A quem o entrevistado creditaria tal presença/relevância da ciência e tecnologia na problemática ambiental?
 - Qual o papel da Ciência e Tecnologia na problemática ambiental? Como a Ciência e Tecnologia está presente na problemática ambiental?
 - Ao contrário, qual o papel da problemática ambiental na ciência e tecnologia? Como a problemática ambiental se faz sentir na Ciência e Tecnologia?
 - Tecnologias e práticas, no recorte agricultura, para o entrevistado denominações distintas?
 - Que particularidades enriquecem tais distinções?
 - Na interface problemática ambiental/agricultura, tal distinção confere papéis diferenciados às mesmas?
 - Quais as percepções do entrevistado em relação às chamadas “tecnologia limpas”? O que são as denominadas “tecnologias limpas”?
 - E em relação às ditas “tecnologias alternativas”?
 - Como o entrevistado vê a Agroecologia no cenário? O que é a Agroecologia?

4) *Desenvolvimento Rural*

- Recorte rural/urbano, instâncias diferenciadas para o entrevistado?
- Que elementos nutrem tal diferenciação? Exemplifique
- Tal diferenciação reflete-se em uma diferenciação de papéis?
- A problemática ambiental incorporaria novos elementos à tal diferenciação?
- Novos papéis às “distintas” instâncias?
- Como o entrevistado definiria o desenvolvimento?
- E o desenvolvimento rural?
- Que elementos se fazem presentes? Em que hierarquia?
- Quais seriam os objetivos norteadores do “desenvolvimento rural”?
- Meios e fins do desenvolvimento rural?

- Como o entrevistado articularia desenvolvimento rural e desenvolvimento?
- Como o desenvolvimento rural reflete-se na problemática ambiental/agricultura? Quais são as implicações do desenvolvimento rural na problemática ambiental? Por sua vez, qual o significado da problemática ambiental/agricultura para o desenvolvimento rural? Quais são as implicações da problemática ambiental no desenvolvimento rural?

